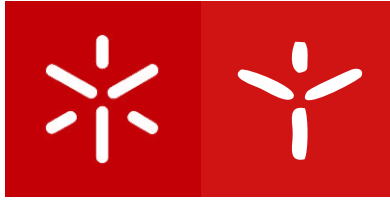


Universidade do Minho
Escola de Direito

Diana Gomes Rodrigues Mano

**A Obrigação de Alimentos a Filhos
Maiores e o Princípio da Razoabilidade**



Universidade do Minho

Escola de Direito

Diana Gomes Rodrigues Mano

A Obrigação de Alimentos a Filhos Maiores e o Princípio da Razoabilidade

Tese de Mestrado

Mestrado em Direito das Crianças, da Família e das
Sucessões

Trabalho efetuado sob a orientação da

**Professora Doutora Anabela Susana de Sousa
Gonçalves**

outubro de 2016

Declaração

Nome: Diana Gomes Rodrigues Mano

Endereço eletrónico: diana_mano25@hotmail.com

Número do Cartão de Cidadão: 13914421 8 ZY7

Título da dissertação: A Obrigação de Alimentos a Filhos Maiores e o Princípio da Razoabilidade

Orientadora: Professora Doutora Anabela Susana de Sousa Gonçalves

Ano de conclusão: 2016

Designação do Mestrado: Mestrado em Direito Das Crianças, Família e Sucessões

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTA DISSERTAÇÃO, APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, __/__/____

Assinatura:

Agradecimentos

Se hoje estou neste percurso devo-o a todos aqueles que sempre me apoiaram e mostraram que isto era possível. Ainda que todos saibam que sou feita de sonhos, só foi possível realizar este devido ao vosso amor, compreensão e suporte.

Muitos são aqueles que contribuíram para que possa escrever estas linhas, mas torna-se imprescindível individualizar cada um de vocês.

À minha mãe, que me mostrou com o seu exemplo a ser lutadora, a ultrapassar obstáculos, a nunca me dar por vencida. Contigo aprendi a lutar pelos meus ideais e a ser a pessoa que sou hoje. Obrigada por cheirares a rosas ainda que tenhas vivido rodeada de espinhos.

Ao meu namorado, pelo companheirismo, pela compreensão nas minhas horas de ausência, pelas viagens, pelo apoio sem fim, pelos conselhos, pelo amor, pela doçura das palavras. Obrigada por me limpares as lágrimas e reergueres nesta jornada, por vezes exaustiva. És um dos alicerces da minha fábrica de sonhos.

Aos meus colegas e amigos do Mestrado em Direito das Crianças, Família e Sucessões, pela partilha de experiências, amizade e convívio.

Agradeço, também, à minha família e amigos pela compreensão e pelo orgulho demonstrado ao longo deste percurso.

À Professora Doutora Anabela Gonçalves, orientadora da presente dissertação, que pela sua experiência, zelo, rigor, disponibilidade, ajuda, exigência e soberba intelectualidade me guiou até aqui.

Resumo

A sociedade contemporânea portuguesa caracteriza-se pela verificação de um acesso desenfreado ao ensino superior e a uma especialização técnico-profissional como forma de caucionar a entrada no mercado de trabalho, traduzindo-se futuramente num melhor e mais satisfatório nível socioeconómico. No entanto, a família surge aqui como a instituição financiadora dessa mesma qualificação, que normalmente se prolonga até à maioridade.

A presente dissertação tem como objetivo retratar a obrigação de alimentos educacionais devidos a filhos maiores ou emancipados quando se encontrem preenchidos os requisitos do art.º 1880.º do Código Civil¹. Esta é uma questão complexa e que acarreta diversas dificuldades, para o qual contribui a diminuição da idade legal dos 21 para os 18 anos, o desvigoroso apoio estatal que é dado às famílias, o aumento da escolaridade obrigatória, e, ainda, o crescente número de divórcios, separações e rutura das uniões de facto.

Com a Lei n.º 122/2015 de 1 de Setembro², que alterou o art.º 1905.º do CC e o art.º 989.º do CPC, mantém-se a pensão de alimentos até que o filho perfaça 25 anos de idade, salvo se o respetivo processo de educação ou formação profissional estiver concluído antes daquela data, se houver sido livremente interrompido ou se ainda, em qualquer caso, o obrigado à prestação fizer prova da irrazoabilidade da sua exigência. Antes da entrada em vigor da presente lei, a jurisprudência maioritária sustentava que com a maioridade terminavam as responsabilidades parentais e, portanto, a obrigação de prestar alimentos. Desta forma, teria que ser o filho maior a pedir a manutenção da pensão ou de uma nova pensão, alegando e provando todos os pressupostos do art.º 1880.º do CC.

Embora se tenha atingido a maioridade legal, nos termos do art.º 130.º do CC, ou a emancipação pelo casamento, tal como referido no art.º 132.º do CC, tal como nos afirma o art.º 1880.º do CC, se o filho ainda não houver concluído a sua formação académica, mantém-se a obrigação prevista no art.º 1879.º do CC na medida em que seja razoável exigir aos pais o seu cumprimento e pelo tempo normalmente necessário para que a formação se complete.

¹ De ora em diante designado por CC.

² Entrou em vigor em 1 de Outubro de 2015.

Assim, pretende-se demonstrar a importância que os alimentos assumem no ordenamento jurídico português, em especial no Direito da Família, restringindo-se este estudo à obrigação alimentar após a maioridade civil dos filhos.

No entanto, vivemos num mundo em constante evolução onde a internacionalização tem transformado aspetos fundamentais da vida das pessoas, onde são cada vez menores as barreiras transfronteiriças sendo, por isso, importante assegurar os direitos e deveres de cada um. Arroga-se, assim, de muito importante abordar a questão da cobrança da obrigação de alimentos na União Europeia.

O estudo divide-se em três partes principais: na primeira são examinadas as matérias relacionadas com o instituto dos alimentos educacionais, como o seu conceito, os seus pressupostos, a sua natureza e a sua finalidade e, ainda, os sujeitos da respetiva obrigação alimentar; na segunda parte é feita uma análise detalhada do art.º 1880.º do CC, desenvolvendo-se os pressupostos de atribuição de alimentos a filhos maiores ou emancipados e a relação desta com o princípio da razoabilidade. Esta segunda parte irá, ainda, atender à exposição da tramitação processual e das causas de cessação da obrigação e das consequências do seu não cumprimento. Na terceira parte, e agora já no domínio do direito internacional privado, é realizada uma análise do Regulamento n.º 4/2009, de 18 de Dezembro de 2008, relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e a execução das decisões em matéria de obrigações alimentares que é, atualmente, o instrumento jurídico fundamental de enquadramento da temática dos alimentos no contexto da União Europeia.

Abstract

The portuguese contemporary society is characterized by the verification of an unbridled access to higher education and to a professional technique expertise as a way to guarantee the entry in the labour market, resulting in the future a better and more satisfying social-economical level. However, the family appears here as the financial institution of that qualification, which normally extends into adulthood.

The present dissertation aims to portray the obligation of educational maintenance due to age or emancipated children, when the article 1880º of the Civil Code requirements are fulfilled. This is a complex question that entails many difficulties, for which it contributes the reduction of the legal age from 21 to 18 years old, the weak state power that is given to families, the increase in compulsory school, and, the growing numbers of divorces, separations and ruptures of the facto unions.

Although the child had reached the legal age, in the terms of article 130º of the Civil Code, or emancipated by marriage, as referred to article 132º of the Civil Code, just like the article 1880º stipulates, if the child hasn't finished her educational formation, the obligation stipulated by article 1879º of the Civil Code maintains so far as it is reasonable to demand the parents to fulfil it and strictly by the necessary time until the formation ends.

With the Law n. º 122/2015, of 1st of September, which amended the article 1905º and the article 989º both of the Civil Code, remains the maintenance allowance until the child turns 25 years old, unless the respective process of education or training is completed before that date, or if it was freely interrupted or if in any case, the person obligated to pay proves the unreasonableness of its demand.

Before the entry into force of the present law, the jurisprudence sustained that with the majority the parental responsibilities ended and, so as this obligation. In this way, it would have to be the child to ask for the maintenance of the obligation of educational maintenance or a new one, claiming and proving all the requirements of the article 1880º of Civil Code.

Although the child has already reach the legal age, in the terms of article 130º of the Civil Code, or emancipation by marriage, just as referred in article 132º of the Civil Code, just like the article 1880º of the Civil Code affirms, if the child hasn't finished her superior formation, the obligation stipulated by article 1879º of the Civil Code still

remains, so far as it is reasonable to the demand the parents to fulfil it and strictly by the necessary time until the formation ends.

In this way, we aim to demonstrate the importance that the obligation of allowance has in the Portuguese legal system, especially in family law, restricting this study to maintenance after the age of majority of the children.

However, we live in a world that is in constant evolution, where internationalization is transforming fundamentals aspects of people's lives, where border barriers are getting smaller, so, it is important to assure the rights and duties of everyone. Following this understanding, it is very important to approach the question of collection of obligation of allowance in the European Union.

Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract.....	vii
Lista de siglas e abreviaturas	xi
Modo de Citar.....	xiii
Introdução	1

Capítulo I - O instituto de alimentos..... 3

1. Conceito de alimentos	3
1.1. Finalidade e natureza.....	7
1.2. Pressupostos e medidas	11
1.3. Características.....	15
1.3.1. Patrimonialidade.....	15
1.3.2. Variabilidade	17
1.3.3. Periodicidade	18
1.3.4. Indisponibilidade	19
1.3.5. Exigibilidade.....	21
1.3.6. Duração indefinida	22
2. O que são alimentos educacionais?	23
3. Os sujeitos da obrigação alimentar	25
4. A diferenciação entre dever de sustento e obrigação alimentar	27

Capítulo II – Obrigação de alimentos devida a filhos maiores ou emancipados.... 31

1. Origem e evolução da obrigação de alimentos devida a filhos maiores ou emancipados que ainda não tenham completado a sua formação.....	31
---	----

2. Pressupostos de atribuição da prestação de alimentos a filhos maiores previstos no artigo 1880.º do CC.....	33
2.1. O artigo 1880.º do Código Civil.....	33
2.2. Pressupostos objetivos e subjetivos	35
2.3. A capacidade intelectual do filho e o respetivo aproveitamento escolar	36
2.4. Conceito de formação profissional.....	39
2.5. A capacidade de trabalho e os recursos económicos existentes na esfera jurídica do filho maior.....	41
2.6. O casamento <i>versus</i> a união de facto do filho estudante.....	44
3. O princípio da razoabilidade e o artigo 1880º do Código Civil	45
4. Cessação da obrigação plasmada no art.º 1880.º do CC.....	52
5. Tramitação processual	53
6. As alterações introduzidas pelo Lei n.º 122/2015, de 1 de Setembro.....	61

Capítulo III – O Regulamento (CE) n.º 4/2009 do Conselho, de 18 de Dezembro de 2008, relativo   competência,   lei aplicável, ao reconhecimento e   execução das decisões e   cooperação em matéria de obrigações alimentares.....

1.1. Enquadramento	71
1.2. �mbito de aplicação	75
1.3. Competência internacional	79
1.4. Lei aplicável	84
1.5. Reconhecimento, força executória e execução das decisões proferidas.....	97

Conclusão.....	105
----------------	-----

Bibliografia	109
--------------------	-----

Bibliografia de Jurisprudência	119
--------------------------------------	-----

Lista de siglas e abreviaturas

AAFDL – Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa

Ac. – Acórdão

Al. – Alínea

Art.º/Arts.º – Artigo/Artigos

BMJ – Boletim do Ministério da Justiça

CC – Código Civil

CJ – Coletânea de Jurisprudência

CFR – Conferir

CPC – Código de Processo Civil

CRP – Constituição da República Portuguesa

DL – Decreto-Lei

Ed. – Edição

LOSJ – Lei da Organização do Sistema Judiciário

N.º – Número

Ob. cit. – Obra citada

P./PP. – Página/Páginas

RGPTC – Regime Geral do Processo Tutelar Cível

S/D – Sem data

STJ – Supremo Tribunal de Justiça

TJUE – Tribunal de Justiça da União Europeia

TFUE – Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia

TRC – Tribunal da Relação de Coimbra

TRE – Tribunal da Relação de Évora

TRG – Tribunal da Relação de Guimarães

TRL – Tribunal da Relação de Lisboa

TRP – Tribunal da Relação do Porto

TUE – Tratado da União Europeia

Vol. – Volume

Modo de Citar

As obras citadas pela primeira vez são referidas pelo nome do autor, título, volume (se aplicável), número de edição ou reimpressão (se aplicável), editora, ano e páginas. Nas posteriores referências apenas se faz menção ao nome do autor, obra e às páginas, sendo que a obra citada será identificada “*ob. cit.*”. E, quando se faz referência a mais do que uma obra do mesmo autor, nas posteriores referências à primeira citação, a obra será identificada com as primeiras palavras do título.

Os capítulos e artigos citados de livros ou revistas são referidos pelo nome do autor, título do artigo/livro, nome do organizador (se aplicável), número da edição (se aplicável), volume (se aplicável), editora, ano e páginas.

Quando se queira citar, de seguida, o mesmo autor e a mesma obra, em notas de rodapé imediatamente seguidas, utilizar-se-á o termo “*idem*” caso a página da obra citada seja a mesma, ou o termo “*ibidem*” caso as páginas a citar sejam diferentes.

As citações de jurisprudência são feitas através da indicação do tribunal, data, relator e local da publicação ou sítio da Internet onde se encontra disponível (quando possível).

Na bibliografia, as obras são referidas pelo apelido do autor (maiúsculas), nome do autor, título de livro, volume (se aplicável), número da edição ou reimpressão (se aplicável), cidade (se aplicável), editora, ano. Os capítulos e artigos citados de livros ou revistas são referidos pelo apelido do autor (maiúsculas), nome do autor, título do artigo/livro, nome do organizador (se aplicável), número da edição (se aplicável), volume (se aplicável), editora, ano, primeira e última página. A ordenação das obras do mesmo autor assenta num critério cronológico.

As transcrições são efetuadas na respetiva língua, não se elaborando traduções das citações diretas de molde a não cometer o risco de atentar contra o seu real sentido.

Introdução

A escolha da obrigação de alimentos a filhos maiores e o princípio da razoabilidade a ela inerente, enquanto tema da presente dissertação, surgiu, desde logo, do facto de se assistir na nossa sociedade a um aumento exponencial de jovens que prosseguem os seus estudos, acarretando para as suas famílias um aumento nos encargos familiares.

Desta forma, tornou-se premente alterar, no nosso ordenamento jurídico, as normas que regulavam esta obrigação. Em primeiro lugar, devido à divisão jurisprudencial quanto ao limite etário da obrigação de alimentos e, em segundo lugar, dar resposta às situações de desigualdade que se verificava no regime de responsabilidades parentais.

Como refere o Projeto de Lei n.º 975/XII/4.^a, o atual regime de responsabilidades parentais penaliza de forma desproporcionada o progenitor convivente, que na grande maioria dos casos é a mãe, e que suporta as despesas com os filhos maiores nas situações de rutura da vida familiar.

Atualmente é comum que os jovens, mesmo após a maioridade, continuem a residir com o progenitor com quem viveram toda sua vida. A busca de um nível de formação cada vez maior e, consequentemente, a entrada tardia no mercado de trabalho coloca o progenitor com quem o jovem maior habita numa situação de grande esforço financeiro.

Procurando atenuar esta situação de desigualdade entre progenitores, após a rutura da vida familiar, o nosso legislador alterou o art.º 1905.º do CC e o art.º 989.º do CPC.

O art.º 1905.º surge para esclarecer a divisão existente na jurisprudência e na doutrina, afirmando que a obrigação de alimentos a filhos maiores ou emancipados mantém-se até aos 25 anos, assumindo um carácter automático da prestação fixada na menoridade do filho. Cabe, agora, ao progenitor obrigado a alimentos o ónus de provar e mostrar que aquela prestação já não preenche os requisitos do art.º 1880.º do CC.

A última alteração introduzida, nesta matéria, pela Lei n.º 122/2015, de 1 de Setembro, recai sobre o art.º 989.º do CPC, com especial relevo para o seu número 3.

Neste preceito normativo, e com o objetivo de dirimir a situação de desigualdade do progenitor que suporta a título principal as despesas de educação e formação do filho

maior, este pode agora demandar o progenitor não convivente. O art.º 989.º, n.º 3, do CPC, atribui legitimidade direta ativa ao progenitor convivente para intentar uma ação para a contribuição do progenitor não convivente nas despesas com a educação e formação do filho maior. Esta ação é subsidiária em relação à execução especial de alimentos que só pode ser deduzida pelo filho maior e ocorre nas situações em que este, por diversos motivos, não pede ao progenitor devedor de alimentos a pensão a que tem direito.

O art.º 1880.º do CC retrata os chamados «alimentos educacionais», que apesar de assumirem a mesma natureza dos alimentos do art.º 2003.º do CC, surgem aqui com pressupostos mais exigentes e alicerçados no critério de razoabilidade.

A obrigação de alimentos a filhos maiores é uma obrigação de natureza excecional, que está plasmada no art.º 1880.º do CC, sendo que esta é uma disposição com caráter temporário (até que a formação se complete) e balizado pelo princípio da razoabilidade.

Este princípio deve ser apreciado em cada caso concreto, sendo necessário que nas circunstâncias concretas de cada caso, seja justo e sensato exigir ao progenitor o pagamento da referida pensão alimentar.

O objetivo da presente dissertação é demonstrar a importância do instituto dos alimentos, especialmente dos alimentos aos filhos maiores ou emancipados, no nosso ordenamento jurídico e a relevância prática que alcança na nossa sociedade.

O facto de vivermos inseridos numa Comunidade económica, em constante transformação, obriga a que este instituto legal assuma uma dimensão transfronteiriça, revelando-se necessário o estudo do quadro comunitário vigente nesta matéria.

Desta forma, o Regulamento (CE) n.º 4/2009, de 18 de Setembro de 2008 é o instrumento comunitário que regula a competência, a lei aplicável, o reconhecimento e a execução das decisões em matéria de obrigações alimentares. O estudo deste instrumento comunitário é deveras importante devido à dimensão que os litígios internos de cada Estado podem alcançar, procurando assegurar a cobrança dos créditos alimentares na União Europeia.

Capítulo I - O instituto de alimentos

1. Conceito de alimentos

Alimentos são obrigações de prestação da coisa (de *dare*), traduzidas em obrigações pecuniárias ou de prestação de facto (de *facere*), que têm como objetivo satisfazer o sustento³, o vestuário e, se o alimentado for menor, a sua instrução e educação⁴, como nos refere o art.º 2003.º, n.º 1 e 2, do CC, quanto ao conteúdo da prestação alimentar em estudo.

O nosso legislador estabelece a especial obrigação a cargo dos progenitores de proverem ao sustento dos filhos cujo conteúdo assenta nos vínculos de filiação e nos poderes/deveres incluídos nas responsabilidades parentais⁵.

Os pais têm o direito e dever de educação e manutenção dos filhos, estando constitucionalmente consagrado no n.º 5 do art.º 36.º da CRP e, ainda segundo o estabelecido no art.º 1878.º, n.º1 do CC, o interesse de velar pela segurança e saúde destes, sempre no interesse da criança.

Cabe-lhes, ainda, prover o seu sustento, orientar a sua educação e representá-los, não esquecendo que para além das exigências de cariz económico existem obrigações de carácter infungível de proteção e de formação moral⁶.

Assim, não está apenas em causa a satisfação das necessidades básicas do alimentado imprescindíveis para a sua sobrevivência, mas de tudo o que a criança necessita conforme a sua condição social, a sua aptidão, idade e o seu estado de saúde, visando o seu desenvolvimento físico, intelectual, moral e emocional⁷.

A manutenção dos filhos, que na sua essência corresponde à obrigação de alimentos de pais para com os filhos, nas palavras de Rosa MARTINS⁸, implica «prover às necessidades relacionadas com a alimentação, saúde e segurança» de forma a fomentar um salutar e equilibrado desenvolvimento físico e psicológico, reconduzindo-se praticamente à obrigação de alimentos dos pais para com os filhos que é diferente da

³ A expressão “sustento” empregue no n.º 1 do art.º 1878.º do CC deve interpretar-se como abrangendo não só a alimentação, mas também as despesas com assistência médica e medicamentosa, deslocações, divertimentos e outras inerentes à satisfação das necessidades da vida quotidiana, correspondentes à condição social do alimentado. Cfr. Abílio NETO, *Código Civil Anotado*, 18.ª edição revista e actualizada, EDIFORUM, 2013, p. 1511.

⁴ Cfr. L. P. Moitinho de ALMEIDA, “Os Alimentos no Código Civil de 1966”, in *Revista da Ordem dos Advogados*, 1968, p. 93.

⁵ Cfr. Conselho Superior de Magistratura, «*Parecer: Projeto de Lei n.º 975/XII/4ª (PS) – «Altera o artigo 1905.º do Código Civil e o artigo 989.º do Código de Processo Civil, melhorando o regime de alimentos em caso de filhos maiores ou emancipados.»*», p. 3, texto disponível em

https://www.csm.org.pt/ficheiros/pareceres/2015_06_06_parecer_regimealimentosmaiores_emancipados.pdf [consultado em 18/11/2015].

⁶ Cfr. Helena Gomes de MELO *et al.*, *Poder Paternal e Responsabilidades Parentais*, 2.ª Edição, Lisboa, Quid Juris, 2010, p. 95.

⁷ *Idem*.

⁸ Cfr. Rosa MARTINS, *Menoridade, (In) capacidade e Cuidado parental*, Coimbra, Coimbra Editora, 2008, p. 202.

obrigação geral de alimentos para com outros parentes. Este *poder-dever* de manutenção, com apoio no art.º 36.º, n.º 3 da CRP⁹, cessa com a maioridade, a emancipação ou nos termos do art.º 1879.º do CC.

No entanto, nos termos do art.1878.º, n.º 2 do CC, os progenitores devem respeitar e ter em ponderação a opinião dos seus filhos, de acordo com a maturidade apresentada por estes, tanto no que diz respeito à organização da vida pessoal do filho como nos assuntos da família. Reconhece-se, assim, que o menor deve ter «um papel activo na construção do seu próprio projecto de vida e da sua própria personalidade¹⁰».

As responsabilidades parentais alicerçam-se na necessidade de protecção dos filhos no seu início de vida e na vocação natural dos progenitores para os auxiliarem durante esse período¹¹.

Assim, nas palavras de Cristina DIAS, as responsabilidades parentais são «um conjunto de faculdades de conteúdo altruísta, exercido no interesse dos filhos e sob a vigilância da ordem jurídica, visando como objectivo principal a protecção e promoção dos interesses do filho, com vista ao seu desenvolvimento integral¹²».

As responsabilidades parentais são direitos e deveres que a ordem jurídica atribui (em princípio, aos pais) para que os seus titulares os exerçam de forma a prosseguir o interesse do filho(s).

Quanto à sua natureza, salvo algumas exceções¹³, é pacífico o entendimento pela doutrina que as responsabilidades parentais são um poder funcional a ser exercido no interesse do menor.

Para Gonçalves PROENÇA¹⁴, trata-se de «uma situação jurídica complexa essencialmente constituída por “poderes funcionais”». Por sua vez, Pires de LIMA e

⁹ Uma das maiores quebras com o direito anterior à entrada em vigor da CRP de 1976 foi a igualdade dos cônjuges (apesar da CRP de 1933 consagrar um princípio da igualdade), que se encontra plasmada no art.º 36.º da CRP, que é uma aplicação do princípio geral do art.º 13.º da Lei Fundamental. Desta forma, além das consequências na relação exclusivamente conjugal, a igualdade dos cônjuges trouxe também implicações na relação entre mãe, pai e filho(s). Em suma, o marido perde a supremacia dos poderes funcionais sobre o filho, passando a pertencer a ambos os cônjuges, na vigência do casamento, o exercício das responsabilidades parentais de forma igual, tendo ambos os mesmos poderes-deveres, cabendo ao Tribunal decidir em caso de conflito entre ambos os pais. Cfr. Hugo Manuel Leite RODRIGUES, *Questões de particular importância no exercício das responsabilidades parentais*, 1.ª Edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2011, p. 45. Neste sentido, ainda, Cfr. Gomes CANOTILHO e Vital MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, Vol. I, 4.ª edição revista, Coimbra, Coimbra Editora, 2007, p. 564; Francisco Pereira COELHO e Guilherme de OLIVEIRA, *Curso de Direito da Família*, Vol. I, 4.ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, pp. 126-127.

¹⁰ Cfr. Eduardo SÁ *apud* Hugo Manuel Leite RODRIGUES, *ob. cit.*, p. 30.

¹¹ Cfr. Hugo Manuel Leite Rodrigues, *ob. cit.*, p. 30.

¹² Cfr. Cristina DIAS, “A criança como Sujeito de Direitos e o Poder de Correção”, in *Julgar*, n.º 4, Janeiro/Abril, 2008, pp. 90-91.

¹³ Há autores como Gomes da SILVA (Cfr. Gomes da SILVA, *O Direito da Família no Futuro Código Civil*, Lisboa, 1963) que consideram as responsabilidades parentais como direito subjetivo, na medida em que não está em causa apenas os interesses dos filhos, mas também os interesses dos pais. No entanto, os direitos subjetivos são livres de ser exercidos ou não, dependendo apenas da vontade do seu titular, o que não se coaduna com as responsabilidades parentais, cujo exercício não é livre e que devem ser exercidos de modo necessário a realizar a função a que estão adstritas. Cfr. Carlos Mota PINTO, *Teoria Geral do Direito Civil*, 4.ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2005, p. 179.

¹⁴ Cfr. José João Gonçalves PROENÇA, *Direito da Família*, 4.ª edição, Lisboa, Universidade Lusíada Editora, 2008, p. 262.

Antunes VARELA¹⁵ entendem que os poderes que constituem as responsabilidades parentais são direitos-deveres (Antunes VARELA rejeita a designação de «poderes funcionais» por esta não evidenciar que os pais também têm interesses a realizar como a realização da sua própria personalidade).

Também neste sentido, Heinrich Edwald HÖRSTER¹⁶ entende os direitos familiares pessoais como direitos-deveres, pelo que se pode concluir, as responsabilidades parentais são direitos-deveres.

Por sua vez, Armando LEANDRO¹⁷, estuda a natureza das responsabilidades parentais conforme observadas face ao Estado ou a terceiros ou quando se trata da relação entre pais e filhos. Na primeira situação, o autor considera as responsabilidades parentais como um «direito fundamental originário», rejeitando a sua classificação como direito subjetivo, visto que estes são exercidos em interesse de outrem (os filhos) e, por isso, estão ligados a deveres classificando-os como poderes-deveres. Quanto à segunda situação, para este autor não há qualquer dúvida de que as responsabilidades parentais são «um conjunto de poderes-deveres».

Na nossa opinião, as responsabilidades parentais são poderes funcionais ou poderes-deveres e não um direito subjetivo, na medida em que o titular deste poder funcional ou poder-dever é obrigado a exercê-lo. Este é exigido pelo interesse a que serve, estando certo que o interesse em causa não é o do titular do direito, mas sim o do “sujeito passivo”.

O dever de assistência entre pais e filhos abarca a obrigação de prestar alimentos e a de contribuir, durante a vida em comum, e de acordo com os recursos próprios, para os encargos da vida familiar, nos termos do art.º 1874.º do CC¹⁸.

Assim, este dever de assistência divide-se em dois prismas: a necessidade de contribuir para as despesas decorrente da vida familiar, desde que haja vida em comum, e a de prestar alimentos quando filhos e progenitores não residam juntos, em caso de separação de facto ou divórcio¹⁹.

¹⁵ Cfr. Pires de LIMA e Antunes VARELA, *Direito da Família*, I, Lisboa, Editores & Livreiros, 1996, pp. 55-57.

¹⁶ Cfr. Heinrich Edwald HÖRSTER, *A parte geral do Código Civil Português-Teoria Geral do Direito Civil*, 4.ª Reimpressão da edição de 1992, Coimbra, Almedina, p. 256.

¹⁷ Cfr. Armando LEANDRO, “Poder Paternal: Natureza, Conteúdo, Exercício e Limitações. Algumas Reflexões de Prática Judiciária”, in *Temas de Direito da Família* (ciclo de conferência no Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados), Coimbra, Almedina, 1986 (a intervenção do autor data de 11-01-1985), pp. 120-121.

¹⁸ Vide Ac. Tribunal da Relação de Guimarães, de 04/03/2010, Processo n.º 115/09.0TBMNC.G1, (Relator: Conceição Saavedra) [consultado em 28/04/2016].

¹⁹ Cfr. Conselho Superior de Magistratura, *ob. cit.*, pp. 3-4, disponível em https://www.csm.org.pt/ficheiros/pareceres/2015_06_06_parecer_regimealimentosmaiores_emancipados.pdf [consultado em 18/11/2015].

Quando estamos a tratar de filhos menores, esta obrigação está contida nas responsabilidades parentais, na medida em que este instituto, conjecturado no interesse e no proveito dos filhos, define-se como um conjunto de poderes e deveres que compete aos pais relativamente aos filhos (arts.º 1885.º a 1887.º do CC) e aos bens (arts.º 1888.º a 1900.º do CC) dos filhos menores e não emancipados²⁰.

Os deveres de educação e instrução destinam-se à preparação para a vida, encontrando o término no seu próprio fim. Por sua vez, a obrigação de alimentos apresenta vocação de perpetuidade, pois tem como desígnio a conservação da vida (art.º 2013.º do CC)²¹. O exemplo paradigmático é o caso dos filhos portadores de deficiência cuja assistência impõe que a obrigação dure toda a vida.

A jurisprudência tem defendido que a noção de alimentos, em sentido jurídico, não coincide com aquela que é usada na linguagem corrente, excedendo-se em larga medida²². Assim, fora do contexto jurídico, a expressão alimentos abrange apenas os elementos essenciais à sustentação fisiológica do corpo humano, porquanto que o conceito legal inclui ainda tudo o que é indispensável ao vestuário, à habitação, à instrução e à educação da criança²³.

Há, para além dos vetores fundamentais de sustento, habitação, vestuário, saúde e educação, um conjunto de variadas despesas que devem ser contabilizadas porque fazem parte, hoje, das despesas recorrentes da vida quotidiana das pessoas, como as despesas com diversão (idas ao cinema, ao teatro ou a concertos); aquisição de brinquedos, livros e revistas; despesas com a aquisição de material (como o computador) para a realização de trabalhos escolares, entre outras²⁴.

Especificamente, nas relações entre pais e filhos, determina o art.º 1878.º, n.º 1, do CC, que compete aos pais prover ao sustento dos filhos, compreendendo-se, neste, não só as despesas com a alimentação, mas também as efetuadas com cuidados médicos, educação, atividades lúdicas e todas as demais inerentes à satisfação das necessidades

²⁰ *Idem*.

²¹ Cfr. Helena BOLIEIRO e Paulo GUERRA, *A criança e a Família – Uma questão de Direito (s)*, Coimbra Editora, Coimbra, 2009, p. 256.

²² Vide Ac. Tribunal da Relação de Lisboa, de 25/09/2008, Processo n.º 1456/2008-6, (Relator: Granja da Fonseca) [consultado em 06/04/2016]. Aqui, a propósito do alargamento da noção de alimentos, define-se alimentos de forma a incluir na sua definição prestações de facto e despesas com psicólogos, desde que justificadas.

²³ Cfr. Maria Clara SOTTOMAYOR, *Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais nos Casos de Divórcio*, 5.ª Edição Revista, Aumentada e Actualizada, Coimbra, Almedina, 2011, p. 290.

²⁴ No entanto, ainda que algumas decisões judiciais condicionem o pagamento destas despesas à autorização prévia do progenitor não guardião, entendendo que, no caso de não autorização, estas despesas ficarão a cargo do progenitor que procedeu à inscrição (Vide Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa, de 06/05/2014, Processo n.º 16246/12.6T2SNT.L1-7, (Relator: Cristina Coelho) [consultado em 08/12/2015]

geradas por uma vida quotidiana, normal e equilibrada, e correspondentes à condição social dos menores, bem como dos seus progenitores²⁵.

Conforme o art.º 1879.º do CC, os deveres que integram o núcleo das responsabilidades parentais só terminam quando os filhos estejam em condições de suportar pelo produto do seu trabalho ou outros rendimentos os encargos mencionados no art.º 1878.º do CC e não termina com a maioridade dos filhos, mantendo-se enquanto o filho não tiver concluído a sua formação profissional e na medida em que seja razoável exigir o seu cumprimento (art.º 1880.º do CC)²⁶.

Assim, se o filho atingir a maioridade legal (art.º 130.º do CC) e ainda não tiver completado a sua formação profissional ou académica, a obrigação plasmada no art.º 1879.º do CC mantém-se, desde que se mostre admissível a exigência da sua concretização e pelo tempo necessário para que aquela formação se complete, conforme o art.º 1880.º do CC²⁷.

1.1. Finalidade e natureza

O instituto dos alimentos destaca-se no meio jurídico pela importância que reveste em relação ao direito à vida, uma vez que o direito primordial do ser humano é o de sobreviver com dignidade²⁸. No entanto, apesar de o indivíduo possuir todas as competências que o tornam capaz de subsistir pelo seu próprio esforço, existem situações em que esta subsistência se torna impossível ou temporariamente inviável.

A obrigação geral de alimentos, na medida em que pretende assegurar ao necessitado um nível de vida minimamente digno, de acordo com a doutrina maioritária, decorre do direito à vida enquanto direito especial de personalidade²⁹, na medida em que os alimentos são «especiais deveres de auxílio complementares ao direito à vida»³⁰,

²⁵ Vide Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa, de 11/07/2013, Processo n.º 106/04.7TBSXL-A.L1-7, (Relator: Ana Resende) [consultado em 08/12/2015].

²⁶ Cfr. Maria Amália Pereira dos SANTOS, “O Dever (Judicial) de Fixação de Alimentos a Menores”, in *Julgar Online*, Setembro, 2014, p. 12, disponível em <http://julgar.pt/o-dever-judicial-de-fixacao-de-alimentos-a-menores/> [consultado em 09/12/2015].

²⁷ A entrada em vigor da Lei n.º 122/2015, de 1 de Setembro, trouxe alterações profundas ao regime das pensões de alimentos a prestar aos filhos. A principal alteração assenta no facto de a pensão de alimentos, fixada em benefício do filho menor, se manter, em princípio, até aos 25 anos e não até ao 18 anos como acontecia até então. Só assim não acontecerá se a formação profissional/académica do filho se concluir antes dos 25 anos ou se esta tiver sido livremente interrompida pelo filho. A outra forma de afastar esta obrigação é mostrando e provando a irrazoabilidade da manutenção da pensão de alimentos, verificação que só poderá ser feita pelo Tribunal no caso concreto.

²⁸ Cfr. J.P. Remédio MARQUES, *Algumas Notas sobre Alimentos*..., p. 34, nota 39.

²⁹ Sem esquecer a tutela que é conferida pelo art.º 70.º do CC enquanto direito geral de personalidade, onde se impõe a tarefa da sua aplicação e delimitação prática, para o efeito de se saber se determinados comportamentos são ofensivos de bens pessoais e se essa ofensa é ilícita. No entanto, esta só assume relevância aquando da definição da medida de alimentos em que terá que se ponderar a harmonização de bens conflitantes: tais como as situações concretas do credor e do devedor. Cfr. J.P. Remédio MARQUES, *Algumas Notas sobre Alimentos*..., p. 45, nota 45.

³⁰ Cfr. Eduardo dos SANTOS, *Direito da Família*, Coimbra, Almedina, 1999, p. 641.

sendo simultaneamente um direito fundamental que encontra consagração no art.º 18.º da CRP.

Nas palavras de L.P. Moitinho de ALMEIDA³¹, «[o] interesse protegido pela lei com a imposição da obrigação de alimentos é o interesse pela vida de quem deles carece, que é um interesse individual tutelado por motivos humanitários».

A análise da obrigação de alimentos devida pelos progenitores aos filhos pressupõe os conceitos de *socialidade* e, em especial, de *solidariedade* sendo analisados, enquanto fonte jurídico-genética de direitos subjetivos públicos, como direitos sociais ou direitos originários a prestações, dirigidos ao Estado de Direito social, económico e cultural³². Com vista à realização das condições de vida e de existência indispensáveis ao pleno desenvolvimento da família e à realização pessoal dos seus membros, cabe ao Estado diligenciar a proteção económica, jurídica e social deste grupo mediante a colocação à disposição dos cidadãos de prestações de vária espécie, conforme o art.º 67.º, n.º 2, da CRP³³.

O preceito constitucional supracitado reconhece a família enquanto tal, isto é, enquanto instituição, como titular direto de um direito fundamental, se bem que o que esteja em causa seja a realização pessoal dos seus membros (art.º 67.º, n.º 2 da CRP). Por sua vez, o art.º 36.º da CRP garante o direito das pessoas a constituir família, porquanto que o art.º 67.º da Constituição garante o direito das próprias famílias à proteção da sociedade e do Estado e à realização das conjunturas propiciadoras da realização pessoal dos seus membros³⁴.

Assim, cabe ao Estado e à sociedade a tarefa de proteção da família, ou seja, este dever não recai exclusivamente sobre os poderes públicos mas também sobre outros particulares, como as entidades patronais, as IPSS, no fornecimento dos seus serviços, e os próprios partidos políticos, na sua organização e modo de funcionamento.

Desta forma, surge aqui o Estado como coadjuvante (*princípio da subsidiariedade da intervenção do Estado*), sem nunca pretender sobrepor-se à família, apenas assumindo o papel desta última em situação de incapacidade. Este princípio deve ser entendido no sentido de que o Estado não se deve substituir às responsabilidades

³¹ Cfr. L. P. Moitinho de ALMEIDA, “Os Alimentos no...”, p. 94.

³² Cfr. J.P. Remédio MARQUES, *Algumas Notas sobre Alimentos...*, p. 10.

³³ Não se julgue, porém, que estes direitos subjetivos públicos retirem protagonismo, nem impliquem a decadência dos valores atinentes ao princípio da solidariedade familiar.

³⁴ Cfr. J. J. CANOTILHO e Vital MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, vol. I, 4.ª edição revista, Coimbra, Coimbra Editora, 2007, p. 856.

familiares, mas alertando de que o Estado não deve intervir apenas em situações em que as famílias não possam solucionar por si só³⁵.

Nos termos do art.º 63.º e seguintes da CRP, quando o Estado se ocupa dos cidadãos em situação de necessidade ou carência de recursos económicos para subsistir com dignidade, ele não faz caridade, assume-se assim como um Estado de Direito social, que visa respeitar e garantir os direitos sociais de todos. No capítulo dos «direitos sociais», a Constituição plasmou o direito à segurança social e a solidariedade, ao qual se seguem imediatamente os direitos à saúde e à habitação (arts.º 64.º e 65.º), que trata os elementares direitos à sobrevivência e à existência condigna, merecedores de tutela constitucional³⁶.

Quanto às conceções de família estas divergem naturalmente e, talvez por isso o nosso CC, no seu art.º 1576.º expõe de uma forma aparentemente taxativa aquilo que denomina por relações jurídico-familiares. Mas, como nos afirma Carlos Pamplona CORTE-REAL e José Silva PEREIRA, «(...) fá-lo de forma manifestamente infeliz (...), sobretudo por limitar a abrangência jus-familiar, parecendo atirar para domínios extra-familiares matérias como a união de facto³⁷, a regulação da custódia dos filhos no caso de divórcio ou da obrigação de alimentos.³⁸».

O nosso legislador julgou exequível tipificar as relações jurídico-familiares, nas quais inclui apenas o casamento, o parentesco, a afinidade e a adoção, arqueando a dinâmica jurídico-evolutiva familiar, caindo no «*non sense*», por exemplo, de reconhecer a afinidade como relação familiar, quando está em causa a produção de efeitos praticamente nula, negando tal qualificação à união de facto (*vide* Lei n.º 7/2001, de 11 de Maio), bem mais expressiva nas suas consequências jurídicas³⁹.

Para Castro MENDES e Teixeira de SOUSA⁴⁰, o direito a alimentos é referido como um direito estruturalmente obrigacional e funcionalmente familiar, isto é, esta obrigação surge como um exemplo típico de uma relação parafamiliar.

Na perspetiva destes autores, as relações jurídicas parafamiliares apresentam dois traços característicos: desempenham funções próprias da família e têm,

³⁵ Para um maior desenvolvimento, XAVIER, Rita Lobo, “O Direito da Família- Notas e Comentários”, in *Humanista e Teologia*, Porto, 1991, p. 391.

³⁶ Cfr. J. J. CANOTILHO e Vital MOREIRA, *ob. cit.*, p. 814.

³⁷ Quanto ao regime de responsabilidades parentais, a Lei n.º 137/2015, de 7 de Setembro, visa que as soluções a adotar nos casos de cessação da união de facto e nos casos referidos no art.º 1904.º-A do CC devem ser idênticas às adotadas nas situações de divórcio separação ou anulação do casamento. Esta alteração visa respeitar o princípio da igualdade (art.º 13.º da CRP).

³⁸ Cfr. Carlos Pamplona CORTE-REAL e José Silva PEREIRA, *Direito da Família, Tópicos para uma Reflexão Crítica*, 2.ª edição Atualizada, Lisboa, AAFDL, 2011, pp. 117-119.

³⁹ *Idem*.

⁴⁰ Cfr. João de Castro MENDES, SOUSA, Teixeira de, *Direito Civil: Teoria Geral*, AAFDL, vol. II, Lisboa, 1985, p. 77.

normalmente, por causa indireta, uma das figuras qualificadas na lei como fontes de relações jurídicas familiares (art.º 1576.º do CC). Procura

Em sentido contrário, para Jorge Duarte PINHEIRO a obrigação de alimentos não tem natureza jurídica familiar, nem tão-pouco, corresponde a uma relação parafamiliar, na medida em que «(...) não há necessariamente uma vida em comum entre o credor e o devedor de alimentos; e a respectiva relação jurídica não produz uma eficácia geral idêntica à das relações familiares.⁴¹»

Para este Autor as relações parafamiliares são aquelas cuja eficácia jurídica (civil) seja em larga medida idêntica às relações familiares ou aquelas em que, pelo menos, se verifique de facto uma vida comum análoga à que *de iure* é exigida entre sujeitos de relações familiares⁴².

A obrigação geral de alimentos assume, aqui, o chamado direito familiar patrimonial, pois trata-se de relações que são originariamente e estruturalmente obrigacionais ou reais e são estudadas no âmbito do direito da família só porque sendo os sujeitos dessas relações, ao mesmo tempo sujeitos de uma relação familiar, tais relações patrimoniais ou reais são influenciadas no seu regime por essa circunstância. Pode dizer-se, assim, que a sua autonomia se constitui e desenvolve na dependência daquela relação familiar⁴³.

Assim, estando a obrigação de alimentos frequentemente ao serviço de interesses familiares, esta é para o autor uma relação acessoriamente familiar⁴⁴, sendo esta obrigação um possível efeito de relações familiares e parafamiliares.

Nas palavras deste Autor⁴⁵, apesar da obrigação alimentar ter um título no livro IV do CC, a par do casamento, da filiação e da adoção (título que a afinidade não tem), a obrigação em estudo pode vincular uma pessoa ou outra sem que entre elas exista ou tenha existido um vínculo familiar, como seja o caso do ex-cônjuge eventual prestador legal de alimentos (art.º 2009.º, n.º 1, al. a), do CC) ou a constituição por via negocial da obrigação, independentemente de qualquer nexó orgânico entre as partes (art.º 2014.º, n.º 1 do CC).

Em suma, adotamos a doutrina de Jorge Duarte PINHEIRO, em que a obrigação de alimentos apresenta uma estrutura patrimonial, enquadrando-se numa relação

⁴¹ Cfr. João Duarte PINHEIRO, *O Direito da Família Contemporâneo, Lições*, 4.ª Edição, Lisboa, AAFDL, 2013, p. 73.

⁴² Cfr. João Duarte PINHEIRO, *ob. cit.*, p. 41.

⁴³ Cfr. Francisco Pereira COELHO e Guilherme de OLIVEIRA, *ob. cit.*, p. 151.

⁴⁴ Perfilhando este entendimento, Antunes VARELA, *ob.cit.*, p. 19.

⁴⁵ Cfr. João Duarte PINHEIRO, *ob. cit.*, pp. 40-42.

creditícia que em muitos casos se encontra funcionalmente associada a uma relação familiar.

Quanto à natureza os alimentos podem ser naturais, civis ou despesas da demanda⁴⁶. São considerados alimentos naturais (*necessarium vitae*) os estritamente necessários para a manutenção da vida, indispensáveis à sobrevivência, como a alimentação. Os alimentos civis (*necessarium personae*), por sua vez, são aqueles que se encontram destinados a manter a qualidade de vida do alimentado, ou seja, a preservar o *status* social do credor alimentar, como a habitação, o vestuário e as despesas com a instrução, educação e lazer. As despesas da demanda (*alimentalitis*) são as custas da ação de alimentos.

Quanto ao vínculo obrigacional os alimentos podem ser legais, contratuais e testamentários⁴⁷. São legais os alimentos cuja obrigação resulta da lei.

Dentro do Direito da Família, os que decorrem do casamento, do parentesco, da adoção, da afinidade e da união de facto. Fora das relações do Direito da Família, surgem como efeito de doações, do arresto e da insolvência. Considerados como alimentos contratuais, estão os alimentos que são devidos por convenção. E são testamentários os alimentos cuja obrigação procede de uma disposição testamentária.

A obrigação de prestar alimentos pode ser livremente contratada ao abrigo do princípio da autonomia da vontade privada (art.º 405.º do CC)⁴⁸.

A lei engloba os alimentos contratuais e os testamentários na 1.ª parte do art.º 2014.º, n.º 1 do CC, na locução «[á] obrigação alimentar que tenha por fonte um negócio jurídico», e manda aplicar a esta, com as necessárias correções, as disposições relativas aos alimentos legais, desde que não estejam em oposição com a vontade manifestada ou com disposições especiais da lei.

1.2.Pressupostos e medidas

Em termos gerais, pressupostos genéricos da obrigação legal de alimentos são, *prima facie*, a verificação de um *status quo* traduzido na impossibilidade de o credor prover, total ou parcialmente, ao seu sustento, ou seja, a necessidade económica do credor. Em segundo lugar, a existência de uma pessoa – agregada na lista de obrigados

⁴⁶ Cfr. Eduardo dos SANTOS, *ob. cit.*, p. 640 e L. P. Moitinho de ALMEIDA, “Os Alimentos no...”, pp. 93-94.

⁴⁷ Cfr. Eduardo dos SANTOS, *ob. cit.*, p. 641.

⁴⁸ Cfr. José Alberto GONZÁLEZ, *Código Civil Anotado*, Vol. V, Direito da Família, Lisboa, Quid Juris, 2014, p. 430.

plasmada no art.º 2009.º, n.º 1 do CC – que se encontre em condições económicas de poder prover, total ou parcialmente, à subsistência do primeiro⁴⁹.

A situação de necessidade (*necessitas*) prevista na lei, enquanto pressuposto ou facto constitutivo de aquisição da prestação alimentar – por isso mesmo é um conceito que incorpora diversos graus de indeterminação, que, dependendo do caso concreto, exigem uma atividade construtiva na decisão -, que é condicionada não só por um requisito objetivo, mas também por vários requisitos subjetivos⁵⁰.

A noção desta condição é relativa porque, para a determinação do quantitativo necessário para alimentos não há que atender apenas ao custo habitual e geral de subsistência, tem que se levar em consideração no seu cálculo também as circunstâncias especiais das pessoas a alimentar, como a idade, o sexo, o estado de saúde, a situação social, entre outras, que podem alterar as necessidades de alimentação e elevar, assim, o seu quantitativo⁵¹.

Desta forma, não basta o simples facto objetivo da necessidade económica, traduzida na impossibilidade de subsistência, total ou parcial, pelos seus meios, pois, se assim fosse, tanto a situação de necessidade se poderia identificar com a absoluta pobreza, ainda que impeditiva da morte, quanto com um amadorismo ou a indolência de todo aquele que, apto para uma profissão, preferisse viver às custas do Estado e/ou de familiares⁵².

Em suma, são pressupostos da prestação alimentar: a situação de necessidade do alimentado, a possibilidade económica do alimentante e, ainda, a viabilidade deste último fornecer os alimentos sem prejuízo para o seu próprio sustento, certo que não seria razoável exigir tal sacrifício, exigindo-se a proporção entre as necessidades de um e as possibilidades do outro⁵³.

A medida ou extensão desta obrigação é determinada em função do equilíbrio entre dois fatores: as possibilidades dos pais e as necessidades do filho, conforme o art.º 2004.º, n.º 1 e 2, do CC, devendo ambas ser aferidas no momento da fixação da prestação⁵⁴.

A primeira coordenada que a lei aponta para o cálculo do montante da obrigação alimentar é a dos *meios* de quem tiver que prestá-los. Esta não surge para permitir o

⁴⁹ Cfr. J.P. Remédio MARQUES, *Algumas Notas sobre Alimentos*..., p. 186 e Maria Clara SOTTOMAYOR, *ob. cit.*, p. 295.

⁵⁰ Cfr. J.P. Remédio MARQUES, *Algumas Notas sobre Alimentos*..., p. 186.

⁵¹ Cfr. L. P. Moitinho de ALMEIDA, “Os Alimentos no ...”, pp. 96-97.

⁵² Cfr. J.P. Remédio MARQUES, *Algumas Notas sobre Alimentos* ..., p.187.

⁵³ Cfr. João Duarte PINHEIRO, *ob. cit.*, pp. 77-78 e L. P. Moitinho de ALMEIDA, “Os Alimentos no...”, p. 96.

⁵⁴ Cfr. Ana LEAL, *Guia Prático da Obrigação de Alimentos*, 2.ª Edição, Coimbra, Almedina, 2014, p. 10.

recurso a eles até à exaustão, mas para prescrever, sensatamente, que os alimentos hão-de ser *proporcionais* a esses meios, não podendo ser fixados em montante desproporcional com os meios de quem se obriga, ainda que não se elimine por completo a situação de carência da pessoa a quem a prestação é creditada⁵⁵.

Se o montante da contribuição exigível aos familiares, em termos proporcionais aos meios daqueles sobre quem recai a obrigação, não for suficiente para eliminar a situação de necessidade do credor alimentar, é sobre o Estado que passa a recair o dever de suprir a deficiência, na medida em que a própria Constituição (no art.º 63.º) o incumbe de organizar um sistema de segurança social capaz de proteger os cidadãos⁵⁶.

Na fixação deve considerar-se os critérios de razoabilidade e proporcionalidade na ponderação dos meios de que dispõe o devedor de alimentos e das necessidades do credor dos mesmos, devendo os alimentos fixados serem proporcionais a esses meios⁵⁷.

Neste sentido, temos o Ac. do Tribunal da Relação do Porto, de 12/10/1995⁵⁸, segundo o qual os alimentos serão proporcionais aos meios daquele que houver a prestá-los e às necessidades do que tiver que recebê-los. Aquelas necessidades terão que ser satisfeitas na medida do imprescindível, tendo em consideração para a sua determinação a ponderação de fatores como a idade, estado de saúde, ocupação do alimentado, entre outras.

Quanto à possibilidade de prestar alimentos esta tem de abranger o acervo de todos os rendimentos, não abrangendo apenas os rendimentos do trabalho (como o salário ou pensões) do devedor de alimentos mas também todos os rendimentos, fixos ou variáveis, e até os de carácter eventual (gratificações, emolumentos, etc.) ou outros meios de riqueza⁵⁹.

Em sentido inverso, Vaz SERRA é da opinião de que na determinação das possibilidades do obrigado, não deve ter-se em consideração «(...) as receitas esporádicas, temporárias, não renováveis e descontínuas.⁶⁰»

Entram também no cálculo da obrigação de alimentos, os rendimentos de capital, poupanças, rendas provenientes de imóveis arrendados e o valor dos bens do devedor, que este terá de alienar em caso de desemprego ou se os seus rendimentos periódicos

⁵⁵ Cfr. Pires de LIMA e Antunes VARELA, *Código Civil Anotado*, Vol. V, 1.ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2011 (Reimpressão), p. 581.

⁵⁶ *Idem*.

⁵⁷ Cfr. Ana LEAL, *ob. cit.*, p. 10.

⁵⁸ Disponível em www.dgsi.pt. [consultado em 10/01/2016]

⁵⁹ Cfr. Maria Amália Pereira dos SANTOS, *ob. cit.*, p. 16, disponível em <http://julgar.pt/o-dever-judicial-de-fixacao-de-alimentos-a-menores/> [consultado em 09/12/2015]

⁶⁰ Cfr. Vaz SERRA, “Obrigação de alimentos”, in *Boletim do Ministério da Justiça*, 108, p. 123.

não forem razoáveis para um montante de alimentos adequado às necessidades do alimentado⁶¹.

No entanto, para se apurar o rendimento disponível do devedor de alimentos é necessário proceder à análise das obrigações que este poderá ter para com outras pessoas, isto é, teremos que levar em linha de conta não só os meios de rendimentos do obrigado mas também os encargos a que este se encontra adstrito⁶².

Tais encargos carecem de hierarquização, para que só aqueles que se apresentarem justificados pela necessidade de uma subsistência condigna do devedor de alimentos sejam tomados em consideração, excluindo-se todos aqueles que originem de uma obrigação que não possa prevalecer sobre a obrigação de prestar alimentos⁶³.

Concordamos neste aspeto com Maria Clara SOTTOMAYOR quando afirma que «(...) só deve admitir-se a relevância de dívidas contraídas para atender às necessidades fundamentais do obrigado e não dívidas contraídas para fazer face a despesas supérfluas ou acima da sua capacidade financeira⁶⁴».

No entanto, na fixação de alimentos deve ter-se em consideração apenas as necessidades do próprio alimentado e não das pessoas que estão a cargo dele, pois «(...) o contrário seria impor indiretamente uma obrigação alimentar vantajosa para as pessoas a quem a lei não concede direito a alimentos a prestar pelo obrigado⁶⁵».

No que concerne ao apuramento das necessidades dos beneficiários da obrigação de alimentos, tem que ter-se em conta, além do custo de vida em geral, os gastos necessários ao seu desenvolvimento físico e intelectual, tal como a alimentação, o vestuário, a saúde, a educação e instrução. Não esquecendo, contudo, a idade da criança (quanto mais velha mais avultados são os encargos com a educação, vestuário, alimentação, vida social, atividades extracurriculares), a sua saúde (o que pode implicar despesas médicas mais dispendiosas), a situação social da criança e o seu nível de vida anterior ao divórcio ou rutura da relação dos pais⁶⁶.

Os progenitores devedores de alimentos devem contribuir com uma quantia nunca inferior àquela que contribuía ou devia contribuir antes do divórcio ou separação,

⁶¹ Cfr. Maria Clara SOTTOMAYOR, *ob. cit.*, p. 296.

⁶² *Ibidem*, p. 297.

⁶³ Cfr. Maria Amália Pereira dos SANTOS, *ob. cit.*, p. 17, disponível em <http://julgar.pt/o-dever-judicial-de-fixacao-de-alimentos-a-menores/> [consultado em 09/12/2015].

⁶⁴ Cfr. Maria Clara SOTTOMAYOR, *ob. cit.*, p. 297.

⁶⁵ Cfr. L. P. Moitinho de ALMEIDA, “Os Alimentos no...”, p. 97.

⁶⁶ Neste sentido, Maria Clara SOTTOMAYOR, *ob. cit.*, p. 300.

de modo a que se garanta um mínimo de condições de conforto e que impeça a rutura absoluta do nível de vida que o filho usufruía durante o matrimónio dos pais⁶⁷.

Ainda quanto à medida da contribuição de cada progenitor para a prestação de alimentos, esta deve centra-se na capacidade económica de cada um prover às necessidades do filho, na medida em que essas necessidades «(...) sobrelevam a disponibilidade económica dos pais, não podendo nunca concluir-se que uma tal responsabilidade é satisfeita quando o progenitor se limita a dispor do que lhe sobra – trata-se de uma responsabilidade que impõe ao progenitor assegurar as necessidades do filho de forma prioritária relativamente às suas⁶⁸».

A prova das possibilidades do credor de alimentos incumbe ao alimentado, na sua qualidade de autor. Mas se o obrigado se defender argumentando com a sua falta de possibilidades, encontramos-nos perante uma exceção, cujo ónus da prova fica a cargo deste⁶⁹.

1.3.Características

São várias as particularidades que conformam a obrigação de alimentos, sendo elas:

1.3.1. Patrimonialidade

A prestação de alimentos consiste, em regra, em uma prestação de índole patrimonial, determinável em dinheiro, na medida em que visa satisfazer as necessidades primárias do credor alimentar⁷⁰. Conforme resulta do disposto no art.º 2005.º, n.º 1, do CC, os alimentos devem ser fixados em prestações pecuniárias mensais, salvo se houver acordo ou disposição legal em contrário, ou se ocorrerem motivos que justifiquem medidas de exceção.

Por sua vez, o seu n.º 2 presume que nas situações em que o obrigado alimentar demonstrar e provar que não pode prestar alimentos enquanto pensão, mas tão-somente em sua casa e companhia, assim poderão ser decretados.

O n.º 2 do artigo *supra* citado leva-nos a concluir que o juiz, a quem o credor alimentar pede para os prestar em sua casa e companhia, não está necessariamente adstrito a deferir tal pedido, que o deverá fazer no seu prudente arbítrio (que por não ser

⁶⁷ Cfr. Maria Amália Pereira dos SANTOS, *ob. cit.*, p. 18, disponível em <http://julgar.pt/o-dever-judicial-de-fixacao-de-alimentos-a-menores/> [consultado em 09/12/2015].

⁶⁸ Cfr. Maria Clara SOTTOMAYOR, *ob. cit.*, p. 299.

⁶⁹ Cfr. L. P. Moitinho de ALMEIDA, “Os Alimentos no...”, p. 101.

⁷⁰ Cfr. Ana LEAL, *ob. cit.*, p. 12.

um poder discricionário, é passível de recurso), se entender que não existem razões que desaconselhem o seu deferimento⁷¹ (em sentido diverso, a receção do alimentado em casa do obrigado não será de admitir se não houver boas relações entre aquele e este⁷²).

No entanto, o alimentante a quem seja concedido prestar alimentos em sua casa não pode, fundado apenas na sentença que tal decide, exigir que o alimentado vá para a sua companhia⁷³.

Sendo a obrigação alimentar uma relação creditória de fim determinado (visa assegurar as condições primárias de vida à pessoa carente de meios), o seu objeto deveria ser uma prestação em espécie⁷⁴. Todavia, a regra consagrada na lei é a da constituição de uma obrigação pecuniária de prestações mensais. Esta é uma solução que tem a manifesta vantagem de conceder ao credor a liberdade de escolher, dentro da soma ou quantia global posta à sua disposição, os meios que considere mais adequados à satisfação das suas necessidades.

O art.º 2005.º do CC prevê, no entanto, três hipóteses de exceção a essa regra: a primeira é de haver acordo das partes; a segunda é a de haver disposição legal que imponha o pagamento dos alimentos em termos diferentes da prestação mensal; e a terceira é a de haver motivos que justifiquem medidas de exceção⁷⁵.

Mais importante, porém, do que as duas exceções abertas do n.º 1, é a alternativa existente no n.º 2. Este último dá ao obrigado à prestação alimentar a faculdade de requerer, mediante prova das razões alegadas, a prestação dos alimentos em sua casa e companhia, em lugar da prestação pecuniária mensal⁷⁶.

Conclui-se, após a análise do artigo *supra* citado e do disposto nos seus n.º 1 e 2, que os alimentos são em regra prestados em dinheiro e, excecionalmente, em espécie.

Assim, para que os alimentos não sejam decretos enquanto pensão é necessário que o credor alimentar justifique a impossibilidade de os prestar de tal modo⁷⁷.

O normativo legal em análise não impede que seja fixada uma prestação única, em vez de várias prestações mensais, prestação que terá em consideração o período de tempo em que previsivelmente se irá manter as necessidades do credor alimentar⁷⁸.

⁷¹ Cfr. L. P. Moitinho de ALMEIDA, “Os Alimentos no...”, p. 103.

⁷² *Idem*.

⁷³ Cfr. Vaz SERRA, *ob. cit.*, p. 150.

⁷⁴ Neste sentido, Pires de LIMA e Antunes VARELA, *ob. cit.*, p. 583.

⁷⁵ Cfr. Pires de LIMA e Antunes VARELA, *ob. cit.*, p. 218 e Jacinto Fernandes Rodrigues BASTOS, *Notas ao Código Civil*, Vol. VII, Lisboa, 2002, p. 583.

⁷⁶ Cfr. Pires de LIMA e Antunes VARELA, *ob. cit.*, p. 584.

⁷⁷ Cfr. L. P. Moitinho de ALMEIDA, “Os Alimentos no...”, p. 103.

⁷⁸ Cfr. Ana LEAL, *ob. cit.*, p. 12.

Apesar de não ser vedada esta prestação única de capital são várias as desvantagens na sua fixação, desde logo, o facto de proporcionar uma maior alienação e desresponsabilidade do devedor alimentar, na medida em que se pressupõe uma saudável convivência entre credor e devedor, normalmente entre pai/mãe e filho, sendo que esta prestação única poderá não sustentar a relação entre o filho e o progenitor devedor de alimentos⁷⁹, na medida de que o devedor alimentar é, quase sempre, o progenitor não-residente. Esta desvantagem mostra-nos que esta não se afigura como a solução mais adequada.

1.3.2. Variabilidade

A variabilidade é outra característica intrínseca às prestações alimentares, estando dependente da conexão entre as necessidades do alimentado e as possibilidades do obrigado, sendo quantificada através de uma quantia em dinheiro constituindo, dessa forma, uma dívida de valor⁸⁰. Esta pode alterar-se quando se verificarem mudanças nas circunstâncias que serviram de base à sua determinação.

Nos termos dos art.º 551.º, n.º 1, e 2012.º, ambos do CC, sendo a prestação de alimentos de natureza pecuniária, esta assume também, naturalmente, carácter variável, podendo ser reduzida ou aumentada conforme as alterações que se poderão verificar quanto às necessidades do credor e as possibilidades do devedor alimentar, alteração que pode ocorrer a todo o tempo⁸¹.

Depois de fixados os alimentos pelo tribunal ou por acordo dos interessados, se as circunstâncias determinantes da sua fixação se modificarem, podem os alimentos taxados ser reduzidos ou aumentados, conforme os casos, ou podem outras pessoas ser obrigadas a prestá-los, conforme o art.º 2012.º do CC.

A sentença que altera o montante da prestação de alimentos produz efeitos a partir da data da formulação do pedido de alteração (art.º 2006.º do CC).

Assim, nos termos dos art.º 2012.º do CC e art.º 988.º do CPC, a lei permite a alteração da obrigação de alimentos quando as circunstâncias que estiveram na base da determinação e fixação da prestação alimentar sofrerem alguma alteração, afirmando-se, aqui, o carácter relativo desta prestação, estando dependentes das necessidades do credor e das possibilidades do devedor, conforme o art.º 2004.º do CC. O que significa

⁷⁹ *Ibidem*, p. 13.

⁸⁰ Cfr. J.P. Remédio MARQUES, *Algumas Notas sobre Alimentos...*, pp. 100-101.

⁸¹ Assim, Ana LEAL, *ob. cit.*, p.13 e J.P. Remédio MARQUES, *Algumas Notas sobre Alimentos...*, pp. 100-101.

que não se aplica quanto a estas o princípio do caso julgado, na medida em que as decisões podem ser alteradas sempre que se verifique uma alteração superveniente das circunstâncias que estiveram na sua base⁸².

Conforme nos explica os arts.º 550.º e 551.º, ambos do CC, poderá haver modificação da obrigação de alimentos por atualização da prestação, isto é, numa tentativa de adaptá-la à inflação. Quando se trata de dívidas de valor, atendendo ao princípio nominalista do art.º 550.º do CC, o credor tem a garantia de receber sempre determinado valor independentemente da perda de valor aquisitivo da moeda⁸³.

Os fundamentos normalmente invocados para este efeito consistem na diminuição ou aumento da taxa de inflação, no aumento do custo de vida, na depreciação do valor da moeda, numa alteração das circunstâncias financeiras do obrigado ou numa situação de modificação das necessidades das crianças⁸⁴.

Para que a adaptação da prestação de alimentos ao aumento do custo de vida se faça anualmente e de forma automática, deve fixar-se na decisão inicial uma cláusula de indexação do montante a pagar à taxa de inflação ou à taxa de crescimento dos salários. Estas cláusulas de ajustamento automático devem ser inseridas *ex officio* nas decisões judiciais, de forma a proteger a parte mais fraca e o interesse geral na redução de conflitos judiciais⁸⁵.

1.3.3. Periodicidade

Como resulta do art.º 2005.º do CC, «[o]s alimentos devem ser fixados em prestações pecuniárias mensais, salvo se houver acordo ou disposição legal em contrário, ou se ocorrerem motivos que justifiquem medidas de exceção.»

Nos termos do artigo *supra* citado os alimentos devem ser fixados em prestações pecuniárias com periodicidade mensal, embora a lei contemple exceções a este princípio: nos casos em que haja acordo das partes ou disposição legal em contrário, ou se ocorrem motivos que justifiquem medidas de exceção.

⁸² Cfr. Ana LEAL, *ob. cit.*, p.13.

⁸³ Cfr. J.P. Remédio MARQUES, *Algumas Notas sobre Alimentos*..., pp. 102-109.

⁸⁴ Cfr. Maria Clara SOTTOMAYOR, *ob. cit.*, p. 313.

⁸⁵ *Ibidem*, p. 314.

Desta forma, as prestações alimentares têm carácter periódico, estando em causa diversas obrigações com diferentes prazos de vencimento⁸⁶, isto é, obrigações que se renovam sucessivamente no tempo⁸⁷.

O dever legal de alimentos consubstancia-se em prestações periódicas atualizáveis em função do valor aquisitivo da moeda, ou seja, trata-se de uma prestação da coisa (de dinheiro) a satisfazer regularmente⁸⁸.

Segundo Remédio MARQUES⁸⁹, contrariamente às obrigações de execução continuada – que se prolongam no tempo ininterruptamente-, as prestações em dinheiro, enquanto conteúdo dos alimentos, são prestações periódicas com trato sucessivo que se renovam sucessivamente em singulares prestações, no final de cada período considerado⁹⁰.

Quando estamos perante obrigações alimentares que têm como conteúdo, não uma obrigação de quantidade, mas uma prestação de facto ou prestação da coisa diversa de dinheiro – tal como sucede no art.º 2005.º, n.º 2 – a obrigação de alimentos assume um carácter de prestação de execução continuada, que se prolonga no tempo, em conformidade com os critérios do art.º 2004.º do CC, que são as necessidades do alimentado e as possibilidades do alimentante⁹¹.

1.3.4. Indisponibilidade

O direito a alimentos é um direito pessoalíssimo inerente ao alimentado, na medida em que tem a finalidade de garantir a sua subsistência. Assim, estes são irrenunciáveis⁹², incedíveis, não suscetíveis de compensação⁹³, impenhoráveis, tal como resulta do art.º 2008.º, n.º 1 e 2, do CC.

Tendo em consideração a finalidade que a prestação de alimentos prossegue – tudo o que for «indispensável ao sustento, habitação e vestuário» do respetivo credor,

⁸⁶ Assim, sendo uma prestação periódica, a prescrição de uma delas (pelo decurso do prazo de 5 anos) mantém a obrigação geral, na medida em que a prescrição corre isoladamente desde a exigibilidade de cada uma das prestações que se forem vencendo. Cfr. J.P. Remédio MARQUES, *Algumas Notas sobre Alimentos* ..., p. 112, nota 152.

⁸⁷ Cfr. Ana LEAL, *ob. cit.*, p. 14.

⁸⁸ Cfr. J.P. Remédio MARQUES, *Algumas Notas sobre Alimentos*..., pp. 112-114.

⁸⁹ *Ibidem*, p. 113.

⁹⁰ Sobre este tipo de obrigações, João de Matos Antunes VARELA, *Das Obrigações em Geral*, Vol. I, 10.ª Edição, Coimbra, Almedina, pp. 92-97.

⁹¹ Cfr. J.P. Remédio MARQUES, *Algumas Notas sobre Alimentos*..., p. 113.

⁹² Com a exceção das prestações já vencidas (art.º 2008.º, n.º 1, 2.ª Parte, do CC), uma vez que sobre prestações vincendas não é admissível qualquer tipo de renúncia.

⁹³ Quando duas pessoas são reciprocamente devedores uma da outra, as suas obrigações extinguem-se até à concorrência da menor: é a compensação, plasmada no art.º 847.º do CC. No entanto, o art.º 2008.º, no seu n.º 2, afasta esta possibilidade por que ao permitir compensar uma dívida alimentar com uma dívida ordinária estaria, consequentemente, a deixar sem recursos o credor de alimentos (Cfr. Jacinto Fernandes Rodrigues BASTOS, *ob. cit.*, p. 221).

conforme o art.º 2003.º do CC-, o correspondente direito não poderia deixar de ser indisponível, intransmissível, impenhorável e irrenunciável. É o resultado de se encontrar estritamente ligado à pessoa do titular, na medida em que se destina a assegurar a sua subsistência⁹⁴.

O facto de os alimentos legais serem indisponíveis não obsta a que as partes possam convencionar o montante de alimentos e o modo da prestação. No entanto, uma vez que o alimentado não pode renunciar aos alimentos futuros, nada obsta a que ele possa pedir a fixação judicial dos alimentos de acordo com as regras legais⁹⁵.

No entanto, tratando-se de alimentos de natureza negocial, o doador, o testador ou as partes são livres de convencionarem a sua *disponibilidade*, sendo que o legislador manda aplicar, na falta de convenção quanto às características dos alimentos negociais, o disposto nos art.º 2008.º, n.º 1, conforme o art.º 2014.º, ambos do CC⁹⁶.

É nulo o contrato, qualquer que seja o seu fim e natureza, que importe a renúncia a alimentos futuros⁹⁷. Todavia, tendo a prestação de alimentos o fim de assegurar os meios necessários à vida de quem não dispõe deles, a renúncia ao próprio direito (se fosse válida) significaria que o respetivo encargo recairia sobre o Estado, através do dever geral do art.º 63.º, n.º 2 da CRP⁹⁸.

Desta forma, o direito a alimentos assenta num interesse público de tal ordem que repele liminarmente a validade da renúncia a ele.

Quanto à regra geral do art.º 577.º, n.º 1, do CC, que se aplica ao comum dos créditos, onde o credor pode ceder a terceiro, independentemente do consentimento do devedor, não só a titularidade do crédito mas também uma parte ou fração dele⁹⁹ tal não ocorre no crédito alimentar, estabelecendo-se o princípio da incedibilidade, pelo que devido à sua natureza estritamente pessoal, este não pode ser transmitido a terceiros.

A obrigação de alimentos reveste ainda uma natureza *intuitus personae*, na medida em que, sendo inseparável da pessoa do devedor e da do credor alimentar, não é transmissível em vida ou por morte, nem passível de compensação, não beneficiando sequer aos herdeiros do credor de alimentos. Assim, só a dívida de alimentos já vencidos e não pagos é da responsabilidade dos sucessores do devedor de alimentos,

⁹⁴ Cfr. José Alberto GONZÁLEZ, *ob. cit.*, p. 423.

⁹⁵ Cfr. L. P. Moitinho de ALMEIDA, “Os Alimentos no...”, p. 109.

⁹⁶ Neste sentido, J.P. Remédio MARQUES, *Algumas Notas sobre Alimentos...*, p. 119 e L. P. Moitinho de ALMEIDA, “Os Alimentos no...”, p. 108.

⁹⁷ *Idem*.

⁹⁸ Cfr. Pires de LIMA e Antunes VARELA, *ob. cit.*, pp. 588-589.

⁹⁹ *Idem*.

enquanto dívida da herança e até ao limite do valor da mesma¹⁰⁰. É, desta forma, uma situação jurídica que a lei declara que não pode subsistir para além da morte.

1.3.5. Exigibilidade

O direito a alimentos é um direito atual, não podendo aplicar-se ao passado, pelas regras *nemo alitur in praeteritum* e *in praeteritum non vivitur*¹⁰¹.

Nos termos do art.º 2006.º do CC, os alimentos são devidos desde a proposição da ação, sendo exigíveis após o trânsito em julgado da decisão – isto é, se não tiverem sido decretados alimentos provisórios (art.º 2007.º do CC) – ou, estando já fixados pelo tribunal ou por acordo, desde o momento em que o devedor se constituiu em mora, sem prejuízo do disposto no art.º 2273.º do CC¹⁰².

Quando nenhum tribunal tenha sido chamado a pronunciar-se sobre um pedido de alimentos após a ponderação dos requisitos legais, não é possível condenar o réu em alimentos nos termos do art.º 2004.º do CC, na medida em que a exigibilidade da obrigação é distinta do nascimento da mesma¹⁰³.

Desta forma, se a prestação de alimentos tiver sido fixada pelo tribunal, por acordo homologado ou por acordo entre as partes (aquando de alimentos com origem em negócios jurídicos), as prestações são exigíveis a partir do momento em que a prestação já fixada seja exigida pelo credor, estando o devedor alimentar constituído em mora (conforme o art.º 2006.º do CC).

Nos termos do art.º 386.º do CPC, quando já se encontre fixada a obrigação alimentar (judicial ou extrajudicialmente), os alimentos são exigíveis desde a data da propositura da providência cautelar de alimentos provisórios (art.º 2007.º, n.º1, do CC), ou seja, desde o primeiro dia do mês subsequente à data da dedução do pedido. Caso não tenha sido intentada providência cautelar de alimentos provisórios, os alimentos serão exigidos desde a data da propositura da ação (art.º 2006.º, 1ª Parte, do CC), mas após o trânsito em julgado da respetiva sentença¹⁰⁴.

¹⁰⁰ Cfr. Ana LEAL, *ob. cit.*, p. 14.

¹⁰¹ Cfr. Vaz SERRA, *ob. cit.*, p. 154.

¹⁰² Quanto ao período de duração, os alimentos podem ser provisórios ou definitivos. São considerados definitivos os alimentos fixados para durarem enquanto não forem alterados (art.º 2012.º do CC) ou não cessarem (art.º 2013.º do CC). São provisórios os alimentos fixados para vigorarem enquanto não houver sentença exequível na ação de alimentos definitivos.

¹⁰³ Cfr. Ana LEAL, *ob. cit.*, p. 15.

¹⁰⁴ *Idem*.

Quanto ao princípio «alimentos não se restituem»¹⁰⁵, importa referir que este é inerente à própria natureza da obrigação de alimentos, sejam os alimentos provisórios ou definitivos.

A razão de ser deste princípio é a de que os alimentos se destinam a ser consumidos por aquele que deles carece.

A questão que se coloca é se este princípio vigora no ordenamento jurídico atual. Desta forma, no que se refere aos alimentos provisórios, este princípio está plasmado no art.º 2007.º do CC, que diz que em caso algum há lugar à restituição de alimentos provisórios recebidos.

Quanto aos alimentos definitivos, existe no nosso ordenamento, um princípio que parece interferir na aplicação do princípio de que os alimentos não se restituem. É ele o *enriquecimento sem causa* (art.º 473.º e seguintes do CC). Assim, o princípio de que os alimentos não se restituem cede ou sobrepõem-se sobre ele?

O enriquecimento sem causa cede a favor do princípio de que os alimentos não se restituem por duas razões: em primeiro lugar, uma das condições de atuação do instituto do enriquecimento sem causa é o «(...) benefício apreciável em dinheiro de que uma pessoa se encontra presentemente em gozo. Daí resulta que o enriquecimento tem que ser atual¹⁰⁶». A segunda razão é o carácter subsidiário que assume este instituto, como resulta do art.º 474.º do CC.

Assim, como o princípio de que os alimentos não se restituem não tem carácter subsidiário, o instituto do enriquecimento sem causa cede perante aquele. Concluimos, por isso, que os alimentos definitivos indevidamente recebidos não são restituíveis.

1.3.6. Duração indefinida

A prestação de alimentos é uma obrigação ilimitada no tempo, isto é, é uma obrigação por termo incerto, na medida em que esta se prolonga no tempo consoante a duração das necessidades do alimentado, estando a sua cessação normalmente dependente da manutenção das possibilidades do devedor de alimentos. Trata-se de uma prestação com duração indefinida que perdurará enquanto se mantiverem os pressupostos que estiveram na sua origem¹⁰⁷.

¹⁰⁵ Cfr. L. P. Moitinho de ALMEIDA, “Dos Alimentos”, in *Scientia Iuridica*, Revista de Direito Comparado Português, Tomo XVI, n.º 84-85, Braga, 1967, p. 20.

¹⁰⁶ Cfr. L. P. Moitinho de ALMEIDA, “Os Alimentos no...”, p. 105.

¹⁰⁷ Cfr. J.P. Remédio MARQUES, *Algumas Notas sobre Alimentos...*, p. 114.

Nos casos em que o credor de alimentos é o menor, tratando-se de uma obrigação que decorre do dever de assistência entre pais e filhos, estamos perante uma obrigação temporalmente limitada, na medida em que se extingue com a maioridade, salvo se este ainda não houver completado a sua formação¹⁰⁸.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 122/2015, de 1 de Setembro, que veio reestruturar a obrigação de alimentos a filhos maiores, foram introduzidas alterações importantes à matéria em estudo: em regra, a maioridade legal deixou de ser o limite temporal desta obrigação, na medida em que o legislador alterou o art.º 1905.º do CC, tendo atualmente a seguinte redação: «[p]ara efeitos do disposto no artigo 1880.º, entende-se que se mantém para depois da maioridade, e até que o filho complete 25 anos de idade, a pensão fixada em seu benefício durante a menoridade, salvo se o respetivo processo de educação ou formação profissional estiver concluído antes daquela data, se tiver sido livremente interrompido ou ainda se, em qualquer caso, o obrigado à prestação de alimentos fizer prova da irrazoabilidade da sua exigência.»

Nesta hipótese, estando a obrigação de alimentos a cargo dos pais – e não do tutor, na medida em que a tutela cessa com a maioridade (art.º 1961.º do CC) – esta obrigação manter-se-á na medida em que seja razoável exigir esse cumprimento e pelo tempo normalmente requerido para que aquela formação se complete (art.º 1880.º do CC). Após o término da formação em causa, pode o jovem adulto demandar os ascendentes – ou, subsidiariamente os outros eventuais obrigados – ao abrigo da obrigação geral de alimentos do art.º 2003.º do CC.

2. O que são alimentos educacionais?

O conteúdo das responsabilidades parentais está regulado no art.º 1878.º do CC, e, por força deste artigo, compete aos pais prover o seu sustento, na medida em que o sustento aqui em causa é faculdade-dever de prestar alimentos, no sentido mais amplo da expressão, isto é, englobando tudo o que seja indispensável ao sustento, habitação, vestuário, instrução e educação do alimentado (art.º 2003.º do CC)¹⁰⁹.

Segundo o art.º 1880.º do CC, se no momento em que atingir a maioridade ou for emancipado o filho não houver completado a sua formação profissional, manter-se-á a obrigação a que se refere o art.º 1879.º do CC, na medida em que seja razoável exigir

¹⁰⁸ *Ibidem*, p. 115.

¹⁰⁹ Cfr. Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa, de 07/12/2011, Processo n.º 1898/10.OTMLSB.L1-2, (Relator: Pedro Martins) [consultado em 10/03/2016].

aos pais o seu cumprimento e pelo tempo normalmente requerido para que aquela formação se complete.

Por sua vez, o art.º 1879.º do CC, afirma que os pais ficam desobrigados de prover ao sustento dos filhos e de assumir as despesas relativas à sua segurança, saúde e educação na medida em que os filhos estejam em condições de suportar, pelo produto do seu trabalho ou outros rendimentos, aqueles encargos.

Os alimentos previstos no art.º 1880.º do CC são os designados alimentos educacionais¹¹⁰, que são os alimentos conjeturados nos arts.º 1878.º, 1879.º e 2003.º, todos do CC, embora os alimentos educacionais surjam com pressupostos de atribuição mais rigorosos, resultando da cláusula de razoabilidade e de exigibilidade anexa ao art.º 1880.¹¹¹.

Como nos afirma Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa, de 24/02/2005¹¹², «[u]ma vez atingida a maioridade ou emancipação, o filho que se encontrava a auferir do seu progenitor uma pensão de alimentos, se estiver ainda a receber formação profissional, não remunerada, pode exigir a manutenção dos alimentos até ao termo da formação em curso, posto se mantenham os necessários pressupostos (...) e desde que tudo se afira por um critério de razoabilidade na exigência da prestação alimentar».

Tem sido entendimento da doutrina¹¹³ de que a estatuição do art.º 1880.º do CC, não é de estender à obrigação alimentar de outros familiares que não os progenitores. Também a jurisprudência tem abraçado este entendimento, ou seja, «[c]onforme decorre da letra e do espírito da lei, a obrigação de continuar a prestar alimentos aos adolescentes que atingiam a maioridade e pretendiam continuar a estudar passou a incidir "prima facie" e muito logicamente sobre os progenitores»¹¹⁴.

Para a jurisprudência, o art.º 1880.º do CC é uma norma excepcional, decorrente da sua génese e do termo normal da obrigação de prestar alimentos com a maioridade do alimentado, não permitindo a sua aplicação analogicamente, não por razões de sistematização formal, pelo facto do art.º 1880.º estar inserido na secção sobre

¹¹⁰ Cfr. J.P. Remédio MARQUES, *Algumas Notas sobre Alimentos...*, pp.135-137.

A expressão é de J.P. Remédio MARQUES, em *Algumas Notas sobre Alimentos (Devidos a menores) versus o Dever de Assistência dos pais para com os filhos (em especial filhos menores)*, Coimbra Editora, 2000; *Algumas Notas sobre Alimentos (Devidos a Menores)*, Coimbra Editora, 2007, que também a utiliza no seu trabalho “Obrigação de alimentos e registo civil”, disponível em http://www.fd.uc.pt/cenor/images/_textos/publicacoes/20100730_alimentoseregistocivil.pdf [consultado em 05/03/2016].

¹¹¹ Cfr. Ac. Tribunal da Relação de Lisboa, de 07/12/2011, Processo n.º 1898/10.OTMLSB.L1-2, (Relator: Pedro Martins) [consultado em 10/03/2016].

¹¹² Cfr. Ac. Tribunal da Relação de Lisboa, de 24/02/2005, Processo n.º 1198/2005-6, (Relator: Pereira Rodrigues) [consultado em 10/03/2016].

¹¹³ Cfr. Maria da Nazareth Lobato GUIMARÃES, “Alimentos”, *Reforma do Código Civil, in Revista da Ordem dos Advogados*, 1981, p. 207.

¹¹⁴ Cfr. Ac. do Supremo Tribunal de Justiça, de 16/03/1999, Processo n.º 99B0229, (Relator: Ferreira de Almeida) [consultado em 08/02/2016].

responsabilidades parentais e do art.º 2009.º do CC pertencer ao título das disposições gerais sobre alimentos, mas por razões de fundo. O art.º 2009.º do CC tem como fim a sobrevivência do carecido de alimentos, daí o leque alargado de obrigados. No entanto, quanto à melhoria das condições de vida profissional, ainda que desejável para todos, só poderá obrigar aqueles que mais de perto se encontram ligados por laços de sangue ao que se mostre carecido de alimentos¹¹⁵.

O Supremo Tribunal de Justiça, na decisão de 16/03/1999, veio elucidar que apesar de o neto viver com o avô, depois de alcançada a maioridade, e prosseguir os estudos para o ensino superior, ainda com a ajuda financeira daquele, não significa que poderá exigir-lhe alimentos com base no estatuído no art.º 1880.º do CC.

Em suma, Remédio MARQUES¹¹⁶ entende que o critério do art.º 1880.º está na verificação de determinados requisitos objetivos e subjetivos (que serão desenvolvidos no capítulo II) que, por sua vez, densificam o conceito de razoabilidade e (in) exigibilidade ali presentes.

3. Os sujeitos da obrigação alimentar

Passamos agora ao estudo dos sujeitos da obrigação de prestar alimentos que são, pois, aqueles que estão obrigados a prestá-los e os quem têm necessidade de receber o apoio dos alimentos.

Iremos tratar, aqui, dos alimentos legais, cuja fonte assenta no vínculo sanguíneo ou biológico entre o beneficiário e o obrigado da prestação.

A obrigação geral de alimentos vincula reciprocamente as pessoas mencionadas nas diversas alíneas do n.º 1, do art.º 2009.º do CC.

Desta forma, é necessário identificar os sujeitos ativos e passivos¹¹⁷. Quanto ao primeiro, temos como sujeito ativo o credor de alimentos – o alimentado. No que se alude ao segundo, é considerado sujeito passivo o devedor ou obrigado – o alimentante. É aquele que obrigatoriamente terá que prestar alimentos, visando saciar as necessidades do alimentado.

No nosso ordenamento, os sujeitos da obrigação encontram-se plasmados no art.º 2009.º, n.º 1, do CC, estando vinculados à prestação de alimentos, pela ordem indicada: o cônjuge ou o ex-cônjuge (no caso de estarmos perante obrigações

¹¹⁵ Vide Ac. Supremo Tribunal de Justiça, de 4/10/2005, (Relator: Pinto Monteiro), CJ/STJ, 2005, Tomo III, pp. 51-52.

¹¹⁶ Cfr. J.P. Remédio MARQUES, *Algumas Notas sobre Alimentos...*, p. 300.

¹¹⁷ *Ibidem*, pp. 137-151.

alimentares a ex- cônjuges); os descendentes; os ascendentes; os irmãos; os tios (durante a menoridade do alimentando); padrasto e a madrasta (relativamente a enteados menores que estejam, ou estivessem no momento da morte do cônjuge, a cargo deste).

Entre os descendentes e os ascendentes, a obrigação alimentar é deferida segundo o princípio da preferência de graus de parentesco¹¹⁸, sem prejuízo do direito de representação (art.º 2135.º e art.º 2018.º do CC), nos termos do art.º 2009.º, n.º 2, do CC. Podemos dar como exemplo a seguinte situação: A, que carece de alimentos, se tiver um filho e um neto, a vinculação recai sobre o filho; outra situação: se B, que carece de alimentos tiver um filho, C, e um neto, D, sendo que este é filho de um filho já falecido de B, a vinculação recai sobre o filho C e, por direito de representação, sobre o neto D.

No entanto, se algum dos vinculados não puder prestar os alimentos ou não puder saldar integralmente a sua responsabilidade, o encargo recai sobre os onerados subsequentes (art.º 2009.º, n.º 3, do CC), ou seja, se o vinculado em primeiro lugar não pode prestar alimentos enquanto outro vinculado o pode fazer facilmente, os tribunais têm o direito de repartir a dívida pelos vinculados, não a fazendo suportar pelo primeiro vinculado senão numa parte mínima, ou até exonera-lo completamente da dívida, porquanto que os meios que os diferentes vinculados dispõem devem entrar na mesma linha de conta que o grau¹¹⁹.

Assim, a obrigação de alimentos é um cumprimento que se pode verificar em todo o tipo de relações familiares: relação matrimonial, parentesco, afinidade, adoção, filiação por consentimento não adotivo e apadrinhamento civil, conforme o elencado no art.º 2009.º, n.º 1, do CC¹²⁰.

Por seu turno, o art.º 2010.º, n.º1, do CC, regula a situação de pluralidade de pessoas obrigadas a prestar alimentos, determinando que todas respondem na proporção das suas quotas como herdeiros legitimários do alimentado (implicando a aplicação dos art.º 2136.º, 2138.º, 2139.º, 2140.º, 2142.º, 2142.º, 2145.º e 2146.º, todos do CC), isto porque, na existência de dois ou mais parentes no mesmo grau que estejam obrigados à prestação alimentar, os alimentos deverão ser pedidos a todos eles.

Se alguma das pessoas oneradas com a obrigação não puder satisfazer a parte que lhe cabe, o encargo recai sobre os restantes (art.º 2010.º, n.º 2, do CC)¹²¹.

¹¹⁸ Cfr. Jorge Duarte PINHEIRO, *ob. cit.*, p. 74.

¹¹⁹ Cfr. L. P. Moitinho de ALMEIDA, "Os Alimentos no...", p. 115.

¹²⁰ Cfr. Jorge Duarte PINHEIRO, *ob. cit.*, p. 72.

¹²¹ *Ibidem*, p. 75.

Por último, o art.º 2011.º do CC revê ainda a hipótese de o alimentado ter disposto de bens por doação que lhe pudessem assegurar os meios de subsistência.

Neste caso, e na medida de que os bens doados¹²² pudessem assegurar ao doador meios de subsistência, a obrigação alimentar recai, no todo ou em parte, sobre o donatário ou donatários, segundo a proporção do valor dos bens doados, sendo esta obrigação transmissível aos herdeiros do donatário.

4. A diferenciação entre dever de sustento e obrigação alimentar

O dever de sustento resulta do poder familiar, nas situações em que os pais se encontram obrigados a sustentar os seus filhos. Conforme o plasmado no art.º 36.º, n.º 5, da CRP, os pais têm o direito e o dever de educação e manutenção dos filhos.

Desta forma, conforme o estatuído no art.º 1878.º do CC, compete aos pais, no interesse dos filhos, cuidar da sua saúde e segurança, prover o seu sustento, dirigir a sua educação, representá-los (ainda que nascituros) e administrar os seus bens¹²³.

Logo, de acordo com a corrente jurisprudencial maioritária, nem a precariedade das condições económicas dos progenitores os isenta do dever de sustento, isto é, «(...) devem sempre ser fixados alimentos a menores que deles careçam, a cargo do obrigado a prestá-los, mesmo que seja desconhecido o seu paradeiro ou ele se encontre numa situação de carência económica que não os possa prestar. Ressalva-se apenas os casos de impossibilidade absoluta e extrema do obrigado os poder prestar – ónus que, nesse caso, incumbe ao devedor provar.¹²⁴»

O dever de sustento é uma exigência de cariz económico na medida em que sustentar significa assumir as despesas inerentes à educação, saúde, alimentação, vestuário e habitação.

Desta forma, o dever de sustento afirma-se como um dever de assistência e não recíproco, cessando com a maioridade ou emancipação, tal como resulta do art.º 1877.º do CC.

Como nos afirma Maria Clara SOTTOMAYOR, quanto à interpretação do seu conceito, «(...) sustento é extensivo a tudo o que, não abrangido na habitação e no

¹²² Para que o donatário esteja obrigado a prestar alimentos ao doador, não exige a lei que os bens doados ainda existam no património daquele. Neste sentido, Abílio NETO, *ob. cit.*, p. 1230.

¹²³ Cfr. Helena Gomes de MELO *et al*, *ob. cit.*, p. 95.

¹²⁴ Cfr. Maria Amália Pereira dos SANTOS, *ob. cit.*, p. 2, disponível em <http://julgat.pt/o-dever-judicial-de-fixacao-de-alimentos-a-menores/> [consultado em 08/12/2015].

vestuário, seja indispensável à vida do alimentante: despesas de farmácia, de consultas médicas, de tratamento e internamento hospital, de transporte, etc...¹²⁵».

O dever de sustento integra o núcleo das responsabilidades parentais, dever que só termina quando os filhos, pelo fruto do seu trabalho ou outros rendimentos, estejam em condições de suportar os encargos mencionados no n.º1, do art.º 1878.º, do CC, e não termina com a maioridade legal dos filhos¹²⁶.

No entanto, nada obsta a que os filhos maiores continuem a receber a prestação de alimentos em decorrência da relação de parentesco, e já não em virtude do poder familiar, na medida em que se estes tem de provar a sua pretensão com base no art.º 1880.º do CC, comprovando a necessidade de continuar a receber a prestação em causa e as possibilidades dos progenitores a prestarem.

Findando o dever de sustento, pela maioridade ou emancipação, nasce a obrigação de alimentos, pelo vínculo de parentesco entre pais e filhos, e não mais pela relação instituída no poder familiar.

Esta prestação alimentar é conjunta e não solidária¹²⁷ (arts.º 512.º e 513.º do CC) e consiste na responsabilidade de colaborar no crescimento do alimentado, através de prestações periódicas tomando em consideração as necessidades do alimentado e as possibilidades do alimentante.

A responsabilidade alimentar é recíproca, na medida em que é possível pedir alimentos aos sujeitos elencados no art.º 2009.º, n.º 1, do CC, isto é, pode atribuir-se alimentos tanto dos ascendentes como dos descendentes e vice-versa. Já no dever de sustento, os responsáveis por este dever são pais, sendo os filhos os beneficiários.

Nas palavras de Jorge Duarte PINHEIRO, «[n]a relação entre pais e filhos sujeitos ao poder paternal, ao dever recíproco de assistência acresce o dever de sustento (cfr. arts.º 1878.º, n.º1, e 1879.º), que, embora vinculando unicamente os pais, é algo que se distingue novamente de uma pura obrigação de alimentos¹²⁸.»

No que concerne a forma de pagamento, enquanto a obrigação alimentar tem carácter pecuniário, o dever de sustento é executado *in natura*, já que aqui os filhos vivem em comunidade com os pais.

O dever de sustento resulta de obrigação legal dirigida a determinadas pessoas ligadas por laços familiares e deve ser cumprido de forma plena, nos termos do art.º

¹²⁵ Cfr. Maria Clara SOTTOMAYOR, *ob. cit.*, p. 289, nota 695.

¹²⁶ Cfr. Helena Gomes de MELO *et al.*, *ob. cit.*, p. 95.

¹²⁷ Cfr. Maria Amália Pereira dos SANTOS, *ob. cit.*, p. 2, disponível em <http://julgar.pt/o-dever-judicial-de-fixacao-de-alimentos-a-menores/> [consultado em 10/12/2015].

¹²⁸ Cfr. Jorge Duarte PINHEIRO, *ob. cit.*, p. 78.

1874.º, n.º 1 e 2, do CC. Exemplo deste são os deveres familiares de sustento, assistência e auxílio que incumbe aos cônjuges e aos pais em relação aos filhos menores, os quais convertem-se em obrigação de alimentos quando a sociedade conjugal se separa.

Capítulo II – Obrigação de alimentos devida a filhos maiores ou emancipados

1. Origem e evolução da obrigação de alimentos devida a filhos maiores ou emancipados que ainda não tenham completado a sua formação

A obrigação de alimentos devida a filhos menores não se extingue com a maioridade, como resulta do art.º 1905.º, n.º 2 do CC.

A Lei n.º 122/2015, de 1 de Setembro, visa dar resposta a diferentes querelas que surgiam no atual regime de responsabilidades parentais nas situações de divórcio, separação judicial de pessoas e bens, declaração de nulidade ou anulação do casamento e, por força do art.º 1911.º, n.º 2, do CC, também nas situações de rutura das uniões de facto.

As alterações introduzidas pela nova lei procuraram clarificar o nosso ordenamento jurídico relativamente às questões que surgiam quanto à pensão de alimentos a filhos maiores que, ao abrigo da legislação de outrora, merecia diferentes soluções por parte dos nossos tribunais.

De um lado, enquanto uns entendiam que a pensão de alimentos, fixada durante a menoridade do filho, se mantinha ainda que este tenha atingido a maioridade e desde que não tivesse completado a sua formação profissional/académica¹²⁹, outros tribunais perfilhavam o entendimento que a obrigação de alimentos definida para o menor cessava com a maioridade, sendo da responsabilidade do filho maior e interessado na prestação intentar nova ação para efeitos de fixação de uma nova pensão de alimentos que, em primeira linha, era intentada na Conservatória do Registo Civil e, só nos casos de desacordo, seguia para o tribunal competente para julgar a pretensão em causa.

Desta forma, a alteração do art.º 1905.º do CC, veio deixar clara a posição do legislador: a obrigação de pagamento da pensão de alimentos permanece mesmo após a maioridade do filho e até que este perfaça 25 anos, com a ressalva de que preencha os requisitos do art.º 1880.º do CC.

Esta é uma prestação unilateral e específica dos pais para com os filhos maiores, cujo desígnio é a realização integral do dever de educação e instrução¹³⁰.

Conforme o estatuído no art.º 1878.º, n.º 1, do CC, cabe aos pais a responsabilidade pelo crescimento e desenvolvimento dos filhos e pela sua educação.

¹²⁹ Vide Ac. Supremo Tribunal de Justiça, de 13/07/2010, Processo n.º 202-B/1991.C1.S1, (Relator: Garcia Calejo) [consultado em 22/03/2016].

¹³⁰ Cfr. J.P. Remédio MARQUES, *Algumas Notas Sobre Alimentos...*, p. 292.

Assim, se compreende que a obrigação de prestar alimentos não se deva extinguir, de forma abrupta, quando os filhos atingem a maioridade legal.

Como decorre do disposto nos arts.º 1877.º e 1880.º, ambos do CC, tais obrigações cessam, em regra, quando os filhos atingem a maioridade.

Excecionalmente, porém, se no momento em que atingir a maioridade, o filho não houver completado a sua formação profissional, manter-se-á a obrigação a que se refere o art.º 1879.º do CC (despesas com o sustento, segurança, saúde e educação) na medida em que seja razoável exigir aos pais o seu cumprimento e pelo tempo normalmente requerido para que aquela formação profissional se complete (art.º 1880º do CC).

A natureza excecional desta obrigação (de prestação de alimentos a filho maior), deriva da formulação condicional da previsão legal do art.º 1880.º do CC: “[s]e no momento em que atingir a maioridade ou for emancipado o filho não houver completado a sua formação profissional, manter-se-á a obrigação...». Isto é, a obrigação decorrente da disposição, procede da necessidade de auxílio e assistência do filho, até completar a sua formação. A obrigação excecional conjecturada nesta disposição tem um carácter temporário, definido pelo «tempo necessário» para completar a formação profissional do alimentando, obedecendo a um critério de razoabilidade – é necessário que, nas concretas circunstâncias do caso, seja justo e sensato, exigir dos pais a continuação da contribuição a favor do filho agora maior¹³¹.

Em Portugal, ainda que os jovens adquiram a sua autonomia e a plenitude dos seus direitos cívicos aos 18 anos, a realidade é que a diminuição da idade legal¹³², o alargamento do período de escolaridade obrigatória e, ainda, a crescente competitividade têm aumentado a duração do período formativo e a necessidade de graus académicos superiores¹³³.

Verificou-se, também, um número crescente de alunos a frequentar o ensino superior, nos últimos trinta anos, pertencendo a sua maioria à faixa etária dos 18 aos 23 anos¹³⁴.

¹³¹ Cfr. Ac. Supremo Tribunal de Justiça, de 13/07/2010, Processo n.º 202-B/1991.C1.S1, (Relator: Garcia Calejo) [consultado em 22/03/2016].

¹³² Na Reforma de 77 a maioridade legal passou a ser alcançada aos 18 anos, e não aos 21 anos como acontecia anteriormente.

¹³³ Cfr. Rita Lobo XAVIER, “Falta de Autonomia de vida e dependência económica dos jovens: uma carga para as mães separadas ou divorciadas?”, in *Lex Familiae*, ano 6, n.º 12, Julho/Dezembro, 2009, p. 16.

¹³⁴ *Idem*.

Observa-se uma retração do Estado, enquanto Estado Social, onde o esforço para manter um filho no ensino superior é realizado sobretudo pelas famílias¹³⁵.

A submissão económica dos jovens e a sua falta de autonomia é tão grande que os conduziu a uma situação de «adolescência prolongada», que os obriga a reclamar aos pais o sustento e o dinheiro de «bolso», mesmo após o término da sua formação académica ou profissional¹³⁶.

Assim, compreende-se que a maioridade não deva ser o motivo que faz cessar a obrigação de prestar alimentos, mas sim que esta se possa estender para além da menoridade, para que o filho complete a sua *formação profissional/académica* e desde que seja *razoável* exigir aos pais a continuação dessas despesas (art.º 1880.º do CC)¹³⁷.

No entanto, para além da retração do apoio estatal é cada vez maior o número de divórcios, separações e ruturas das uniões de facto.

Todas estas mudanças desfavorecem os jovens que se tornam cada vez mais tarde aptos para edificar um projeto de vida autónomo.

A entrada em vigor da Lei n.º 122/2015, de 1 de Setembro, veio proporcionar a estes jovens um «alívio» financeiro e emocional, dado que não terão agora que intentar uma ação de alimentos contra os seus próprios pais, como acontecia anteriormente. A obrigação de prestar alimentos mantém-se após a maioridade do filho e até que este perfaça 25 anos, desde que seja razoável exigir o seu cumprimento.

O filho, após concluir a escolaridade obrigatória, poderá optar por uma via de ensino que lhe proporcionará, no futuro, tornar-se um cidadão que alcançou as aptidões necessárias para medrar determinada profissão não constituindo a maioridade, agora, um entrave à manutenção do auxílio financeiro dos pais¹³⁸.

2. Pressupostos de atribuição da prestação de alimentos a filhos maiores previstos no artigo 1880.º do CC

2.1. O artigo 1880.º do Código Civil

O art.º 1880.º do CC tem como epígrafe as despesas com os filhos maiores ou emancipados onde declara que «[s]e no momento em que atingir a maioridade ou for

¹³⁵ Cfr. J. P. Remédio MARQUES, *Algumas Notas sobre Alimentos...*, p. 12.

¹³⁶ *Ibidem*, p. 17.

¹³⁷ Cfr. J.P. Remédio MARQUES, *Algumas Notas Sobre Alimentos...*, p. 292.

¹³⁸ *Idem*.

emancipado o filho não houver completado a sua formação profissional, manter-se-á a obrigação a que se refere o artigo anterior na medida em que seja razoável exigir aos pais o seu cumprimento e pelo tempo normalmente requerido para que aquela formação se complete.»

Nas palavras de Heinrich E. HÖRSTER, este artigo é um prolongamento, para além da menoridade, dos deveres dos pais em relação aos filhos menores, referindo expressamente que as despesas previstas no art.º 1880.º do CC, cabem nos poderes-deveres do poder paternal¹³⁹.

Assim, no entendimento do art.º 1880.º do CC, a obrigação de alimentos não cessa com a maioridade, mantendo-se enquanto o filho não houver terminado a sua formação profissional e na medida em que seja razoável exigir aos pais o seu cumprimento e pelo tempo normalmente requerido para que aquela formação se conclua¹⁴⁰.

Desta forma, estão previstos nesta disposição normativa os designados «alimentos educacionais» que, embora se encontrem enunciados nos arts.º 1878.º, 1879.º e 2003.º, n.º 2, todos do CC, surgem agora com pressupostos de atribuição mais exigentes, em virtude do critério de razoabilidade englobado nesta disposição¹⁴¹.

A obrigação de alimentos a filhos maiores prevista no art.º 1880.º do CC é uma obrigação excecional, com carácter temporário, balizada pelo «tempo normalmente necessário» ao completamento da formação profissional do alimentando¹⁴².

Segundo o Ac. do Tribunal de Guimarães, de 19/06/2012, existem quatro sólidos argumentos manifestos de que a obrigação alimentar fixada aos filhos menores é a mesma que a do art.º 1880.º do CC para os filhos estudantes maiores¹⁴³. Em primeiro lugar, o art.º 1880.º do CC utiliza a expressão «*manter-se-á a obrigação*», colocando um sinal claro de que se a obrigação alimentar foi fixada na menoridade, deverá manter-se após a maioridade, não se exigindo ao filho maior uma nova fixação da obrigação pela razão óbvia de que entra já se encontra fixada. Em segundo lugar, se a obrigação se mantém e a sua imposição judicial permanece, cabe ao obrigado o ónus da prova de que os pressupostos do art.º 1880.º do CC não se encontram preenchidos, fazendo cessar a

¹³⁹ Cfr. Heinrich E. HÖRSTER., “A propósito de uma «não-leitura» do art.495.º, n.º 3, I.ª alternativa, do Código Civil feita por quem tenha a sua pré-compreensão jurídica moldada pelo § 844 n.º 2, frase I, do BGB”, *Revista de Direito e Economia*, IX, p. 338.

¹⁴⁰ Cfr. Ac. Tribunal da Relação de Guimarães, de 23/03/2010, Processo n.º 484/05.0TCGMR.G1, (Relator: António Figueiredo de Almeida) [consultado em 13/04/2016].

¹⁴¹ Cfr. J. P. Remédio MARQUES, *Algumas Notas sobre Alimentos...*, p. 296.

¹⁴² Cfr. Ac. Tribunal da Relação de Guimarães, de 23/03/2010, Processo n.º 484/05.0TCGMR.G1, (Relator: António Figueiredo de Almeida) [consultado em 13/04/2016].

¹⁴³ Vide Ac. Tribunal da Relação de Guimarães, de 19/06/2012, Processo n.º 599-D/1998.G1, (Relator: Ana Cristina Duarte) [consultado em 14/04/2016].

obrigação. Em terceiro lugar, sendo o princípio da economia processual orientador do nosso sistema normativo e havendo incertezas sobre qual solução processual a adotar, deverá recorrer-se àquela que melhor e de forma mais célere levar à agilização do direito material. Assim, existe legitimidade processual do filho maior e a obrigação a ser executada é uma obrigação legal. Por último, a interpretação de que a obrigação fixada judicialmente na menoridade é aquela que se mantém na maioridade é a que melhor se coaduna com as razões que estiveram na origem do art.º 1880.º do CC. Desta forma, a interrupção abrupta da obrigação dos pais proverem ao sustento e educação dos filhos quando este atingem a maioridade legal frustraria os propósitos da lei, beneficiando o progenitor infrator, com um custo incomportável para o filho, que na enorme maioria das vezes, depende da possibilidade de receber total ou parcialmente a prestação alimentar a que tem direito e que se revela essencial para o término da sua formação¹⁴⁴.

2.2. Pressupostos objetivos e subjetivos

Os elementos objetivos e subjetivos densificam a *cláusula de razoabilidade* prevista no art.º 1880.º do CC¹⁴⁵.

Diferenciam-se os pressupostos objetivos dos pressupostos subjetivos na medida em que os primeiros relacionam-se com as possibilidades económicas e financeiras do jovem maior no que toca aos rendimentos de bens próprios, rendimentos do trabalho e com os recursos dos progenitores, por outro lado, os últimos compreendem todas as circunstâncias essenciais ligadas à pessoa do credor alimentar como a capacidade intelectual, aproveitamento escolar, a capacidade para trabalhar durante o seu percurso académico que moldam e estão na origem do prolongamento desta obrigação¹⁴⁶.

Quanto aos elementos objetivos, releva aqui a importância de perquirir quais as possibilidades económicas dos interessados, ou seja, os meios económicos dos pais e as possibilidades do filho agora maior. Tal ocorre nos termos do art.º 2003.º e seguintes do CC, em sede de obrigação geral de alimentos, onde se deverá atender ao património do devedor de alimentos, aqui os pais, e aos rendimentos líquidos dessa massa patrimonial.

¹⁴⁴ *Idem*.

¹⁴⁵ Em sentido diferente temos Maria Clara SOTTOMAYOR, ao interpretar a cláusula de razoabilidade num sentido puramente económico, de proporção entre os meios do alimentante e as necessidades do alimentado. Para esta autora não será razoável exigir aos pais sacrifícios financeiros, quando estes se vierem a revelar inúteis, quer porque o curso escolhido tem uma escassa saída para o mercado de trabalho, quer pelas capacidades intelectuais mostradas insuficientes. Desta forma, apesar do relevo atribuído aos elementos puramente objetivos, para o efeito do prolongamento da obrigação, esta não afasta a relevância dos fatores subjetivos, como a capacidade intelectual, a natureza da formação cuja continuação se requer suportada pelos progenitores. Cfr. Maria Clara SOTTOMAYOR, *ob. cit.*, p. 132, nota 284.

¹⁴⁶ Cfr. J.P. Remédio MARQUES, *Algumas Notas Sobre Alimentos...*, p. 300.

Segue-se a fase em que é necessário apurar as respetivas necessidades básicas e retirar da massa patrimonial apurada a quantia suficiente para que estes possam satisfazer as suas necessidades primárias, apurando assim o *mínimo de auto-sobrevivência*¹⁴⁷.

Em suma, é necessário perquirir se o filho maior pode prover às suas necessidades educacionais através de outros meios que dispensem o direito a alimentos e, ainda, se os pode obter de terceiros (por exemplo, da pessoa com quem vive em união¹⁴⁸ de facto ou do respetivo cônjuge), ou através de uma atividade remunerada (compatível com a continuação dos estudos e que não prejudique o desempenho dos mesmos).

2.3. A capacidade intelectual do filho e o respetivo aproveitamento escolar

Enquanto elemento subjetivo, é força atender, a título primeiro, à capacidade intelectual do filho, sem descurar a apreciação do aproveitamento escolar que este tenha entretanto obtido.

A capacidade intelectual define-se como «(...) a aptidão intelectual do jovem para prosseguir os estudos que livremente elegera e não tanto para apreciar o aproveitamento escolar passado¹⁴⁹».

No que concerne às capacidades intelectuais do filho maior, quando estas se mostrarem inadequadas e insuficientes para prosseguir os estudos, coloca-se a querela de saber se é razoável exigir aos pais sacrifícios económicos que poderão vir a descobrir-se vãos¹⁵⁰.

Deverá ser feita, ainda, uma ponderação sobre circunstâncias pretéritas, quando o jovem revele comportamentos inconsistentes e instáveis em relação ao seu futuro profissional. Mostra-se, que na apreciação da aptidão intelectual, estes episódios passados de insegurança, nomeadamente quando este anda constantemente a mudar de curso, na pretensão de que cabe aos pais o custeio das suas sucessivas experiências fracassadas, devem ser relevados. Como exemplo, temos o Ac. do *Tribunal de Grand Instance* de Saint-Brtieuc, de 16/11/1971¹⁵¹, onde uma jovem, após a conclusão do seu

¹⁴⁷ Se o devedor(s) alimentar(es) passarem a viver abaixo do nível mínimo de sobrevivência torna-se necessário acionar os mecanismos adequados de assistência, como a Segurança Social.

¹⁴⁸ Neste sentido, J.P. Remédio MARQUES, *Algumas Notas Sobre Alimentos...*, pp. 301-302, nota 398.

¹⁴⁹ Cfr. J.P. Remédio MARQUES, *Algumas Notas Sobre Alimentos...*, p. 307.

¹⁵⁰ *Ibidem*, pp. 307-308.

¹⁵¹ Cfr. J. P. Remédio MARQUES, *Algumas Notas sobre Alimentos...*, p. 307, nota 408.

bacharelato aos 20 anos e da realização de um exame para tradutora aos 23, pretendia que os pais lhe subsidiassem um novo curso.

Quanto ao mau aproveitamento escolar do filho, deverá analisar-se um possível nexos causal entre a falta de rendimento escolar e os efeitos do divórcio dos pais. Esta crise conjugal poderá ser um dos fatores que terá incitado a agitação e desilusão do jovem, levando a casos de exclusão da entrada no ensino superior e consecutiva interrupção e retomo tardio dos estudos.

Ergue-se, assim, a contenda de se saber, nos casos de falta de aproveitamento escolar do filho maior, quando e em que medida deixa de ser razoável exigir aos progenitores o suporte destas despesas nos termos do art.º 1880 do CC.

Parte dos nossos tribunais defende que os pais não são obrigados a prestar alimentos se, por culpa grave do filho, este não completou a sua formação académica ou profissional no tempo normalmente requerido para que aquela se complete¹⁵². O que a nossa jurisprudência pretende, aqui, é uma maior responsabilização do filho maior pelo seu percurso académico e subsequente aproveitamento do mesmo¹⁵³.

Desta forma, sustenta o art.º 1880.º, do CC, os conceitos de «razoável» e «normalmente», que merecem, aqui, um desenvolvimento da nossa parte.

Nesta linha, no Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa¹⁵⁴, de 06/05/2014, surge a questão: é legítimo, ou no dizer da lei, é razoável, que se peça a este progenitor que contribua para alimentos a um filho maior? E, em particular, a este filho maior, atualmente com vinte e dois anos de idade, que se desconhece sequer se tem tido aproveitamento escolar? A resposta, salvo o devido respeito, não pode deixar de ser negativa.

Estamos perante um filho com a idade de 22 anos que ingressou no 1.º ano do ensino superior, e que com apenas 21 anos concluiu o 12.º ano, não tendo apresentado qualquer razão que justifique tê-lo feito apenas com essa idade, competindo-lhe no mínimo fazer prova do seu aproveitamento escolar no referido curso, em ordem a aquilatar do respetivo aproveitamento escolar. Não basta ser aluno para se ser titular de

¹⁵² Vide Ac. Tribunal da Relação de Guimarães, de 23/03/2010, Processo n.º 484/05.0TCGMR.G1, (Relator: António Figueiredo de Almeida) [consultado em 23/03/2016].

¹⁵³ Cfr. Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães, de 18/01/2000, Processo: 6173/99 (Relator: Bettencourt Faria), CJ, 2000, Tomo I, pp. 79-80.

¹⁵⁴ Cfr. Ac. Tribunal da Relação de Lisboa, de 06/05/2014, Processo n.º 247/13.0TBCLD.L1-7, (Relator: Dina Monteiro) [consultado em 23/03/2016].

um tal direito a alimentos, é preciso, claramente, ser-se simultaneamente estudante, o que não sucedeu.

Assim, este tribunal decidiu, numa perspetiva de normalidade, que não é razoável que um filho que não faz prova do seu aproveitamento escolar (cujo ónus sobre si impende – art.º 342.º, n.º1, do CC) e não justifica o seu ingresso tardio no ensino superior, na medida de que com aquela idade normalmente se está a terminar o curso em questão ou em vias disso, exija que o pai suporte as despesas com a sua formação. Também o Tribunal da Relação do Porto¹⁵⁵, num Ac. de 04/04/2005, mostra-nos que não se afigura como normal, nem razoável, que uma filha de 26 anos, e após ter reprovado no 1.º ano três anos consecutivos, esteja em condições de exigir que o seu progenitor custeie as despesas com a sua formação.

Por último, temos o Ac. do Tribunal da Relação de Évora¹⁵⁶, de 11/06/2015, onde é peticionado alimentos com base no art.º 1880.º do CC. No caso, estamos perante um jovem de 23 anos, que se encontrava a frequentar o 10.º ano de um curso profissional, tendo sido o ano transato pautado pelo seu bom aproveitamento escolar, a sua pontualidade e assiduidade. Apesar do seu percurso escolar recente não revelar problemas, este já reprovou cinco vezes. Torna-se, aqui, necessário realçar que o jovem era acompanhado por uma psicóloga apresentando um quadro clínico (perfil de personalidade) caracterizado por episódios de ansiedade que se consubstanciava em atitudes de enorme reatividade, vigilância, desconfiança, apreensão, insegurança e tensão. Estas características eram manifestadas em ambiente escolar, devido às dificuldades na gestão da relação entre colegas e professores, devido aos elevados níveis de ansiedade. É de realçar que todo o seu processo de crescimento foi pautado por uma quase total ausência do progenitor, que vivia com a família, sendo este fruto de uma relação extraconjugal.

No caso concreto, não houve recusa de alimentos porque as causas justificativas respeitavam os pressupostos do art.º 1880.º do CC, sendo elas, nomeadamente a falta de escolaridade obrigatória do jovem e a falta de afeto do progenitor que foi uma das causas para a falta de aproveitamento escolar e que influenciou negativamente o seu processo de crescimento. O sentimento de rejeição para uma criança acarreta problemas emocionais, refletindo-se mais tarde, no adulto.

¹⁵⁵ Cfr. Ac. do Tribunal da Relação do Porto, de 04/04/2005, Processo: 0551191 (Relator: Fonseca Ramos) [consultado em 23/03/2016].

¹⁵⁶ Cfr. Ac. do Tribunal da Relação de Évora, de 11/06/2015, Processo n.º 560/14.9T8PTM.E1, (Relator: Mata Ribeiro) [consultado em 23/03/2016].

A razoabilidade a que se refere o art.º 1880.º do CC deve ser interpretada, sem demasiado rigor, no sentido de ser exigível a prestação alimentar mesmo na hipótese do alimentado haver reprovado, desde que essa reprovação não seja fruto de indolência ou preguiça.

Daqui, conclui-se que a idade do filho não é, em princípio, um fator determinante, na medida de que a suspensão dos estudos (ainda que na escolaridade obrigatória) e o seu posterior começo pode ficar a dever-se a fatores não imputáveis à vontade do filho que necessita de alimentos¹⁵⁷.

Desta forma, para que se encontrem preenchidos os pressupostos do art.º 1880.º do CC é necessário que o filho maior faça prova do seu aproveitamento escolar, apresentando causas justificativas caso este não se verifique.

Todavia, o financiamento dos estudos por parte dos progenitores não é um direito absoluto dos filhos, pelo que cabe aos próprios tribunais o condicionamento dessas prestações a um certo escalão de dedicação, aproveitamento escolar ou assiduidade¹⁵⁸.

2.4. Conceito de formação profissional

No que respeita à cessação da obrigação plasmada no art.º 1880.º do CC, a doutrina debate se esta ocorre com a obtenção da licenciatura ou diploma equivalente, ou se apenas se verifica com o exercício de uma atividade profissional adequada à formação proporcionada.

Na opinião de Remédio MARQUES, a obrigação deve cessar quando o filho maior complete a sua formação profissional, não devendo esta persistir até que este inicie o exercício de uma atividade profissional compatível com a formação adquirida¹⁵⁹.

Este Autor fundamenta a sua opinião na letra da lei, já que o art.º 1880.º do CC faz supor que o financiamento das suas despesas só será exigível até ao momento em que o filho tenha completado a sua formação e pelo tempo normalmente requerido para que aquela se complete¹⁶⁰. Aqui, a extinção da obrigação não é condicionada pela superveniente obtenção de emprego.

¹⁵⁷ Cfr. J.P. Remédio Marques, *Algumas Notas Sobre Alimentos...*, p. 310.

¹⁵⁸ *Ibidem.*, p. 308.

¹⁵⁹ Cfr. J. P. Remédio MARQUES, *Algumas Notas Sobre Alimentos...*, p. 311.

¹⁶⁰ *Ibidem.*, p. 312.

Desta forma, a situação de desemprego do filho maior, solteiro, posterior à conclusão da formação profissional, não lhe dá o direito de exigir alimentos com base no disposto no art.º 1879.º do CC, aproveitando-lhe apenas, a hipótese de exigir alimentos aos seus ascendentes com base no art.º 2003.º e seguintes do CC.

Em sentido diverso, Maria Clara SOTTOMAYOR sustenta que o conceito de formação profissional deve ser alargado para além da licenciatura, abrangendo o grau de mestrado pós-reforma de Bolonha e os estágios profissionais não remunerados, assumindo a insuficiência que a licenciatura atribui para adquirir formação que possibilite a entrada no mercado de trabalho¹⁶¹.

A jurisprudência tem indagado sobre a possibilidade de, para além da formação universitária básica, se o mestrado e os estágios não remunerados serão ou não imprescindíveis para a formação profissional do alimentado, devendo ser apreciados em cada caso concreto. Temos como exemplo o Ac. do Supremo Tribunal de Justiça, de 12/01/2010¹⁶², alegando que, mesmo após a conclusão da licenciatura que fez cessar a obrigação alimentar nos termos do art.º 1880.º, eventualmente essa obrigação poderia subsistir se fosse feita prova da imprescindibilidade desse auxílio ainda no âmbito da sua formação, dando a título de exemplo os estágios ou formação complementar.

Com a recente alteração legislativa, parece-nos que o legislador ao estabelecer a idade máxima de 25 anos para a obrigação alimentar a filhos maiores, considerando a atualmente os jovens terminam a sua licenciatura aos 21/22 anos (sendo este o tempo normal para que aquela se complete), pretendeu alargar o conceito de formação profissional para além da etapa básica da licenciatura, incluindo formações complementares que se mostrem indispensáveis para a formação do filho, como sejam os mestrados e os estágios não remunerados. Aqui, ressaltamos que cada situação deve ser analisada concretamente, levando em consideração o rumo profissional do alimentado.

Conclui-se, desta forma, a existência de dificuldades em alcançar o consenso na definição do conceito de formação profissional.

Por fim, cabe observar se a duração daquele dever pelos progenitores pode ultrapassar o tempo normalmente requerido para que a formação se complete, quando a interrupção nos estudos for devida a causa fortuita, inevitável ou alheia à vontade do filho (casos de doença crónica ou aguda, acidentes), estabelecendo aqui alguma

¹⁶¹ Cfr. Maria Clara SOTTOMAYOR, *ob. cit.*, p. 333.

¹⁶² Vide Ac. Supremo Tribunal de Justiça, de 12/01/2010, Processo n.º 158-B/1999.C1.S1, (Relator: Fonseca Ramos) [consultado em 24/03/2016].

razoabilidade: existem circunstâncias em que o nexó ou a relação entre o dever de educação dos progenitores e o correspondente dever de responsabilização do filho maior pelo sucesso dos seus estudos é quebrado, independentemente da vontade do credor de alimentos, pelo que não é causa de cessação daquele dever dos ascendentes¹⁶³.

A razoabilidade para exigir o cumprimento da obrigação e o tempo necessário para a conclusão da formação profissional deverão ser avaliadas face às circunstâncias de cada caso concreto, havendo que atender, não só às necessidades do filho maior e às possibilidades económicas dos progenitores, mas também ao comportamento do filho perante os progenitores e ao empenho e aproveitamento que, respetivamente, empregue e obtenha nos estudos¹⁶⁴.

Todavia, entendemos que o disposto no art.º 2013.º do CC, relativo à cessação da obrigação alimentar não é aplicável à obrigação em estudo¹⁶⁵, justificando-se pelo seu intuito essencialmente educativo da perduração deste dever para além da menoridade e, por outro lado, pela característica da *não reciprocidade*, motivo pela qual esta obrigação foi introduzida na Reforma de 77.

2.5. A capacidade de trabalho e os recursos económicos existentes na esfera jurídica do filho maior

Conforme o disposto no art.º 1879.º do CC, deverá questionar-se se o filho maior poderá prover, ainda que parcialmente, às suas necessidades educacionais através de outros meios ou instrumentos que dispensem o direito a alimentos.

Assume elevada importância saber se o filho maior dispõe de recursos económicos suficientes ou se os pode obter de terceiros (do cônjuge ou daquele com quem viva em união de facto) e, por fim, saber se é dever do filho maior, tendo capacidade e oportunidade para trabalhar, aceitar um emprego compatível com a continuação dos estudos.

É de ressaltar que, mesmo que o filho maior disponha de património, não é aconselhável a sua alienação pois este poderá servir como alavanca (após a conclusão da sua formação) para a sua colocação no mercado de trabalho. Num país onde as taxas de desemprego jovem são relativamente elevadas, principalmente para quem não possui

¹⁶³ Cfr. J. P. Remédio MARQUES, *Algumas Notas Sobre Alimentos...*, pp. 312-313.

¹⁶⁴ Cfr. Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa, de 22/05/2014, Processo n.º 100/13.7TBAGH-6, (Relator: Teresa Pardal) [consultado em 24/03/2016].

¹⁶⁵ Cfr. J. P. Remédio MARQUES, *Algumas Notas Sobre Alimentos...*, p. 311.

experiência profissional conjugada com a feroz competitividade no mercado laboral¹⁶⁶, é de extrema importância e pode ser o fator que lhe poderá permitir arranjar emprego na sua área de formação, e não ser forçado a aceitar um qualquer emprego só para que possa sobreviver.

Dito isto, deverá cessar a pensão alimentar ou a medida dos alimentos ser mais baixa quando, após apreciar a sua capacidade e aptidão para o trabalho, o filho maior disponha de possibilidades para custear as suas despesas educacionais mediante um verdadeiro desempenho profissional? A resposta não poderá deixar de ser negativa.

Apesar da existência de um elevado número de estudantes-trabalhadores, a efetiva capacidade de trabalho do filho maior não deve ser considerada medida ou pressuposto da obrigação de alimentos, quando esta possa comprometer o sucesso dos estudos e, ainda, quando os pais possuam recursos económicos suficientes para custear a instrução do filho, agora, maior¹⁶⁷.

Como nos afirma Pires de LIMA e Antunes VARELA, nas situações em que os pais, ainda que com algum sacrifício, podem custear as despesas com o sustento, a segurança, a saúde e a educação dos filhos, quando estes «(...) antes mesmo de atingir a maioridade, dispõem de bens próprios em condições de poderem participar nessas despesas, devem os gastos ordinários com a satisfação das necessidades de cada filho ser suportadas pelos pais, por se tratar de um dever prioritário dos cônjuges, como fundadores do lar e criadores da família¹⁶⁸».

O art.º 1879.º do CC, se for interpretado literalmente à letra da lei, faria recair sobre o património e a capacidade patrimonial dos filhos, sem qualquer distinção entre rendimentos de capital e rendimentos do trabalho, relegando a obrigação dos pais para uma posição puramente subsidiária. Assim, este preceito no que respeita à desoneração dos pais em relativamente aos filhos, não tem em devida conta a diferente situação em que pais e filhos se encontram perante a vida¹⁶⁹.

Os filhos irão iniciar a sua vida ativa e, nesta medida, a integridade do seu património próprio deve, tanto quanto possível, ser preservado. Por sua vez, os pais estarão em melhores condições económicas, pelo que o sustento e a educação dos seus filhos continuará a ser um dos principais desempenhos na sua vida.

¹⁶⁶ *Ibidem*, p. 297.

¹⁶⁷ Neste sentido, J.P. Remédio MARQUES, *Algumas Notas sobre Alimentos...*, p. 306.

¹⁶⁸ Cfr. Pires de LIMA, Antunes VARELA, *ob. cit.*, p. 335.

¹⁶⁹ *Ibidem*, p. 336.

Desta forma, este preceito não deve ser tomado à letra da lei, causando a falsa impressão de total desoneração dos pais perante o sustento dos filhos¹⁷⁰. A lei pretende que os pais fiquem desobrigados na medida em que os filhos estejam em condições de prescindir do auxílio e assistência destes, mas esta deve ser feita de forma gradual ou parcial, levando em consideração o produto do trabalho do filho¹⁷¹.

A real possibilidade de trabalhar do filho maior não deve ser encarada enquanto pressuposto da extinção de alimentos educacionais, sendo que o ensino universitário e politécnico é, por via da regra, incompatível com o exercício de uma atividade remunerada, mesmo a tempo parcial¹⁷².

Neste sentido, temos o Ac. do Tribunal da Relação de Coimbra¹⁷³, de 10/12/2013, que relata a situação de uma estudante do ensino superior que reclama alimentos educacionais com base no art.º 1880.º ao seu progenitor. Um dos argumentos usados para não ver procedente a ação que decorria contra si foi o facto de a filha não estar impossibilitada de obter rendimentos para a sua subsistência. Segundo o mesmo, esta não provou que não podia obter um emprego, ainda que em part-time, e assim obter rendimentos para custear as suas despesas.

No entanto, o Tribunal deu razão à filha, apesar de achar meritória a atitude dos jovens estudantes na busca de um emprego para obter rendimentos suplementares ou adicionais aos prestados pelos pais.

No pedido de prestação de alimentos ao abrigo do art.º 1880.º do CC, o filho maior não tem de demonstrar que não é apto à angariar meios de subsistência, uma vez que se trata duma situação que é o prolongamento da situação de menoridade, sendo certo que ao menor não é de exigir essa capacidade.

Na opinião deste Tribunal, assume imensa importância o obstáculo legal que o art.º 1880.º do CC levanta quanto à sua interpretação, preceito que estabelece que os pais são obrigados a suportar o cumprimento das disposições do art.º 1878.º do CC, sendo elas o sustento, segurança, saúde e educação, mesmo após a maioridade e se tal for necessário e razoável para os filhos terminarem a sua formação profissional.

Desta forma, o art.º 2004.º, n.º 2, e o art.º 1880.º, ambos do CC, não são coadunáveis, na medida em que o art.º 1880.º prevê uma situação em que

¹⁷⁰ Cfr. Pires de LIMA, Antunes VARELA, *ob. cit.*, p. 336.

¹⁷¹ *Ibidem*, p. 337.

¹⁷² Cfr. J. P. Remédio MARQUES, *Algumas Notas Sobre Alimentos...*, p. 306.

¹⁷³ Cfr. Acórdão Tribunal da Relação de Coimbra, de 11/12/2013, Processo n.º 947/12.1T2OBR.C1, (Relator: Moreira do Carmo) [consultado em 31/03/2016].

se pressupõe que o alimentando não trabalha, no sentido em que não adquire os meios de subsistência, mas em que estuda¹⁷⁴. É essa, aliás, a razão para existirem os alimentos.

Assim, a capacidade de obter meios de subsistência, não assume aqui, ao contrário de outras situações de alimentos, um pressuposto do direito a alimentos.

2.6. O casamento *versus* a união de facto do filho estudante

Neste ponto iremos analisar se o casamento ou a união de facto do filho maior ou emancipado, estudante, é causa extintiva ou não da obrigação alimentar devida pelos progenitores.

No que se refere ao casamento, entendemos que se o filho maior é casado, mas ainda estuda, os seus progenitores ficam desobrigados se o património e os rendimentos do cônjuge forem suficientes para proverem às necessidades educacionais do necessitado¹⁷⁵. Não esquecendo que recai sobre o cônjuge do filho casado e estudante o *dever de assistência*¹⁷⁶.

Seguindo a doutrina de Remédio MARQUES¹⁷⁷, o casamento do filho maior não é uma circunstância extintiva do dever de alimentos educacionais decorrentes do art.º 1880.º do CC, mas sim modificativa, na medida em que os pais estão sempre subsidiariamente obrigados a prover às necessidades do filho na insuficiência de recursos económicos deste e do respetivo cônjuge.

No caso da união de facto do filho maior e estudante, não se deve atribuir qualquer relevância ao apoio financeiro ou material dado pelo companheiro(a), ainda que de forma reiterada e estável, na medida em que sobre ele não recai qualquer obrigação geral de alimentos para com o outro¹⁷⁸.

Na nossa opinião, consideramos que o apoio prestado pelo companheiro(a) ao filho maior, com quem viva em condições análogas às dos cônjuges, não deve constituir um fator atendível na determinação do direito a alimentos (em última análise este apenas

¹⁷⁴ Vide Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 07/01/2005, Processo n.º 05B3336, (Relator: Bettencourt de Faria) [consultado em 31/03/2016].

¹⁷⁵ Cfr. J. P. Remédio MARQUES, *Algumas Notas sobre Alimentos...*, p. 303. Assim, o legislador terá presumido que dessa formação decorre uma melhoria das expectativas profissionais desse cônjuge e, consequentemente, o acréscimo dos rendimentos do trabalho que, nos regimes de comunhão de bens, ingressam a massa dos bens comuns.

¹⁷⁶ O dever de assistência, compreendido no art.º 1675.º do CC, tem um cariz patrimonial/material e compreende a obrigação de concorrer para os encargos da vida familiar, nos termos do art.º 1676.º, n.º 1 do CC. Para um maior desenvolvimento, Marta FALCÃO, Miguel Dias PESTANA e Sérgio Terreiro TOMÁS, *Direito da Família – Da Teoria à Prática*, Coimbra, Almedina, 2015, p. 59.

¹⁷⁷ Cfr. J. P. Remédio MARQUES, *Algumas Notas sobre Alimentos...*, p. 304.

No entanto, nos termos gerais, a obrigação de alimentos do cônjuge ou ex-cônjuge prevalece sobre a obrigação dos ascendentes do carecido de alimentos.

¹⁷⁸ *Idem*.

poderá alterar o montante destas prestações, enquanto este apoio seja estável, contínuo ou suficiente), na medida em que não existe aqui qualquer dever de assistência, tratando-se este apoio apenas de uma obrigação natural e que decorre da solidariedade resultante da união de facto¹⁷⁹.

3. O princípio da razoabilidade e o artigo 1880º do Código Civil

O art.º 1880.º do CC foi introduzido na Reforma de 1977, pelo DL n.º 496/77 de 25 de Novembro, sem precedentes na legislação anterior. A sua introdução foi justificada pela proliferação de situações que, apesar de existentes à data da publicação do CC, se ampliaram substancialmente após a descida da maioridade legal dos 21 para os 18 anos e, ainda, pelo crescimento acentuado do número de alunos a frequentar o ensino superior, o aumento da duração de alguns cursos e pela necessidade de frequência de estágios que a formação profissional correspondente a alguns desses cursos impõe¹⁸⁰.

O regime especial previsto no art.º 1880.º do CC afasta as regras relativas à obrigação geral de alimentos previstas no art.º 2003.º e seguintes do CC, sendo um regime específico que visa beneficiar os filhos maiores.

Assim, o conceito de responsabilidades parentais a que se refere o art.º 1877.º do CC ao afirmar que os filhos estão sujeitos a estas até à maioridade ou emancipação, consiste numa situação jurídica complexa, englobando um conjunto de direitos e obrigações dos pais para com os filhos. O art.º 1880.º é uma exceção ao art.º 1877.º, ambos do CC, no que concerne a um dos aspetos das responsabilidades parentais: a obrigação de alimentos, enquanto obrigação de os pais proverem ao sustento dos seus filhos, durante a formação profissional e académica destes¹⁸¹.

Com as alterações introduzidas pela Lei n.º 122/2015, de 1 de Setembro, o filho necessitado de alimentos mantém, após a maioridade, a obrigação de alimentos devida durante a menoridade. Atualmente, o filho maior, que não tenha completado a sua formação profissional continuará a beneficiar da pensão alimentar antes acordada ou estabelecida até que a sua formação se conclua, sem necessidade de instauração de um processo por parte do filho, agora maior, para obter tal efeito¹⁸². Esta assume agora um

¹⁷⁹ Cfr. J. P. Remédio MARQUES, *Algumas Notas Sobre Alimentos...*, pp. 301-302, nota 398.

¹⁸⁰ Cfr. Pires de LIMA, Antunes VARELA, *ob. cit.*, p. 338.

¹⁸¹ Cfr. Maria Clara SOTTOMAYOR, *ob. cit.*, pp. 335-336.

¹⁸² Cfr. Conselho Superior de Magistratura, *ob. cit.*, pp. 11-12 [consultado em 06/04/2016].

carácter automático, prezando o princípio da parte mais fraca na relação familiar, neste caso o filho maior necessitado de alimentos, e por razões de economia e celeridade processual.

Esta apenas cessará se o obrigado a prestar alimentos propuser uma ação em que demonstra que não se verificam os pressupostos do art.º 1880.º do CC. Por exemplo, se o filho já concluiu a sua formação profissional e está inserido no mercado de trabalho ou, se por culpa grave, não a completou, ou ainda, a falta de razoabilidade da obrigação, em virtude da desproporção entre os meios do obrigado e as necessidades do filho maior, na medida em que esta desproporção será analisada nos termos gerais do art.º 2004.º do CC e provada pelo obrigado alimentar¹⁸³.

O Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa¹⁸⁴, de 29/09/2011, relata o pedido da progenitora para cessar a pensão de alimentos ao filho por este ter atingido a maioridade, invocando que o art.º 1877.º do CC estabelece o prazo inicial e o prazo final da obrigação de alimentos a prestar ao filho menor. O tribunal, apesar de admitir a existência de divergências jurisprudenciais nesta matéria, declara que a obrigação de alimentos não cessa com a maioridade, apoiando-se no plasmado no art.º 1880.º do CC, na medida em que a estatuição de que a obrigação de alimentos se manterá após a maioridade, sugerindo uma ideia de continuidade, apontando no sentido da não cessação da prestação.

Todavia, o art.º 2003.º, n.º 1 e 2 do CC, define como alimentos «tudo o que é indispensável ao sustento, habitação e vestuário», compreendendo também «a instrução e educação do alimentado no caso de este ser menor». Se interpretarmos o preceito legal à sua letra, significaria que a obrigação de alimentos a filhos maiores apenas abarcaria o indispensável ao sustento, habitação e vestuário, excluindo a instrução e a educação.

A norma supracitada foi transposta do Código de Seabra (art.º 171.º) para o Código Civil de 1966, onde surge adaptada ao século XIX. Esta não compreende as situações que hoje são constantes, onde os filhos prosseguem os estudos e a massificação da educação é hoje um dado adquirido estando, por isso, desatualizada¹⁸⁵.

¹⁸³ Cfr. Maria Clara SOTTOMAYOR, *ob. cit.*, p. 336.

¹⁸⁴ Cfr. Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa, de 29/09/2011, Processo n.º 4806/06.9TBVFX-E.L1-2, (Relator: Farinha Alves) [consultado em 06/04/2016].

Segundo o entendimento deste tribunal, esta seria a solução mais adequada a tutelar os interesses em confronto, na medida em que o simples advento da maioridade não traz qualquer alteração às necessidades do alimentando, ou às possibilidades de o mesmo prover à sua subsistência. Seria, pois, indicado que o início da maioridade não tivesse qualquer efeito na obrigação de alimentos do progenitor, estabelecida na menoridade.

¹⁸⁵ Cfr. Maria Clara SOTTOMAYOR, *ob. cit.*, p. 133.

Desta forma, na reforma do Código Civil de 1977, o legislador reteve o carácter limitativo que caracteriza o n.º 2, do art.º 2003.º do CC. Esta manutenção parece ter ficado a dever-se a uma falha do legislador, que se terá olvidado de conformar esta norma ao disposto no art.º 1880.º do CC, que define os alimentos devidos a filhos maiores por remissão para o art.º 1879.º do CC, que faz referência às despesas com a segurança, saúde e educação¹⁸⁶.

Segundo a doutrina de Maria Clara SOTTOMAYOR, deve-se proceder a uma interpretação corretiva do art.º 2003.º, n.º 2, do CC, de modo a fazer corresponder a letra da lei ao seu espírito e a compatibilizar esta disposição com o art.º 1880.º do mesmo diploma, de modo a que na obrigação de alimentos a filhos maiores sejam englobadas, para além das despesas relativas à sua segurança e saúde, os gastos com a educação¹⁸⁷.

Desta forma, só pode falar-se de interpretação corretiva quando o intérprete concluir que a proposição normativa não consegue referir-se com a necessária clareza às hipóteses que pretende abarcar (abrangendo outras que não estão no espírito da lei), sendo que apenas se recorrerá a esta quando as duas disposições legais existir uma contradição insanável, tendo uma delas um efeito negativo e oposto aos interesses que se pretendem tutelar¹⁸⁸.

Por outro lado, na opinião de Remédio MARQUES, as disposições contidas no art.º 2003.º, n.º 2, e o art.º 1880.º, ambos do CC, são compatíveis¹⁸⁹. Este autor argumenta que apesar do conteúdo do art.º 2003.º, n.º 2 do CC ter sido limitado no que se refere à obrigação a filhos maiores, de modo a excluir as despesas com a educação justifica-se na medida em que o credor alimentar, após ter atingido a maioridade legal, já tenha completado a sua formação profissional. Caso não haja completado, deve aplicar-se o art.º 1880.º do CC.

Na opinião deste, não foi intenção do legislador, no art.º 2003.º, n.º 2, do CC, dizer que o carecido de alimentos nunca poderia fazer incluir na obrigação de alimentos as despesas decorrentes da sua formação profissional¹⁹⁰.

O art.º 1880.º do CC não consagra um caso de direito a alimentos, mas sim uma extensão da obrigação dos pais sustentarem os filhos além da maioridade, para que seja

¹⁸⁶ Cfr. Ac. Supremo Tribunal de Justiça, de 23/09/1997, in *BMJ*, n.º 469, pp. 563 e seguintes.

¹⁸⁷ Cfr. Maria Clara SOTTOMAYOR, *ob. cit.*, pp. 132-133 e Abílio NETO, *ob. cit.*, p. 1544.

No mesmo sentido se julgou no Ac. do Supremo Tribunal de Justiça de 27/09/1997, Processo n.º 150/97, in *Vida Judiciária*, n.º 11, Fevereiro de 1998, e no Ac. do Supremo Tribunal de Justiça, de 23/09/1997, in *BMJ*, n.º 469, p. 563, (Relator: Aragão Seia).

¹⁸⁸ Cfr. João Baptista MACHADO, *Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador*, Coimbra, Almedina, 1983, p. 175 e seguintes.

¹⁸⁹ Cfr. J. P. Remédio MARQUES, *Algumas Notas Sobre Alimentos...*, p. 39.

¹⁹⁰ *Idem.*

possível estes concluírem a sua educação superior, na medida em que a extensão da obrigação de alimentos para além da maioridade dos filhos é o que mais se compatibiliza com a realidade portuguesa, em que os filhos maiores vivem com os pais e, na grande maioria, não trabalham enquanto prosseguem os estudos¹⁹¹.

Quanto ao conceito de razoabilidade, o critério assenta, segundo alguma doutrina¹⁹², na imputação da não conclusão da formação profissional à culpa grave do filho, na medida em que a obrigação de alimentos a favor do filho deve continuar a ser paga pelo progenitor, para além da maioridade daquele, desde que se mantenha a situação de necessidade, sem culpa do beneficiário.

Para Maria Nazareth Lobato GUIMARÃES¹⁹³ o fundamento da cessação da obrigação de prestar alimentos implica um comportamento grave na não conclusão da sua formação profissional.

Em sentido inverso, Remédio MARQUES sustenta que o critério passará pela cláusula geral do abuso de direito e não tanto pela alegação e prova de um comportamento gravemente censurável ao credor de alimentos, seja a título de dolo, seja a título de mera culpa¹⁹⁴. Esta cláusula geral que se traduz no abuso de direito de peticionar alimentos quando, por exemplo, tendo em conta a natureza e o padrão de dificuldade da formação universitária, o filho maior demora mais de três anos para obter a aprovação em apenas duas ou três cadeiras, não sendo este trabalhador-estudante¹⁹⁵.

Assim, o critério do art.º 1880.º do CC não está na existência de culpa grave do filho, mas sim na verificação de determinados elementos objetivos e subjetivos que densificam os conceitos de razoabilidade e (in)exigibilidade¹⁹⁶.

A propósito do conceito de razoabilidade, o STJ, em decisão de 03/10/2006¹⁹⁷, alega que as depressões e outros problemas do foro psicológico declaradas pela filha maior é matéria relevante e pode constituir causa justificativa do incumprimento do acordo que havia sido celebrado. Pode constituir, por isso, causa justificativa das consequentes reprovações, para efeitos da recusa de cessação da obrigação alimentar por parte do

¹⁹¹ Cfr. Rita Lobo Xavier, “Falta de autonomia...”, in *Lex Familia*, ano 6, n.º 12, Julho/Dezembro, 2009, p. 19-20. Neste sentido, Ac. do Supremo Tribunal de Justiça, de 07/12/2005, Processo n.º 05B3336, (Relator: Bettencourt de Faria) [consultado em 31/03/2016].

¹⁹² Neste sentido, Maria de Nazareth Lobato GUIMARÃES, *ob. cit.*, p. 207.

¹⁹³ *Idem*.

¹⁹⁴ Cfr. J. P. Remédio MARQUES, *Algumas Notas Sobre Alimentos...*, pp. 295-296.

¹⁹⁵ Cfr. Ac. Tribunal da Relação de Lisboa, de 27/04/1995, CJ, 1995, Tomo II, p. 125.

¹⁹⁶ Cfr. J. P. Remédio MARQUES, *Algumas Notas Sobre Alimentos...*, p. 296.

¹⁹⁷ Cfr. Ac. do Supremo Tribunal de Justiça, de 03/10/2006, *Revista n.º 2776/06 - 1.ª Secção* (Relator: Moreira Camilo), disponível em http://www.pgdlisboa.pt/jurel/stj_mostra_doc.php?nid=23913&stringbusca=&exacta= [consultado em 01/04/2016].

progenitor, com abrigo no art.º 1880.º do CC. Apesar do tribunal não considerar que esta situação configura um caso de culpa grave dos deveres do alimentado para com o obrigado, considera que o critério de razoabilidade não se encontra preenchido levando à cessação da obrigação em causa.

Ainda quanto aos conceitos de razoabilidade e culpa grave, o Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães, de 23/03/2010, em que a filha maior, matriculada no ensino superior desde 2002, intenta uma ação declarativa de condenação pedindo que os seus pais sejam condenados ao pagamento de uma pensão de alimentos para que possa suportar os custos inerentes à sua condição de estudante. O tribunal alega que já não é razoável, face à falta de aproveitamento escolar manter a obrigação, uma vez que esta está inscrita no ensino superior desde 2002. A filha maior já ultrapassou largamente o tempo normalmente requerido para que aquela formação se complete.

Desta forma, alguma doutrina e jurisprudência portuguesa persistem em teorizar conceções de culpa, quando a letra da lei nada presume nesse sentido. Subjacente a este entendimento, poderia integrar-se esta posição num possível abuso de direito na modalidade de *tu quoque*, que exprime a máxima de que segundo qual a pessoa que viole uma norma jurídica não pode, depois, e sem abuso exercer a posição jurídica violada pelo próprio e exigir de outrem o acatamento da situação violada e das consequências advindas¹⁹⁸.

O art.º 1874.º do CC, que se reporta aos deveres de pais e filhos, dispõe no seu n.º 1 que os pais e filhos se devem mutuamente respeito, auxílio e assistência. Não se trata, com é natural, do dever recíproco de obediência mas do dever recíproco de consideração pela vida, integridade física e moral de cada um¹⁹⁹.

Todavia, como já se referiu, o art.º 1880.º do CC apela a um critério de razoabilidade para determinar a obrigatoriedade da prestação alimentar por parte dos progenitores a filhos maiores que não tenham completado a sua formação académica ou profissional. O critério de razoabilidade plasmado no artigo *supra* citado sugere que não seja possível exigir aos progenitores a continuação do pagamento das suas despesas

¹⁹⁸ Cfr. António Menezes CORDEIRO, “Do Abuso do Direito: Estado das questões e perspectivas”, *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 65, 2005, p. 359.

¹⁹⁹ Cfr. Ac. do Tribunal da Relação de Coimbra, de 02/03/2010, Processo n.º 749/08.0TMAVR.C1, (Relator: Fonte Ramos) [consultado em 20/04/2016].

com o sustento e educação do filho maior quando este não cumpre, em relação a qualquer um deles, os deveres de respeito, auxílio e assistência²⁰⁰.

Apoiando este entendimento, a jurisprudência invoca o art.º 2013.º, al. c), do CC, invocando que a obrigação de prestar alimentos cessa quando o credor alimentar viole gravemente os seus deveres para com o obrigado²⁰¹.

É certo que o art.º 2013.º do CC regula as situações em que cessa a obrigação de prestar alimentos, estando elencando na sua al. c) as situações em que o credor viole gravemente os seus deveres para com o obrigado, todavia, este não é aplicável á obrigação em análise, justificada pela sua finalidade educativa de perduração deste dever para além da menoridade e, por outro, pela característica da não-reciprocidade, por cujo respeito se plasmou, na Reforma de 77, esta específica obrigação²⁰².

Conforme decisão do Tribunal da Relação de Coimbra²⁰³, de 21/04/2015, considera que só a violação grave do dever de respeito por parte da filha para com o pai poderá constituir causa de cessação da obrigação de prestar alimentos após a maioridade, nos termos do art.º 1874.º do CC. Este tribunal considerou que o facto de a filha e do progenitor não se relacionarem e esta ter prestado depoimento em sede de inquérito penal, podendo prejudicar o progenitor, não recebendo qualquer crédito por parte do Magistrado do Ministério Público, não basta para desonerar o progenitor da obrigação de prestar alimentos. Nas palavras do tribunal, apesar de se provar que pai e filha não se relacionam «(...) não ficaram apuradas as razões do afastamento entre pai e filha e do seu não relacionamento. Os factos provados não permitem concluir que tal situação é imputável à requerente, resultando da experiência comum que muitas vezes são os progenitores que no âmbito de processo de separação menos amigável, não conseguem pôr acima das suas próprias controvérsias o interesse dos seus filhos. Não temos por isso elementos suficientes que nos permitam dizer que a requerente violou gravemente o dever de respeito para com o seu pai.»

No mesmo sentido, o Tribunal da Relação de Lisboa²⁰⁴, de 08/03/2012, decidiu que o facto de a filha não falar com o progenitor desde os seus 13 anos de idade não constitui violação grave do dever de respeito. Esta decisão foi objeto de voto de vencido,

²⁰⁰ Cfr. Ac. do Tribunal da Relação de Coimbra, de 21/04/2015, Processo n.º 1503/13.2TBLRA.C1, (Relator: Maria Inês Moura) [consultado em 20/04/2016].

²⁰¹ Cfr. Ac. do Supremo Tribunal de Justiça, de 23/09/1997, BMJ, n.º 469, p. 563 e Ac. Tribunal da Relação de Lisboa, de 08/03/2012, Processo n.º 287/10.0TMPDL.L1-6, (Relator: Maria de Deus Correia) [consultado em 20/04/2016].

²⁰² Cfr. J. P. Remédio MARQUES, *Algumas Notas Sobre Alimentos...*, p. 311.

²⁰³ Cfr. Ac. do Tribunal da Relação de Coimbra, de 21/04/2015, Processo n.º 1503/13.2TBLRA.C1, (Relator: Maria Inês Moura) [consultado em 21/04/2016].

²⁰⁴ Cfr. Ac. Tribunal da Relação de Lisboa, de 08/03/2012, Processo n.º 287/10.0TMPDL.L1-6, (Relator: Maria de Deus Correia) [consultado em 21/04/2016].

argumentando que seguir outro caminho é premiar o comportamento reprovável da filha, que apenas vê o seu progenitor como fonte de rendimento, menosprezando outros valores como o do respeito, a estima, a consideração e a solidariedade familiar.

Desta forma, cabe indagar se o critério de razoabilidade abrange a possibilidade de o devedor alimentar invocar, para se desobrigar, desentendimentos ou conflitos com os filhos normais entre diferentes gerações ou um corte de relações por iniciativa dos filhos²⁰⁵.

Na opinião de Maria Clara SOTTOMAYOR²⁰⁶, aquando da atribuição de alimentos, não se devem considerar situação de mérito ou desmérito, na medida em que os alimentos não são equiparáveis a uma recompensa ou sanção.

Acontece, por vezes, que as violações entre pais e filhos dos deveres plasmados no art.º 1874.º são recíprocas, colocando-se a questão se a obrigação de prestar alimentos cessa pela exceção de *reciprocidade das ofensas*.

Apesar de F. M. Pereira COELHO e Guilherme de OLIVEIRA²⁰⁷ empregarem esta expressão referindo-se às situações de divórcio a verdade é que as regras gerais dos contratos sinalagmáticos não são aplicáveis às relações familiares em causa, não sendo legítimo que qualquer um deles alegue uma conduta do outro para se desonerar do cumprimento das obrigações a que se encontra adstrito, pela chamada «compensação de culpas». A existência de injúrias e ofensas mútuas só pode revelar um estado profundo de desentendimento, não podendo nenhum deles invocar uma conduta desonrosa ou indigna do outro se ele próprio teve uma conduta desonrosa ou indigna.

Assim, só cessará o direito a alimentos ao filho maior se por culpa grave houver um comportamento deste que se traduza na prática intencional do facto invocado como fundamento para o pedido de alimentos ou a invenção intencional de condições propícias a esse facto²⁰⁸.

A prática de qualquer outro ato pelo filho maior, mesmo que a provocação ao progenitor ofensor, não lhe retira o direito de peticionar alimentos com base nas faltas do progenitor, embora deva ser tido em consideração na apreciação a gravidade dessas faltas em conformidade com o princípio da razoabilidade²⁰⁹.

²⁰⁵ Cfr. Maria Clara SOTTOMAYOR, *ob. cit.*, p. 336.

²⁰⁶ *Idem*.

Entendimento semelhante tinha Maria de Nazareth Lobato GUIMARÃES, *ob. cit.*, p. 210.

²⁰⁷ Cfr. F. M. Pereira COELHO e Guilherme de OLIVEIRA, *ob. cit.*, pp. 655-656.

²⁰⁸ *Ibidem*, p. 657.

²⁰⁹ Cfr. F. M. Pereira COELHO e Guilherme de OLIVEIRA, *ob. cit.*, p. 657.

4. Cessação da obrigação plasmada no art.º 1880.º do CC

No que respeita à cessação da obrigação inserida no art.º 1880.º do CC, apesar de já densificadas anteriormente, cabe aqui lugar à sua exposição, ainda que de forma taxativa.

Em primeiro lugar, questiona-se se a obrigação de prestar alimentos a filhos maiores deverá cessar com a obtenção da licenciatura ou diploma equivalente ou se se insere no conceito de formação profissional a verificação do exercício de uma atividade profissional adequada à formação ministrada. Conforme nos afirma o Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa²¹⁰, de 24/02/2005, uma vez alcançada a maioridade, o filho agora maior pode exigir a manutenção dos alimentos se ainda estiver a receber formação profissional, quer em continuidade dos estudos, quer no exercício de praticante da profissão (ex: estagiário, etc..), desde que não seja remunerada e para início de carreira até ao término da formação a ser proporcionada e desde que se mantenham os pressupostos que legitimaram aquela obrigação, designadamente quanto às possibilidades do devedor e necessidade do credor alimentar e desde que tudo se afira por um critério de razoabilidade na exigência da prestação alimentar.

Em segundo lugar, cabe indagar se a obrigação em estudo deve ou não manter-se até que o filho inicie o exercício de uma atividade profissional compatível com a formação adquirida, na medida em que o art.º 1880.º do CC faz crer que o custeio das despesas referidas apenas é exigível até ao momento em que o filho maior tenha completado a sua formação e pelo tempo normalmente requerido para que aquela se complete.

Segundo a doutrina de J. P. Remédio MARQUES²¹¹, não se condiciona a cessação da obrigação de alimentos ao filho maior à superveniente obtenção de emprego. Assim, se o filho maior não obtiver emprego após o término da sua formação não lhe garante o direito de exigir alimentos tendo por base o art.º 1879.º do CC, não podendo, também, recorrer ao Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores. Nesta eventualidade, apenas poderá fazer uso da faculdade de exigir alimentos aos seus ascendentes, nos termos gerais do art.º 2003.º e seguintes do CC.

Em terceiro lugar, há que indagar se duração da obrigação de alimentos *sub iudice* pode transpor os pressupostos do art.º 1880.º do CC, particularmente quanto ao *tempo*

²¹⁰ Cfr. Ac. Tribunal da Relação de Lisboa, de 24/02/2005, Processo n.º 1198/2005-6, (Relator: Pereira Rodrigues) [consultado em 21/04/2016].

²¹¹ Cfr. J. P. Remédio MARQUES, *Algumas Notas Sobre Alimentos...*, pp. 311-312.

normalmente requerido para que aquela formação se complete. Desta forma, se houver uma quebra na relação ou no nexo entre o dever de educação dos progenitores e o correspondente dever do filho maior de modo sério e real se impulsionar para concluir a sua formação²¹², a obrigação de alimentos poderá cessar.

Assim, nos casos em que a interrupção dos estudos foi devida a causa fortuita, de força maior, inevitável, irremovível ou alheia à vontade do filho não será causa de cessação do dever dos progenitores²¹³.

Por último, ainda que haja uma divisão jurisprudencial²¹⁴ e doutrinária²¹⁵ quanto à aplicação do art.º 2013.º, n.º 1, al. c) do CC, concluímos que esta não se aplica à obrigação em estudo, o que não significa que o julgador não deva ponderar a inobservância dos deveres de respeito, assistência e auxílio entre pais e filhos maiores.

A cláusula de razoabilidade subsequente do art.º 1880.º do CC obriga a uma ponderação deste tipo, ainda que o juiz deva ter em consideração a «(...) eventual e natural imaturidade, irreflexão ou impulsividade» do jovem adulto²¹⁶.

5. Tramitação processual

A obrigação de alimentos a filhos maiores segue a tramitação processual consagrada nos arts.º 45.º a 47.º do RGPTC²¹⁷ e art.º 989.º do CPC.

No entanto, importa ter em atenção o disposto no art.º 5.º, n.º 1, al. a), do Decreto-Lei n.º 272/2001, de 13 de Outubro, relativamente aos casos em que estes processos são da competência da Conservatória do Registo Civil e a sua respetiva tramitação.

Em primeiro lugar urge expor as alterações introduzidas no RGPTC no que se refere à fixação de alimentos. Assim, na al. e) da O.T.M. apenas se previa a fixação de alimentos devidos a menores. No novo art.º 3.º, al. d), do RGPTC, para além da nova terminologia legal (criança), o legislador entendeu incluir na qualificação de providência tutelar cível a fixação de alimentos devidos aos filhos maiores ou

²¹² *Idem*.

²¹³ *Ibidem*, p. 313.

²¹⁴ Considerando que a al. c), n.º 1, do art.º 2013.º se aplica à obrigação de alimentos em estudo, *Vide* Ac. Tribunal da Relação de Guimarães, de 04/03/2010, Processo n.º 115/09.0TBMNC.G1, (Relator: Conceição Saavedra) [consultado em 28/04/2016].

²¹⁵ Cfr. J.P. Remédio MARQUES, *Algumas Notas Sobre Alimentos...*, p. 311, é da opinião de que o normativo legal em análise não será aplicável à obrigação de alimentos a filhos maiores.

²¹⁶ *Idem*.

²¹⁷ A Lei n.º 141/2015, em vigor desde 8 de Outubro de 2015, veio estabelecer o Regime Geral do Processo Tutelar Cível e revogar o Decreto-Lei n.º 314/78, de 27 de Outubro – diploma que aprovou a Organização Tutelar de Menores. O RGPTC inspirou-se no regime da O.T.M., incorporando muitas das suas disposições, ainda que melhoradas e aperfeiçoadas, tendo como objetivo introduzir maior celeridade, agilização e eficácia na resolução de conflitos, definindo prioridades quanto ao uso dos recursos disponíveis, procurando beneficiar a criança e a sua família. *Vide* Proposta de Lei n.º 338/XII, disponível em <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailIniciativa.aspx?BID=39542> [consultado em 28/04/2016].

emancipados a que se refere o art.º 1880.º do CC e a execução de alimentos, competindo, assim, às secções de família e menores da instância central do tribunal de comarca em matéria tutelar cível fixar alimentos²¹⁸.

Desta forma, o art.º 989.º, n.º 1, do CPC remete para o regime previsto para os menores, fixando: «[q]uando surja a necessidade de se providenciar sobre alimentos a filhos maiores ou emancipados, nos termos do artigo 1880.º do Código Civil, segue-se, com as necessárias adaptações, o regime previsto para os menores».

Por sua vez, o art.º 6.º, al. d), do RGPTC, atribuí competência para fixar alimentos a filhos maiores ou emancipados a que se refere o art.º 1880.º do CC às secções de família e menores da instância central do tribunal de comarca em matéria tutelar cível. Mas, na verdade, nem sempre estas ações são da competência dos tribunais, em particular das secções de família e menores, na medida em que a tal competência está também concedida à Conservatória do Registo Civil²¹⁹.

O Decreto-Lei n.º 272/2001, de 13 de Outubro, transferiu para as Conservatórias de Registo Civil um acervo de matérias que eram atribuídas aos tribunais, em sede de jurisdição voluntária, sendo uma delas a competência para pedidos de alimentos a filhos maiores ou emancipados, conforme o art.º 5.º, n.º 1, al. a), do DL *supra* citado.

Este art.º 5.º, do DL acima mencionado, regula um elenco de procedimentos em que é atribuída ao Conservador do Registo Civil competência para a fase liminar, tendente à formação de vontade das partes²²⁰.

Quanto à competência material das Conservatórias do Registo Civil esta está dividida entre a exclusiva e a concorrente com a dos tribunais judiciais²²¹. No primeiro caso falamos da reconciliação dos cônjuges separados, a separação ou divórcio por mútuo consentimento e a declaração de dispensa do prazo internupcial, nos termos do art.º 12.º, n.º 1, do diploma legal *supra* citado. Quanto à competência material concorrente com a dos tribunais judiciais esta apenas é exercida quando verificadas determinadas condições respeitante à ausência de cumulação objetiva de pretensões ou à ausência de dependência de objetos processuais²²², tal como nos afirma o n.º 2, do art.º

²¹⁸ Cfr. Tomé d'Almeida RAMIÃO, *Regime do Processo Tutelar Cível – Anotado e Comentado*, Reimpressão, Lisboa, Quid Juris, 2016, pp. 17-18.

²¹⁹ *Ibidem*, p. 33.

²²⁰ Cfr. Carlos Francisco de Oliveira Lopes do REGO, *Comentários ao Código de Processo Civil*, Vol. II, Coimbra, Almedina, 2004, p. 543.

²²¹ Cfr. J.P. Remédio MARQUES, *Obrigações de Alimentos e Registo Civil*, pp. 2-3, disponível em <http://www.ascr.pt/uploads/trabalhos/69/ficheiro/AlimentoseRegistoCivil.pdf> [consultado em 03/05/2016].

²²² *Idem*.

5.º do citado diploma, abrangendo as matérias plasmadas no art.º 5.º do DL n.º 272/2001, sendo uma delas os alimentos devidos a filhos maiores ou emancipados.

Esta concorrência de competências ou a reserva de competência não exclusiva das Conservatórias de Registo Civil visa a resolução final do conflito de interesses. Na eventualidade de os requerentes não consentirem o acordo promovido pelo Conservador, depois de frustrada a tentativa de conciliação das partes, o processo é remetido para o tribunal competente²²³.

Na verdade, tendo em linha de conta o princípio da separação e interdependência dos órgãos de soberania, as Conservatórias não são dotadas de poder para aplicar o direito ao caso concreto, isto é, o poder de julgar traduzido num esvaziamento das funções materiais dos tribunais. O princípio da separação exige, a título primário, a correspondência entre o órgão e a função e só admite exceções quando não for sacrificado o seu «núcleo essencial»²²⁴.

Os conflitos entre os progenitores obrigados a alimentos e o filho maior ou emancipado não podem ser decididos pelo Conservador, na medida em que este não é dotado de poder para aplicar o direito ao caso concreto, de forma livre e desinteressada²²⁵.

Nas palavras de Remédio MARQUES²²⁶, a intervenção da Conservatória de Registo Civil deverá ser realizada, do ponto de vista formal, ao abrigo da regra da plenitude de jurisdição, em sede de competência específica, de forma a promover o acordo respeitante às matérias enumeradas no art.º 5.º, n.º 1, do citado DL.

O procedimento a seguir na Conservatória com vista à obtenção de acordo não é facultativo²²⁷, na medida em que na fase inicial da composição do litígio (cuas matérias estão previstas no art.º 5.º, n.º 1 do DL n.º 272/2001) tem que ser obrigatoriamente iniciada na Conservatória de Registo Civil, excetuando as pretensões que sejam cumuladas com outros pedidos no âmbito da mesma ação judicial ou que constituam incidente ou dependência de ação pendente, casos em que continuam a sua tramitação nos termos previstos no CPC – art.º 5.º, n.º 2 do mencionado DL²²⁸.

Assim, estes pedidos devem ser apresentados na Conservatória de Registo Civil, seguindo o regime previsto nesse diploma, com vista à obtenção de acordo e, na falta

²²³ *Idem*.

²²⁴ Cfr. J. J. Gomes CANOTILHO, *ob. cit.*, p. 559.

²²⁵ Cfr. J.P. Remédio MARQUES, *Obrigações de Alimentos e Registo Civil*, p. 2.

²²⁶ *Ibidem*, p. 3.

²²⁷ Tal como resulta do texto do seu art.º 5.º e da própria Lei de Autorização Legislativa - art.º 3, n.º 3, al. i) da Lei n.º 82/2001, de 3 de Agosto.

²²⁸ Cfr. Tomé d'Almeida RAMIÃO, *ob. cit.*, p. 33.

deste, a sua remessa para o tribunal judicial de 1.^a instância competente em razão da matéria no âmbito da circunscrição a que pertence a conservatória (art.º 8.º, do DL em estudo), isto é, o processo é remetido para a secção de família e menores, para seguinte tramitação e decisão²²⁹.

Quanto à competência da Conservatória do Registo Civil, o art.º 6.º, n.º 1, do DL, fixa a competência territorial da Conservatória para efeito da receção dos pedidos. No caso do pedido de alimentos a filhos maiores ou emancipados é competente qualquer Conservatória do Registo Civil.

No que se refere a matéria de obrigação de alimentos, a intervenção das Conservatórias passou a abranger a obtenção de acordo entre as partes para a fixação de alimentos a filhos maiores ou emancipados, nos termos do art.º 5.º, n.º 1, do DL, ou a condenação do preceito dos requeridos, caso estes não deduzam oposição ao pedido ou não o façam de forma tempestiva (art.º 7.º, n.º 2 e 3 do DL), nos casos previstos no art.º 1880.º do CC²³⁰.

Em suma, a intervenção das Conservatórias de Registo Civil pauta-se pela tentativa de obtenção de acordo entre o requerente/autor e o requerido/demandando, nos termos do art.º 5.º do citado DL.

Respeitando o princípio da separação de poderes e com o intuito de não violar o seu núcleo essencial fica acautelada que não cabe ao Conservador decidir sobre o pedido, mesmo após o contato com as provas que foram produzidas, não tendo o Conservador poderes para julgar qualquer uma das matérias em litígio. Apesar de as suas decisões serem equiparadas às decisões judiciais, segundo o artigo 17º, n. 4, do DL n.º 272/2001, produzindo os mesmos efeitos, o Conservador não goza de poderes para heterocompor o litígio ou fazer cessar o conflito de interesses, concluindo-se que ele não julga o litígio porque não exerce materialmente a função jurisdicional, sob pena de violar o princípio *supra* citado²³¹.

Assim, em matéria de alimentos a filhos maiores ou emancipados as Conservatórias do Registo Civil não têm competência material exclusiva, caso contrário, estas adquiriam o poder de julgar e os Conservadores tornar-se-iam numa espécie de

²²⁹ Cfr. Ana LEAL, *ob. cit.*, p. 50.

²³⁰ Cfr. J. P. Remédio MARQUES, *Obrigação de Alimentos e o Registo Civil*, p. 3.

²³¹ *Idem*.

«juiz *ad hoc*», violando de forma manifesta o princípio de separação de poderes, um princípio constitucional e basilar de um Estado de Direito²³².

A intervenção do Conservador procura a obtenção de outras formas dos litígios respeitantes às matérias prevista no art.º 5.º, n.º 1, do DL, como a composição por negócio processual e a composição por revelia²³³.

No que se refere à composição por negócio processual, a sua tramitação encontra-se prevista no art.º 7.º, do DL, visando a obtenção de um acordo que vá de encontro com a vontade manifestada pelas partes. Desta forma, podemos afirmar que estamos no domínio dos negócios processuais de carácter negocial que visam constituir, modificar ou extinguir uma situação processual, que para além de efeitos processuais pode gerar, também, efeitos materiais como sejam os efeitos obrigacionais²³⁴.

Os negócios processuais em causa exigem a verificação de todos os requisitos gerais de validade de qualquer negócio jurídico, quanto aos sujeitos, à vontade, à sua exteriorização e ao objeto negocial.

Assim, nos termos do art.º 7.º, n.º 1 e 2, do DL, sendo o pedido fundamentado, de facto e de direito, por requerimento entregue na Conservatória, sendo indicadas as provas e a junção de eventual prova documental o requerido é citado para deduzir oposição. Caso o requerido não apresente oposição e se possa considerar como confessados os factos indicados pelo requerente, o Conservador declara a procedência do pedido, depois de averiguado o preenchimento de todos os pressupostos legais – art.º 7.º, n.º 3, do DL. Em situação contrária, caso o requerido apresente oposição ao pedido, cabe ao Conservador promover uma tentativa de conciliação, a realizar no prazo de 15 dias – art.º 7.º, n.º 4.º, do DL²³⁵.

Desde logo, podemos afirmar que estamos perante a possibilidade de o litígio ser composto por transação judicial, isto é, através de um contrato (art.º 1248.º e seguintes do CC) através do qual o filho maior e o progenitor requerido, após citação do último, efetuarem *recíprocas concessões*²³⁶.

Na nossa opinião, em matéria de alimentos a filhos maiores ou emancipados, apenas deverá ser de admitir a *transação quantitativa*, podendo abarcar uma parte ou a totalidade do objeto do pedido, não se admitindo a modalidade de transação novatória,

²³² Cfr. Laura Fernandes MADEIRA, “Obrigação de alimentos devida a filhos maiores de idade no âmbito do art.º 1880.º do Código Civil – Perspectiva do Processo Civil”, in *Revista do Ministério Público*, n.º 142, 2015, p. 126.

²³³ Para um maior desenvolvimento, J. P. Remédio MARQUES, *Obrigação de Alimentos e Registo Civil*, pp. 5-11.

²³⁴ Cfr. J. P. Remédio MARQUES, *Obrigação de Alimentos e Registo Civil*, p. 5.

²³⁵ Nos termos do art.º 7.º do DL 272/2001, de 13 de Outubro, alterado pelo DL n.º 324/2007, de 28 de Setembro.

²³⁶ Cfr. J. P. Remédio MARQUES, *Obrigação de Alimentos e Registo Civil*, p. 7.

implicando a constituição, modificação ou extinção de direitos diversos do objeto do litígio, sendo apenas possível a transação em que, mediante concessões recíprocas, ocorra uma modificação do *quantum* do montante de alimentos ou da forma em que esta é prestada²³⁷.

Quando nos referimos a composição por revelia, esta diz respeito à pretensão de alimentos devidos a filho maior ou emancipado, deduzida na Conservatória de Registo Civil, quando não é apresentada oposição ao pedido por parte do requerido²³⁸.

Nos termos do art.º 7.º, n.º 3, do DL n.º 272/2001, de 13 de Outubro, este determina que não sendo apresentada oposição e na medida em que os factos indicados pelo requerente devam considerar-se confessados, o Conservador deve declarar a procedência do pedido, depois de verificados os pressupostos legais²³⁹. Desta forma, o Conservador, já não homologa uma autocomposição por negócio processual. Nesta situação a sua decisão é equiparada, pela lei, às decisões judiciais (art.º 17.º, n.º 4, do DL *supra* citado) para que em caso de incumprimento, esta possa constituir título executivo.

Quanto aos efeitos da revelia (art.º 567.º do CPC) nas ações que correm junto das Conservatórias de Registo Civil, podemos afirmar quando o requerido não deduz oposição ao pedido estamos perante uma *revelia operante*, produzindo efeitos quanto à composição da ação²⁴⁰.

Assim, a revelia tem como consequência que os factos alegados pelo requerente se consideram provados por *admissão/confissão*, traduzindo-se na procedência do pedido pelo Conservador, equivalendo a uma *condenação no pedido*²⁴¹. Ocorre, assim, um *efeito cominatório* semelhante ao efeito cominatório pleno, que se traduz na presunção (ou ficção) criada pelo legislador de que o demandado confessa (concorda com) a pretensão que contra ele é deduzida, e de que não se defende - esta só deverá operar quando esteja expressamente prevista na lei²⁴².

²³⁷ *Idem*.

²³⁸ Cfr. J. P. Remédio MARQUES, *Obrigações de Alimentos e Registo Civil*, p. 8 e José Lebre de FREITAS, *A Acção Declarativa Comum - À luz do Código Revisto*, Coimbra, Coimbra Editora, 2000, p. 74.

²³⁹ Após a citação do requerido, este dispõe de 15 dias para apresentar oposição, indicar provas e juntar prova documental (art.º 7.º, n.º 4, do DL n.º 272/2001 de 13 de Outubro) Aqui, a citação não depende de despacho prévio do Conservador, devendo o funcionário do Registo Civil, nos termos do art.º 226.º do CPC (direito processual subsidiário aplicável: art.º 19.º do DL), promover oficiosamente as diligências necessárias e adequadas à efetivação da regular citação do requerido. Cfr. Tomé d'Almeida RAMIÃO, *Divórcio por Mútuo Acordo* ..., pp. 50-54.

²⁴⁰ *Ibidem*, p. 9.

²⁴¹ Cfr. José Lebre de FREITAS, *ob. cit.*, p. 75.

²⁴² Cfr. Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães, de 06/07/2005, Processo n.º 1240/05-2, (Relator: Carvalho Martins) [consultado em 11/02/2016].

Apesar da falta de oposição, cabe ao Conservador averiguar se há *irregularidades no requerimento*, como sejam elas a indicação dos fundamentos de facto e de direito, indicação das provas a produzir, a junção de prova documental, e ainda, se os *pressupostos processuais específicos* (em razão da matéria e do território) se encontram preenchidos, como a competência da Conservatória do Registo Civil em razão da matéria, a residência do requerido, a pendência de ação de que o pedido de alimentos constitua um incidente, entre outros. Cabe, ainda, indagar se a citação do requerido respeitou todas as formalidades legais previstas no art.º 225.º do Código do Registo Civil, caso se encontre irregularidades esta deve ser repetida nos termos do art.º 566.º do CPC; se já transpôs o prazo de quinze dias, a contar da data de citação, para deduzir oposição; e se ficam validados os *pressupostos materiais de procedibilidade da pretensão* que não subordinem de produção de prova em audiência de discussão e julgamento, como a idade do requerente e a possível situação de emancipação²⁴³.

Nos termos do art.º 8.º e 9.º do DL n.º 272/2001, de 13 de Outubro, só nas situações de impossibilidade de acordo ou de oposição do requerido, cabe remessa para o tribunal judicial de 1.ª instância competente em razão da matéria no âmbito da circunscrição a que pertence a Conservatória, sendo as partes notificadas para, em oito dias, alegarem e requererem a produção de novos meios de prova. Remetido o processo ao tribunal judicial competente, o juiz procede de acordo com o disposto nos artigos 590.º e seguintes do Código de Processo Civil²⁴⁴.

Por regra, nos termos do art.º 2007.º do CC, há lugar à concessão de alimentos provisórios enquanto não houver fixação de alimentos definitivos.

Uma vez que o DL n.º 272/2001/, de 13 de Outubro, não prevê qualquer mecanismo de possibilidade de decisões provisórias, na medida em que os Conservadores não possuem poderes materiais para julgar tal pretensão, sendo esta uma decisão de índole manifestamente judicial, que carece da apreciação de um juiz²⁴⁵.

Logrando haver um desmedido espaço temporal desde a apresentação do pedido de alimentos na Conservatória até à remessa para tribunal competente, visando a proteção do filho maior em situação de necessidade e evitando uma situação de injustiça em face dos filhos maiores que, deduzindo pedido de alimentos como incidente ou

²⁴³ Cfr. J. P. Remédio MARQUES, *Obrigações de Alimentos e Registo Civil*, pp. 9-10.

²⁴⁴ Cfr. Tomé d'Almeida RAMIÃO, *Divórcio por Mútuo Acordo (D. L. n.º 272/2001)*, *Anotado e Comentado*, 2.ª Edição, Lisboa, Quid Juris, 2002, pp. 54-55 e Carlos Francisco de Oliveira Lopes do REGO, *ob. cit.*, p.545.

²⁴⁵ Cfr. Laura Fernandes MADEIRA, *ob. cit.*, p. 128.

dependência de processo principal num tribunal judicial, podem lançar mão do mecanismo previsto no art.º 384.º do CPC e cumular um pedido de alimentos provisórios, a jurisprudência têm admitido o recurso dos filhos maiores ou emancipados (ao abrigo do art.º 1880.º do CC) ao mecanismo da providência cautelar de alimentos provisórios do art.º 384.º do CPC²⁴⁶.

Neste sentido, o Ac. do Tribunal da Relação do Porto²⁴⁷, de 26/10/2009, afirma: «(...) o filho maior, credor de alimentos nos termos previstos no artigo 1880.º do CC, não obstante a regra de competência e o procedimento previsto nos artigos. 5.º, n.º 1, al. a) e 8.º do DL n.º 272/2001, de 13/10, pode utilizar a providência cautelar de alimentos provisórios.»

Na sequência de um pedido de alimentos provisórios, a ação principal pode ser logo intentada em tribunal judicial, no sentido de que a competência para a providência cautelar de alimentos provisórios nos termos do art.º 1880.º do CC é da competência do tribunal comum e não da Conservatória do Registo Civil, devendo o conservador remeter o processo ao tribunal competente quando seja requerida a providência cautelar em causa²⁴⁸.

A verdade é que impedir o acesso a alimentos provisórios é desproteger a parte mais fraca da relação familiar – o filho maior necessitado de alimentos - e depois, por razões de economia e celeridade processual esta é a solução que melhor se adequa aos fins almejados pelo legislador.

Desta forma, nas situações em que o pedido a alimentos se deva realizar, de forma exclusiva, junto da Conservatória de Registo Civil, deverá o juiz considerar-se incompetente para conhecer da matéria, estando perante uma situação de incompetência absoluta, nos termos do art.º 96 do CPC, resultando na absolvição do réu da instância ou indeferimento do despacho liminar (art.º 99.º, n.º 1 do CPC)²⁴⁹.

Porém, quando a questão da competência é colocada ao nível da divisão judicial do território, estamos perante uma situação de incompetência relativa em razão do território (art.º 102.º do CPC) têm como efeito a remessa do processo para o tribunal competente (art.º 105.º, n.º 3, do CPC)²⁵⁰.

²⁴⁶ *Idem*.

²⁴⁷ Cfr. Ac. do Tribunal da Relação do Porto, de 26/10/2009, Processo n.º 1038/09.8TMPRT.P1, (Relator: Mendes Coelho) [consultado em 11/05/2016].

²⁴⁸ Cfr. Maria Clara SOTTOMAYOR, *ob. cit.*, p. 343.

²⁴⁹ Cfr. Laura Fernandes MADEIRA, *ob. cit.*, p. 129.

²⁵⁰ *Idem*.

Quando o pedido deve ser instaurado na Conservatória do Registo Civil, estes problemas não se colocam, na medida em que deixou de vigorar o princípio a competência territorial, podendo o processo ser instaurado em qualquer Conservatória do Registo Civil em Portugal, nos termos do art.º 6.º do DL²⁵¹.

6. As alterações introduzidas pelo Lei n.º 122/2015, de 1 de Setembro

Estas alterações tiveram como base o Projeto de Lei n.º 975/XII-4.^a, que reconheceu a necessidade de uma profunda alteração na matéria em estudo, particularmente quanto à cessação dos alimentos após o filho atingir os 18 anos.

Conforme se pode ler na exposição de motivos do *supra* citado Projeto de Lei, na realidade das famílias portuguesas é comum que os filhos, mesmo após alcançarem a maioridade legal, continuem a residir na casa do progenitor com que viveram toda a sua infância e juventude e que, na grande maioria dos casos, é a mãe. Daqui resulta que recai sobre elas os encargos do sustento e da formação dos filhos²⁵².

Devida à corrente jurisprudencial maioritária de que os alimentos cessam com o advento da maioridade, cabendo aos filhos maiores intentar uma ação especial de alimentos contra o progenitor (na esmagadora maioria, o pai), implicando, por força da demora da justiça, situações de privação do direito à educação e à formação profissional²⁵³.

O legislador entendeu ser premente alterar esta conjuntura, alterando os normativos legais que regulam a obrigação de alimentos a filhos maiores ou emancipados, nomeadamente o art.º 1905.º do CC e o art.º 989.º do CPC.

Desta forma, introduziu no art.º 1905.º, n.º 2, do CC, a seguinte redação: «[p]ara efeitos do disposto no artigo 1880.º, entende-se que se mantém para depois da maioridade, e até que o filho complete 25 anos de idade, a pensão fixada em seu benefício durante a menoridade, salvo se o respetivo processo de educação ou formação profissional estiver concluído antes daquela data, se tiver sido livremente interrompido ou ainda se, em qualquer caso, o obrigado à prestação de alimentos fizer prova da irrazoabilidade da sua exigência.».

²⁵¹ A abolição deste princípio da competência territorial ocorreu com as alterações preconizadas pelo DL n.º 324/2007, de 28 de Setembro.

²⁵² Cfr. Projeto de Lei n.º 975/XII-4.^a, Altera o artigo 1905.º do Código Civil e o artigo 989.º do Código do Processo Civil, melhorando o regime de alimentos em caso de filhos maiores ou emancipados, pp. 1-2, disponível em <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailheIniciativa.aspx?BID=39565> [consultado em 11/05/2016]

²⁵³ *Idem*.

Com este normativo legal pretende-se evitar que o filho maior, necessitado de alimentos, tenha que intentar uma nova ação de alimentos, visando a manutenção da obrigação de alimentos por parte do progenitor²⁵⁴.

Nas situações de divórcio, separação judicial de pessoas e bens, declaração de nulidade ou anulação do casamento, de acordo com a alteração apresentada, os alimentos que tenham sido fixados no âmbito da regulação do exercício das responsabilidades parentais, manter-se-ão nos termos do art.º 1880.º do CC, isto é, no momento em que o filho alcance a maioridade ou a emancipação, desde que não tenha completado a sua formação profissional, na medida em que razoável a sua exigência e pelo tempo normalmente requerido para que aquela formação se complete²⁵⁵. A lei mantém o critério da razoabilidade, atendendo à manutenção da redação do art.º 1880.º do CC, na medida em que tal obrigação apenas se manterá quando seja justo e razoável exigir a permanência da obrigação.

No que respeita à cessação a obrigação *sub iudice*, esta apenas cessará quando os pressupostos de atribuição já não se encontrem preenchidos: o progenitor não possa continuar a prestar os alimentos (quando se deixe de verificar o critério das possibilidades do obrigado) ou quando o filho maior deixe de necessitar da prestação (quando se deixe de verificar o critério da necessidade do credor)²⁵⁶.

Em qualquer uma das circunstâncias atinentes à cessação da obrigação alimentar, cabe ao progenitor demonstrar e provar, sendo-lhe atribuída a iniciativa processual com vista à cessação, sob pena de a prestação ser devida até aos 25 anos²⁵⁷.

O filho maior ou emancipado, que não tenha concluído a sua formação profissional ou académica poderá continuar a beneficiar da pensão alimentar prevista na menoridade, sem que seja necessário que este intente uma nova ação para a obtenção de tal efeito.

Assim, a situação do filho maior ou emancipado que prossiga a sua formação profissional passa a ser salvaguardada no âmbito do acordo sobre o exercício das responsabilidades parentais em caso de divórcio, separação ou nulidade. Caso os progenitores não regulem esta situação vigorará a obrigação de alimentos fixada na menoridade do filho²⁵⁸.

²⁵⁴ Cfr. Conselho Superior da Magistratura, *ob. cit.*, p. 11.

²⁵⁵ *Idem*.

²⁵⁶ *Ibidem*, p. 12.

²⁵⁷ Cfr. Tomé d'Almeida RAMIÃO, *Regime Geral do...*, p. 35.

²⁵⁸ Cfr. J. H. Delgado de CARVALHO, *Ação Executiva para Pagamento de Quantia Certa*, 2.ª edição, Lisboa, Quid Juris, 2016, pp. 250-251.

O processo de alimentos a filhos maiores ou emancipados vem previsto, ao nível de regime adjetivo ou processual, no art.º 989.º do CPC.

O n.º 1, do art.º 989.º do CPC, continua a remeter para o regime dos menores quando haja necessidade de se providenciar sobre alimentos a filhos maiores ou emancipados, sendo que a alteração preconizada visa conjugar este preceito legal com o art.º 1905.º do CC²⁵⁹.

Neste sentido, a alteração mais relevante foi a introduzida no seu preceito n.º 3, conferindo agora legitimidade processual ao progenitor que suporte a título principal o encargo de custear as despesas dos filhos maiores que não possam sustentar-se podendo exigir ao outro progenitor o pagamento de uma contribuição para o sustento e educação dos filhos, até que estes perfaçam 25 anos e não tenham concluído a formação profissional ou académica iniciada²⁶⁰.

Desta forma, ainda que a obrigação de alimentos fixada na menoridade não cesse com o advento da maioridade e desde que este não tenha completado a sua formação profissional, a verdade é que a jurisprudência dominante entendia que o pedido de alimentos formulado em processo pendente ou na instância renovada de processo findo (art.º 282.º, n.º 1, do CPC) após a maioridade do filho gerava a inutilidade superveniente da lide, na medida em que esta obrigação apenas era apreciada até que este perfizesse 18 anos²⁶¹. Após a maioridade, cabia ao filho o impulso processual de demandar o progenitor não convivente se pretendesse continuar a receber a pensão de alimentos. Se houvesse alimentos fixados na menoridade, o filho maior teria que intentar uma ação especial de alimentos, que corre por apenso à ação que regulou a primeira prestação. Caso não tivesse havido fixação de alimentos na menoridade, o pedido de alimentos devia ser apresentado na Conservatória de Registo Civil, conforme os arts.º 5.º a 10.º do DL n.º 272/2001, tendo de provar todos os pressupostos do art.º 1880.º do CC.

Assim, apenas se previa que o filho maior poderia reivindicar aos progenitores uma pensão de alimentos. Agora, prevê-se, que possa ser o próprio progenitor que suporta as despesas do filho maior a reivindicar junto do outro o pagamento de uma contribuição. Nestas situações, cabe ao juiz decidir, se as partes não acordarem, se a contribuição poderá ser entregue, total ou parcialmente, ao filho maior. Estamos perante uma inovação que, até aqui, não existia no nosso ordenamento jurídico.

²⁵⁹ Cfr. Tomé d'Almeida RAMIÃO, *Regime Geral do...*, p. 35.

²⁶⁰ Cfr. Conselho Superior da Magistratura, *ob. cit.*, p. 17.

²⁶¹ Cfr. J. H. Delgado de CARVALHO, *ob. cit.*, p. 249.

Esta é uma alteração legislativa que se compreende conveniente, levando em consideração o número elevado de filhos maiores que se recusavam a instaurar uma ação judicial contra o outro progenitor, na medida em que apenas este tem legitimidade para o fazer. Esta inação ou resistência do filho maior ocorre sobretudo em casos em que há um historial de violência doméstica²⁶².

Esta alteração era já almejada pela doutrina²⁶³, mormente por Maria Clara SOTTOMAYOR e Rita Lobo XAVIER, que defendiam que o progenitor que coabita com o filho maior, normalmente a mãe, podia recorrer à figura da sub-rogação (art.º 589.º do CC) nos direitos do filho credor de alimentos, visando obter do devedor alimentar o reembolso das despesas com a educação e sustento do filho maior que cabiam ao outro progenitor.

Desta forma, perante a inércia do filho maior em demandar o progenitor não convivente, o legislador criou um mecanismo subsidiário à ação especial de alimentos que só pode ser instaurada pelo filho. Este criou no art.º 989.º, n.º 3, do CPC, a ação para contribuição do progenitor não convivente nas despesas com a educação e formação profissional do filho maior ou emancipado. Reconhecemos, perante a inatividade do filho após a maioridade, a legitimidade direta ativa ao progenitor convivente.

Este reconhecimento ao progenitor que suporta a título principal as despesas com a formação e educação do filho maior de uma legitimidade direta ativa tem um importante alcance prático, na medida em que este progenitor pode impor ao progenitor não convivente, para o futuro, a comparticipação nessas despesas, estando dispensado de alegar e provar as despesas concretamente suportadas por si, conforme o art.º 592.º, n.º 1, do CC (sub-rogação legal), visando a sua restituição. Esta legitimidade processual reconhecida ao progenitor convivente na ação prevista no art.º 989.º, n.º 3.º, do CPC, ainda que não exclua a sub-rogação legal, permite a este progenitor exigir a comparticipação, para o futuro, do outro progenitor nas despesas mencionadas e enquanto se mantiver a razoabilidade dessa contribuição. O progenitor convivente pode, ainda, cobrar coercivamente as contribuições vencidas e não pagas até esse momento²⁶⁴.

A ação prevista no n.º 3, do art.º 989.º, do CPC, pode ser analisada de duas formas, sendo que cada uma delas revela reflexos distintos a nível substantivo e

²⁶² *Idem*.

²⁶³ Cfr. Maria Clara SOTTOMAYOR, *ob. cit.*, p. 334 e Rita Lobo XAVIER, “*Falta de autonomia de vida ...*”, p. 20.

²⁶⁴ Cfr. J. H. Delgado de CARVALHO, *ob. cit.*, p. 252. A legitimidade processual reconhecida ao progenitor convivente no âmbito deste normativo é extensiva à fase executiva.

processual. Esta pode ser reconhecida como um direito a alimentos ou como direito à comparticipação nos encargos da vida familiar²⁶⁵.

É através da interpretação deste normativo que entendemos estar perante um direito à comparticipação nos encargos com a vida familiar. Desde logo, pela interpretação do texto ou letra da lei, em concreto da palavra «*exigir*», parecendo estar a estabelecer uma obrigação ou um dever. Podemos considerar, ainda, que estamos perante um direito à comparticipação através de uma interpretação teleológica, ou seja, concluímos que o legislador pretendeu consagrar uma alternativa ao progenitor que suportam as despesas com os filhos maiores após a rutura da vida familiar, de forma a atender à situação financeira e familiar destes progenitores que suportam sozinhos as despesas com o sustento, educação e formação do filho após a maioridade²⁶⁶.

Esta ação para contribuição do progenitor não convivente para as despesas com a educação e formação do filho maior é um direito novo e inovador, não é um direito subsequente ao direito a alimentos²⁶⁷. Todavia, nesta ação o progenitor convivente não age como representante do filho (não só porque não é necessário suprir a sua incapacidade judiciária), porque é parte no processo. O progenitor convivente não é substituto processual legal do filho maior, porque este age no processo com vista a proteção de um direito que é seu, e não do filho²⁶⁸, não esquecendo, contudo, que a pensão atribuída ao progenitor conivente tem com objetivo contribuir para o sustento do filho maior.

O crédito que resulta do n.º 3 deste preceito legal não assume natureza alimentar, sendo considerado com encargo familiar após a rutura da vida familiar. Assim, este não beneficia do regime de penhorabilidade parcial dos rendimentos (art.º 738.º, n.º 4, do CPC) e da hipoteca legal plasmada no art.º 705.º, al. d), do CC. Como estamos perante uma ação que só tem lugar após o divórcio ou separação dos progenitores, não se aplica a causa da suspensão do prazo da prescrição prevista no art.º 318.º, al. a), do CC. Para garantir o pagamento do crédito, o progenitor convivente pode fazer uso de uma

²⁶⁵ *Ibidem*, p. 253.

²⁶⁶ Na ação prevista neste preceito legal os alimentos não ficam restringidos ao sustento e educação, estando nesta ação de contribuição abrangidas também as despesas de saúde. Uma restrição a esta interpretação levaria à descriminação dos filhos maiores portadores de deficiência.

²⁶⁷ Cfr. Ac. Tribunal da Relação do Porto, de 16/06/2016, Processo n.º 422/03.5TMMTS-E.P1, (Relator: Pedro Lima Costa). [consultado em 10/10/2016]

²⁶⁸ *Idem*.

execução por alimentos, com vista a obtê-los de forma coerciva, que corre por apenso à ação do art.º 989.º, n.º 3, do CPC²⁶⁹.

O n.º 4, do art.º 989.º, do CPC, possibilita a entrega da contribuição fixada, no âmbito de um processo de jurisdição voluntária, ao filho maior ou emancipado, no todo ou em parte. No entanto, ao admitirmos que o progenitor convivente é o titular da ação prevista no n.º 3, do art.º 989.º, do CPC, podemos criar uma situação conflituosa entre o direito a alimentos do filho maior (desde que preencha os requisitos do art.º 1880.º do CC) e a ação para a contribuição do progenitor não convivente nas despesas com a educação e formação do filho maior. Ainda assim, entendemos que esta ação de contribuição surgiu como via opcional aos meios processuais que se encontram ao dispor do filho maior para pedir alimentos.

Na verdade, este direito à contribuição surgiu como forma de colmatar falhas e insuficiências do regime das responsabilidades parentais, nas situações em que o filho maior não demanda o progenitor não convivente. A ação de contribuição surge assim como forma de corrigir esta situação, sendo que a legitimidade para demandar o progenitor não convivente não é do filho maior, mas do progenitor convivente que suportou a título principal as despesas com este²⁷⁰.

É de extrema relevância categorizarmos se esta inação ou inércia do filho maior em demandar o progenitor obrigado a prestar alimentos é um elemento normativo de natureza substantiva, isto é, uma condição que determina se o direito à contribuição pertencente ao progenitor convivente complementa a causa de pedir, tornando-se uma condição de admissibilidade; ou se, por outro lado, podemos reconhecer esta como um requisito de admissibilidade formal e implícito, na medida em que o art.º 989.º, n.º 3, do CPC, não o refere de forma expressa, embora possamos admitir que esta o pressupõe²⁷¹.

Na nossa opinião, não entendemos que a inatividade do filho maior seja classificada como uma condição de admissibilidade do direito à contribuição, não tendo o progenitor convivente de fazer prova da inércia do filho maior. Não a consideramos, também, como requisito de admissibilidade no âmbito do direito substantivo, pela simples razão de que esse requisito não está de forma explícita presente no art.º 989.º, n.º 3, do CPC.

²⁶⁹ O progenitor não convivente pode opor-se a esta ação de contribuição do progenitor convivente através da defesa por exceção, formulando os mesmos fundamentos que usaria para solicitar a alteração ou cessação da obrigação alimentar fixada na menoridade do filho (art.º 1905.º, n.º 2, do CC).

²⁷⁰ Cfr. J. H. Delgado de CARVALHO, ob. cit., p. 264.

²⁷¹ Ibidem, pp. 265-266.

A ação plasmada no art.º 989.º, n.º 3, do CPC, assume um carácter subsidiário, e não alternativo, ao direito a alimentos do filho maior. Desta forma, se o filho maior demandar o progenitor obrigado a alimentos, o progenitor convivente não pode instaurar a ação de contribuição, na medida em que esta é subsidiária relativamente ao direito do filho maior. Esta só pode ser admissível se o pedido de alimentos do filho maior se reportar a um espaço temporal anterior à propositura da ação. Por outro lado, se o progenitor convivente demandar o outro progenitor, o direito a alimentos do filho maior não é exigível, devido ao efeito extintivo que decorre do cumprimento da obrigação e pela aplicação de cláusula de razoabilidade²⁷².

Quanto à aplicação da lei no tempo, como estamos perante uma norma de direito substantivo a Lei n.º 122/2015 não pode ser aplicada a situações que ocorreram antes da sua entrada em vigor, isto é, antes de 1/10/2015.

Conforme o Ac. Do Tribunal da Relação de Lisboa²⁷³, de 30/06/2016, devemos ter em consideração o princípio da aplicação imediata da lei nova. Desta forma, as alterações introduzidas pela Lei n.º 122/2015 originaram inovações no plano processual, mais do que no plano substantivo. O art.º 1905.º, n.º 2, do CC, debruça-se sobre pressupostos que já se encontravam previstos em lei anterior (art.º 1880.º do CC), dando continuidade normativa aos pressupostos de facto que determinam se existe ou não o direito a alimentos²⁷⁴. Situação diversa ocorre a nível processual, produzindo-se diversas consequências: inversão do ónus da prova, ou seja, compete ao progenitor não convivente provar a irrazoabilidade e inexigibilidade da prestação alimentar, e a extensão, após a maioridade, da viabilidade da decisão que fixou alimentos na menoridade ou acordo homologado²⁷⁵. Desta forma, estas alterações produziram efeitos imediatos e para o futuro, conforme o art.º 12.º, n.º 1.º, 1.ª parte, do CC, sendo que não podemos classificar este preceito legal como norma interpretativa (art.º 12.º do CC)²⁷⁶. Desta forma, afirma o Ac. do Tribunal de Lisboa *supra* citado que «(...) arredada a aplicação retroativa da norma do artigo 1905º, n.º 2, do Código Civil – que violaria o disposto no artigo 12º, n.º 1, do mesmo Código, criando de resto situações que seriam inoportáveis para a generalidade dos obrigados a alimentos, em termos de tal modo

²⁷² Desta forma, na primeira situação, o progenitor não convivente deve ser absolvido da instância e, na segunda, o filho maior devido a falta de exigibilidade vê a execução especial por alimentos extinta, de forma parcial ou total. Se este fez uso do procedimento especial do DL n.º 272/2011, nos arts.º 5 a 10.º, deve ser declarada a improcedência do pedido.

²⁷³ Cfr. Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa, de 30/06/2016, Processo n.º 6692/05.7TBSXL-C.L1.-2, (Relator: Ezaguy Martins). [consultado em 15/10/2016]

²⁷⁴ Cfr. J. H. Delgado de CARVALHO, *ob. cit.*, p. 275.

²⁷⁵ *Idem.*

²⁷⁶ *Idem.*

clamorosos que não poderiam ter sido queridos por um legislador que se presume consagrar as soluções mais adequadas (artigo 9.º, n.º 3, do Código Civil)».

Também o art.º 989.º, n.º 3, do CPC, estabelece inovações no plano processual e substancial ao atribuir legitimidade direta ao progenitor que reside com o filho maior e ao reconhecer o direito a uma contribuição após a rutura da relação familiar²⁷⁷.

Desta forma, sendo o princípio geral de direito transitório que a lei não tem efeito retroativo (art.º 18.º, n.º 3, da CRP e art.º 12.º, n.º 1, do CC), o art.º 989.º, n.º 3, do CPC, e o art.º 1905.º, n.º 2, do CC, só podem ser aplicáveis após a entrada em vigor da Lei n.º 122/2015.

Assim, quando falamos da ação de alimentos a filhos maiores ou emancipados que não esteja compreendida na competência da Conservatória de Registo Civil, é aplicável o regime previsto nos art.º 45.º a 47.º do RGPTC, tendo em linha de conta o plasmado no n.º 1, do art.º 989.º, do CPC²⁷⁸.

Diz-nos o n.º 2, do artigo *supra* citado, que «[t]endo havido decisão sobre alimentos a menores ou estando a correr o respetivo processo, a maioria ou emancipação não impedem que o mesmo se conclua e que os incidentes de alteração ou cessação dos alimentos corram por apenso». Daqui podemos concluir que, fixando-se os 25 anos como idade limite para que sejam fixados alimentos, conclui-se que os incidentes de alteração ou cessação dos alimentos correm por apenso ao processo onde foram fixados²⁷⁹.

No regime transato, não era clara a questão de saber se o n.º 2, do art.º 1412.º, agora art.º 989.º do CPC, tinha aplicação nos casos em que tenha havido regulação do exercício das responsabilidades parentais, arquivada, no âmbito da qual foram fixados os alimentos na menoridade do filho, tal como nos afirma o Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa²⁸⁰, de 09/10/2014.

Lopes do REGO e Remédio MARQUES defendem que o art.º 1412.º, do anterior CPC, ao abrigo da regra da *perpetuatio fori* ou *perpetuatio jurisdictionis* (segundo o qual a alteração de uma decisão deverá ser processada no tribunal que tenha fixado os alimentos), continuará a ser aplicável quando os pedidos de alimentos a filhos maiores ou emancipados constituam incidente ou dependência da ação pendente,

²⁷⁷ *Ibidem*, p. 276.

²⁷⁸ Cfr. Tomé d'Almeida RAMIÃO, *Regime Geral do...*, p. 36.

²⁷⁹ *Idem*.

²⁸⁰ Cfr. Ac. Tribunal da Relação de Lisboa, de 09/10/2014, Processo n.º 227/05.9TMPDL-G.L1-6, (Relator: Tomé Ramião). [consultado em 15/05/2016]

constituindo o pedido de alimentos ao filho maior incidente do precedente processo de fixação de alimentos ao filho na menoridade²⁸¹.

A competência atribuída ao Tribunal, em detrimento da Conservatória de Registo Civil, é justificada por razões de economia processual, íntegra administração da justiça, proteção da parte mais fraca na relação familiar e a proximidade do tribunal com os factos alegados pelo autor²⁸². Estamos perante um incidente processual a deduzir nesses autos, na medida em que o art.º 1412.º do CPC, atual art.º 989.º, determina que a pretensão do filho maior ou emancipado deve correr por apenso ao processo que tenha decidido sobre alimentos, como sejam os processos de regulação das responsabilidades parentais ou de homologação do acordo dos progenitores quanto à mesma questão²⁸³²⁸⁴.

Na realidade, a intenção do legislador ao atribuir, através do DL n.º 272/2001, de 13 de Outubro, à Conservatória de Registo Civil a competência para os pedidos de alimentos a filhos maiores ou emancipados (art.º 5.º, n.º 1, al. a]) foi procurar desonerar os tribunais com processos que podem ser resolvidos por acordo entre as partes, permitindo que o tribunal se debruce sobre os litígios que carecem de intervenção judicial²⁸⁵.

Assim, o DL *supra* dito estabelece no capítulo III, secção I, nos artigos 5.º a 9.º, os procedimentos a levar a cabo para a obtenção e formação de acordo entre as partes perante o Conservador do Registo Civil. No que respeita a alimentos a filhos maiores, a sua tramitação encontra-se prevista nos artigos 7.º, 8.º e 9.º do DL n.º 272/2001, de 13 de Outubro.

Quando não seja atribuída competência à Conservatória de Registo Civil, quando sejam cumulados com outros pedidos no âmbito da mesma ação judicial ou quando constituam incidente ou dependência de ação pendente, circunstâncias em que a tramitação decorre nos termos previstos no CPC²⁸⁶.

Devido às alterações introduzidas pela Lei n.º 122/2015, de 1 de Setembro, não se pode ignorar o alcance, nomeadamente dos art.º 1905.º do CC e art.º 989.º do CPC. Aqui, o legislador optou pela manutenção automática da prestação alimentar, fixada na menoridade, até aos 25 anos de idade, pelo que somos da opinião de que os pedidos de

²⁸¹ Cfr. Carlos Francisco de Oliveira Lopes do REGO, *ob. cit.*, p. 543, nota II e J.P. Remédio MARQUES, *Obrigações de Alimentos e Registo Civil*, p. 24.

²⁸² Cfr. J. P. Remédio MARQUES, *Obrigações de Alimentos e Registo Civil*, pp. 24-25.

²⁸³ *Ibidem*, p. 26.

²⁸⁴ Havendo elementos que demonstrem existir um verdadeiro litígio entre as partes, não se justifica o recurso prévio ao procedimento tendente à formação do acordo a que alude o art.º 5.º, n.º 1 do DL n.º 272/2001, de 13 de Outubro, podendo a ação ser logo instaurada no tribunal (Cfr. Tribunal da Relação do Porto, de 05/05/2011, Processo n.º 871-C/1995.P1, (Relator: Leonel Serôdio) [consultado em 18/05/2016]

²⁸⁵ Cfr. Tomé d'Almeida RAMIÃO, *Regime Geral do...*, p. 37.

²⁸⁶ *Idem*.

alteração ou cessação da prestação em causa devam correr por apenso à ação de regulação do exercício das responsabilidades parentais²⁸⁷.

Desta forma, devido às alterações introduzidas nesta matéria, a competência das Conservatórias de Registo Civil, no que toca a ações de alimentos a filhos maiores ou emancipados fica substancialmente reduzida, limitando-se aos casos em que nunca foram fixados alimentos judicialmente na menoridade ou nos casos em que o acordo de regulação das responsabilidades parentais ocorreu no âmbito o divórcio por mútuo consentimento que correu termos na Conservatória do Registo Civil, casos em que quer o pedido de alteração ou cessação são da competência da Conservatória²⁸⁸.

²⁸⁷ Como não estamos perante verdadeiras ações autónomas e independentes, nos termos do art.º 989.º, n.º 2, do CPC, a competência da Conservatória do Registo Civil fica excluída (art.º 5.º, n.º 2, do DL n.º 272/2001, de 13 de Outubro).

²⁸⁸ Cfr. Tomé d'Almeida RAMÍÃO, *Regime Geral do...*, p. 38.

Capítulo III – O Regulamento (CE) n.º 4/2009 do Conselho, de 18 de Dezembro de 2008, relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e à execução das decisões e à cooperação em matéria de obrigações alimentares

Após a análise do ordenamento jurídico português no que se refere às obrigações alimentares, em especial nas situações dos filhos maiores ou emancipados, importa agora considerar o quadro comunitário vigente nesta matéria.

Os problemas gerados pelo exercício do direito a alimentos, especialmente no que se refere a definição da respetiva medida, à identificação do credor e devedor, aos formatos procedimentais de exercício e cobrança de alimentos aumentam quando o litígio alcança uma proporção transfronteiriça, situações que são desencadeadas pela multiplicidade de Estados - que legislam internamente sobre esta matéria - e pelo mútuo desconhecimento quanto às mesmas²⁸⁹. Este desconhecimento conjugado com a distância geográfica concebe uma menor eficácia na utilização dos mecanismos de tutela à disposição para a resolução dos litígios em estudo.

Procura-se, assim, aperfeiçoar os meios de resolução eficientes nas situações cada vez mais graves da cobrança de alimentos, emergentes dos casos existentes de incumprimento da obrigação alimentar.

Desta forma, todos os dias os nossos tribunais enfrentam estas questões, devido aos devedores alimentares que emigram e deixam de pagar a pensão alimentar necessária, deixando os filhos credores alimentares a passar por dificuldades que poderiam ser dirimidas pelo pagamento das prestações a que estes têm direito²⁹⁰.

Na União Europeia estima-se que cerca de 50% dos créditos alimentares não são cobrados, situação que gera no espaço comunitário um empobrecimento das famílias, resultando em situações de desigualdade²⁹¹, principalmente quando os credores dessas prestações alimentares são pessoas dependentes desse *quantum* para viverem e realizarem os seus planos de vida, como é o caso dos filhos maiores ou emancipados.

1.1. Enquadramento

O direito a alimentos deriva da situação de particular necessidade de uma pessoa, para garantir o seu sustento, pelo que este apoio alimentar lhe é devido pelo devedor

²⁸⁹ Cfr. Carlos de Melo MARINHO, “O Regulamento (CE) n.º 4/2009 do Conselho, de 18 de Dezembro, relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e à execução das decisões e à cooperação em matéria de obrigações alimentares”, in *O Direito Internacional da Família*, Tomo II, Centro de Estudo Judiciários, p. 17.

²⁹⁰ Cfr. Helena BOLIEIRO, Paulo GUERRA, “A cobrança transfronteiriça de prestações de alimentos”, in *O Direito Internacional da Família*, Tomo II, Centro de Estudo Judiciários, p. 506.

²⁹¹ *Ibidem*, p. 507.

responsável pela prestação de apoio. Daqui deriva a importância do seu cumprimento, importando que não seja possível que o devedor alimentar possa escapar à sua responsabilidade mediante a sua mudança de residência para outro país fora do alcance da lei que regulou a obrigação. Assim, torna-se imprescindível uma organizada cooperação internacional com o objetivo de caucionar tal situação.

Nas palavras de Anabela GONÇALVES, «[a] cooperação judiciária em matéria civil na União Europeia é uma política que tenta aproximar e estabelecer meios de colaboração entre as autoridades judiciárias dos diversos Estados-Membros», de forma a «(...) garantir que as divergências entre os sistemas judiciários e as ordens jurídicas dos diferentes Estados-Membros não limitem o acesso à justiça e o exercício dos direitos²⁹²». Este desígnio está na base de construção do *Espaço Europeu de Liberdade, Segurança e Justiça*.

O Espaço Europeu de Justiça encontra-se plasmado no Título V do TFUE, ainda que inspirado pelo art.º 67.º, n.º 1, do mesmo diploma, declarando que «[a] União constitui um espaço de liberdade, segurança e justiça, no respeito dos direitos fundamentais e dos diferentes sistemas e tradições jurídicos dos Estados-Membros». Também o art.º 3.º, n.º 2, do TUE, tem presente este propósito procurando criar um Espaço Europeu sem fronteiras internas²⁹³.

Deste modo, a cooperação judiciária em matéria civil tem como meta a promoção de um acesso efetivo à justiça, a eliminação de obstáculos quanto à compatibilização e harmonização das diferentes ordens jurídicas existentes na União (procurando respeitar as suas particularidades), de forma a amplificar a confiança entre os agentes jurídicos dos diversos Estados-Membros, garantindo a previsão e segurança jurídica e a simplicidade de resolução dos litígios transfronteiriços²⁹⁴.

A proteção das obrigações alimentares começa por ser reconhecida em 1956, com a Convenção de Nova Iorque, tendo esta sido celebrada no âmbito das Nações Unidas²⁹⁵. A Convenção de Nova Iorque e a Convenção de Haia de 1973 (que veio substituir nas relações entre os Estados que nela são partes, a Convenção de 1956) têm constituído atualmente os principais instrumentos de cobrança das obrigações de alimentos, sendo

²⁹² Cfr. Anabela Susana de Sousa GONÇALVES, “Cooperação Judiciária em Matéria Civil”, in Mariana Canotilho, Pedro Madeira Froufe e Alessandra Silveira (dir.), *Direito da União Europeia - Elementos de Direito e Políticas da União*, Coimbra, Almedina, 2016, p. 339.

²⁹³ *Idem*.

²⁹⁴ *Ibidem*, p. 340.

²⁹⁵ As Convenções de Haia de 1956 e 1973 ocupam-se do tratamento das questões do reconhecimento e execução de decisões relativas a obrigações alimentares.

aplicadas nas relações entre os Estados-Membros da União Europeia²⁹⁶. Também o Regulamento Bruxelas I e a sua antecessora, a Convenção de Bruxelas, abarcavam disposições em matéria de obrigações alimentares desempenhando um papel importante, especialmente na medida em que previam uma competência jurisdicional internacional. Apesar destes instrumentos, as Convenções de Haia continuavam a ser aplicadas às condições de reconhecimento e execução das decisões em matéria de obrigações alimentares, se o Estado de origem e o Estado requerido fossem partes na Convenção²⁹⁷.

O Regulamento em estudo foi criado pelo dinamismo e confiança resultantes da aprovação do Tratado de Amesterdão de 2 de Outubro de 1997 (que entrou em vigor em 1 de Maio de 1999), tendo nascido do programa assente na construção de uma área europeia comum de justiça direccionada para a «(...) garantia da livre circulação de pessoas e pelo bom funcionamento do mercado interno através dos mecanismos de integração (e já não de mera cooperação) específicos do primeiro pilar²⁹⁸». Este introduziu um metamorfismo fundamental que se traduziu na alteração da configuração do direito internacional privado que tem como fonte a União Europeia, impulsionando a cooperação judiciária em matéria civil²⁹⁹. Foi, ainda, obra do programa de medidas resultantes dos art.º 61.º, al. c) e 65.º, al. b), do Tratado da Comunidade Europeia³⁰⁰. Também as conclusões do Conselho Europeu de Tempere de 15 e 16 de Outubro de 1999, onde foi lançada a iniciativa de criação de um *Espaço Europeu de Liberdade, Segurança e Justiça*, foram importantes para os alicerces deste regulamento³⁰¹. O Conselho Europeu apelou à elaboração de regras processuais destinadas a simplificar e tornar mais céleres os processos transfronteiriços relativos a créditos alimentares, afirmando que só existirá um verdadeiro espaço europeu de justiça quando os cidadãos e os agentes económicos consigam dirigir-se aos tribunais de qualquer Estado-Membro com a mesma simplicidade e celeridade com que o fazem nos tribunais do seu país de origem³⁰².

Desta forma, em 15 de Dezembro de 2005, a Comissão apresentou uma proposta de regulamento do Conselho Europeu relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e à execução das decisões e à cooperação em matéria de obrigações

²⁹⁶ Cfr. Markku HELIN, “O Regulamento sobre obrigações alimentares - Comentário”, in *Direito Civil – Cooperação Judiciária Europeia*, 2013, p. 329, disponível em <http://www.european-council.europa.eu> [consultado em 20/07/2016].

²⁹⁷ *Idem*.

²⁹⁸ Cfr. Carlos de Melo Marinho, *ob. cit.*, p. 18 e Anabela Susana de Sousa GONÇALVES, “Cooperação Judiciária em Matéria Civil”, p. 348.

²⁹⁹ Cfr. Anabela Susana de Sousa GONÇALVES, “Cooperação Judiciária em Matéria Civil”, p. 346.

³⁰⁰ Cfr. Carlos de Melo Marinho, *ob. cit.*, p. 18.

³⁰¹ Cfr. Anabela Susana de Sousa GONÇALVES, *Da Responsabilidade Extracontratual em Direito Internacional Privado – A mudança de paradigma*, Coimbra, Almedina, 2013, pp. 110-118.

³⁰² Cfr. Anabela Susana de Sousa GONÇALVES, “Cooperação Judiciária em Matéria Civil”, p. 348.

alimentares³⁰³. O objetivo principal deste regulamento seria eliminar qualquer obstáculo à cobrança de alimentos na União Europeia, onde os credores alimentares pudessem de forma rápida e simples ter um título executório capaz de circular sem obstáculos no Espaço Europeu de Justiça, resultando na cobrança eficaz dos créditos alimentares. Este objetivo foi conseguido através da simplificação das condições de circulação das decisões em matéria de obrigações de alimentos na União Europeia, da harmonização das disposições relativas à lei aplicável facilitando a supressão de medidas provisórias que precediam à execução e, por fim, do reforço da eficácia da cobrança dos alimentos³⁰⁴.

Cabe aqui distinguir que a eliminação destes obstáculos permitiu que os filhos maiores e emancipados vissem os seus direitos assegurados de forma mais rápida e eficiente, não possibilitando ao progenitor obrigado que a mudança para um país diferente daquele que estabeleceu a obrigação fosse empregada como forma de fuga ao pagamento da prestação.

Todavia, para que o *Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça* fosse definitivamente firmado era necessário que as instituições europeias excluíssem a desigualdade e a deformação na concorrência existente na regulamentação dos litígios transfronteiriços resultantes das díspares soluções que provinham de diferentes ordens jurídicas dos Estados-Membros da União³⁰⁵.

Assim, as negociações sobre a proposta do regulamento começaram em 2006 e concluíram-se em 2008, entrando em vigor em Janeiro de 2009 mas tornando-se aplicável apenas em 18 de Junho de 2011, com a exceção de determinadas disposições sobre a execução do Regulamento³⁰⁶.

Antes da entrada em vigor do Regulamento (CE) n.º 4/2009, de 18 de Dezembro de 2008, que regula as obrigações alimentares no quadro comunitário, estas matérias eram disciplinadas pelo Regulamento (CE) n.º 44/2001 (denominado por *Bruxelas I*)³⁰⁷.

Logo, o Regulamento (CE) N.º 4/2009 do Conselho de 18 de Dezembro de 2008 relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e à execução das decisões e à cooperação em matéria de obrigações alimentares é, presentemente, o instrumento

³⁰³ Cfr. Markku HELIN, *ob. cit.*, p. 329 [consultado em 20/07/2016].

³⁰⁴ *Ibidem*, p. 330 [consultado em 20/07/2016].

³⁰⁵ Cfr. Anabela Susana de Sousa GONÇALVES, “Cooperação Judiciária em Matéria Civil”, p. 349.

³⁰⁶ A Conferência de Haia de Direito Internacional Privado também tinha como objetivo tornar mais eficaz a cobrança transfronteiriça de alimentos, tendo sido negociada uma Convenção com vista a esse fim. Daqui surge a Convenção de Haia de 2007 e, ainda, o Protocolo de Haia de 2007. O Protocolo de Haia é aplicável na Comunidade Europeia desde 18 de Junho de 2011.

³⁰⁷ Sem prejuízo do Regulamento *Bruxelas I* continuar em aplicação relativamente aos procedimentos de reconhecimento e de execução pendentes à data da sua entrada em vigor.

jurídico fundamental de enquadramento da temática dos alimentos no contexto da União³⁰⁸.

Foram inúmeras as razões que logram no sentido de alterar o diploma, entre elas a não superação dos conflitos gerados pela diversidade de ordenamentos jurídicos coexistentes no espaço europeu e, conseqüentemente, os danos suportados pelos credores alimentares e a não superação das complexidades, lentidão e dificuldades que se colocavam quanto ao reconhecimento de decisões e à cobrança coerciva de alimentos³⁰⁹.

1.2. Âmbito de aplicação

Como refere o art.º 1.º, n.º 1, o presente regulamento é aplicável às obrigações alimentares resultantes das «relações de família, de parentesco, de casamento³¹⁰ ou de afinidade», a fim de garantir igualdade de tratamento entre todos os credores alimentares.

O Regulamento é aplicável às obrigações de alimentos no âmbito das responsabilidades parentais, sendo também aplicável aos alimentos devidos a filhos maiores nos termos do art.º 1880.º do CC³¹¹.

As relações parafamiliares como a união de facto e a economia em comum estão excluídas do âmbito e aplicação do Regulamento, não existindo qualquer regime harmonizado ou uniformizado na União Europeia³¹².

O conceito de «obrigação alimentar» deverá ser interpretado de forma autónoma, na medida em que este conceito presente no Regulamento não corresponde a uma aceção interna, devendo este alcançar uma definição mais ampla e que se coadune com uma noção própria do Direito da União Europeia, devendo esta ser «(...) interpretada e desenvolvida com autonomia à luz dos objetivos que brotam dos respetivos textos que

³⁰⁸ Vigora também, nesta matéria, o Regulamento (CE) n.º 664/2009 do Conselho, de 7 de Julho de 2009, que estabelece um procedimento para a negociação e celebração de acordos entre Estados-Membros em matéria de obrigações de alimentos bem como de lei aplicável. Este conjunto de normas de Direito da União não será, porém, objeto de análise nesta sede, por não possuir relevo no quotidiano dos tribunais.

³⁰⁹ Cfr. Carlos de Melo MARINHO, *ob. cit.*, p. 17.

³¹⁰ O casamento entre pessoas do mesmo sexo não é aceite em todos os Estados-Membros. Esta disparidade de regimes no que toca à admissibilidade do casamento entre pessoas do mesmo sexo, previsto na legislação portuguesa na Lei 9/2010, de 31 de Maio, a fixação de uma pensão de alimentos pode levantar entraves ao nível do reconhecimento da sentença que os tenha fixado, podendo levar à recusa de reconhecimento (cfr. art.º 24.º do Regulamento n.º 4/2009) por ser manifestamente contrário à ordem pública do Estado-Membro cuja legislação não consagre esta modalidade de casamento, Cfr. Ana Sofia GOMES, *Responsabilidades Parentais Internacionais – Em, especial na União Europeia*, Lisboa, Quid Juris, 2014, p. 74.

³¹¹ Cfr. Ana Sofia GOMES, *Responsabilidades Parentais Internacionais...*, p. 75.

³¹² *Ibidem*, p. 76.

estabelecem a edificação uma área comum de Justiça, assim como atendendo ao espírito, arquitetura e regras do próprio Regulamento em apreço³¹³».

A intervenção levada a cabo pela União Europeia na regulamentação das obrigações alimentares torna a regulamentação dessa mesma matéria mais fácil e expedita, na medida em que a intervenção dos órgãos da União nas diversas etapas do processo legislativo visa a defesa de interesses comuns de integração, não estando em causa numa primeira linha os interesses individuais de cada Estado-Membro³¹⁴.

A interpretação autónoma é pressuposto essencial para a existência dos conceitos de direito europeu, sendo que a interpretação e aplicação uniforme dos diversos conceitos visam a harmonização da União e das leis aplicadas nos Estados-Membros, como resulta do art.º 114.º do TFUE³¹⁵.

Assim, a intervenção da União traduz-se numa interpretação uniforme pelo TJUE dos atos legislativos adotados, sendo que nem poderíamos falar de conceitos de direito europeu mas apenas de uma versão local dependente dos diversos Estados-Membros se não construíssemos uma interpretação uniforme da legislação comunitária³¹⁶. O TJUE é competente, a título prejudicial, para decidir sobre a interpretação de atos jurídicos da União, nos termos do art.º 267.º, al. b) do TFUE³¹⁷. É através da jurisprudência do TJUE que os conceitos europeus são interpretados e desenvolvidos permitindo uma aplicação transversal a todos os sistemas jurídicos existentes na União Europeia. A uniformização das normas contidas na legislação comunitária tem como objetivo aumentar a segurança e a previsibilidade jurídica³¹⁸.

Ainda que as primeiras decisões do TJUE relativas à aplicação uniforme do direito comunitário tivessem uma preocupação marcadamente económica³¹⁹, este panorama foi transformado com a decisão do tribunal no acórdão Ekro³²⁰. No nº 11 da sua Decisão, o TJUE afirma que «[d]ecorre das exigências tanto da aplicação uniforme do direito comunitário como do princípio da igualdade que os termos de uma disposição do direito

³¹³ Cfr. Carlos de Melo MARINHO, *ob. cit.*, p. 19.

³¹⁴ Cfr. Anabela de Sousa GONÇALVES, “Cooperação Judiciária em Matéria Civil”, p. 358.

³¹⁵ Para um maior desenvolvimento, Anabela Susana de Sousa GONÇALVES, *Da Responsabilidade Extracontratual ...*, pp. 241-250.

³¹⁶ A ausência de órgãos jurisdicionais comuns a todos os Estados-Membros poderia originar uma interpretação diferente dos conceitos contidos na legislação comunitária.

³¹⁷ Cfr. Anabela de Sousa GONÇALVES, “Cooperação Judiciária em Matéria Civil”, p. 358.

³¹⁸ *Ibidem*, p. 360.

³¹⁹ Como podemos aferir nos Acórdãos Costa/ENEL, de 1964; Acórdão Syndicat national du commerce extérieur des céréales and others v Office national interprofessionnel des céréales and Minister for Agriculture, de 17 de dezembro de 1970, Acórdão Hagen/Einfuhr und Vorratsstelle Getreide, de 1 de fevereiro de 1972, entre outros. Informação obtida na página oficial da Biblioteca de Informação Europeia em língua portuguesa, disponível em <https://infoeuropa.euroid.pt/files/database/000060001-000061000/000060708.pdf> [consultado em 25/10/2016].

³²⁰ Acórdão de 18 de janeiro de 1984, Ekro v Produktschap voor Vee- en Vlees, Processo 327/82, disponível em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A62013CJ0452> [consultado em 25/10/2016].

comunitário que não contenha qualquer remissão expressa para o direito dos Estados-Membros para determinar o seu sentido e alcance devem normalmente encontrar, em toda a Comunidade, uma interpretação autónoma e uniforme que deve ser procurada tendo em conta o contexto da disposição e o objectivo prosseguido pela regulamentação em causa»³²¹.

Esta necessidade de interpretação autónoma está presente também, entre muitos outros, no Acórdão de 20 de Março de 1997, proferido no processo C-295/95 que opôs o Sr. Jackie Farrell ao Sr. James Long, conhecido como Acórdão *Farrel*.

Tal como refere o acima citado acórdão «o Tribunal de Justiça se pronuncia, em princípio, a favor de uma interpretação autónoma dos termos utilizados (...) por forma a assegurar a esta a sua plena eficácia (...)» e, ainda, que «essa interpretação autónoma é a única que permite assegurar a aplicação uniforme da convenção, cujo objectivo consiste, designadamente, na uniformização das regras de competência dos órgãos jurisdicionais dos Estados contratantes, evitando, na medida do possível, a multiplicação da titularidade da competência judiciária a respeito de uma mesma relação jurídica, e em reforçar a protecção jurídica das pessoas domiciliadas na Comunidade»³²².

Desta forma, podemos concluir que o conceito de «obrigação alimentar» é bem mais amplo no Direito da União Europeia do que qualquer aceção interna, na medida em que a sua denominação é indiferente, variando de Estado para Estado resultando numa interpretação horizontal a realizar ao nível do Direito da União Europeia.

Todavia, no que se refere à noção de «relações de família» o legislador europeu (ao contrário do que aconteceu com o conceito de «obrigação alimentar» no Considerando 11, onde declarou expressamente que esta deveria ser interpretada de forma autónoma) nada proclamou sobre estas relações. Este não expôs, de forma explícita, uma definição relevante, quer no art.º 2.º do regulamento, quer em qualquer outro artigo ou ponto do regulamento. Assim, teremos que aferir deste conjunto de elementos interpretativos que será a lei do foro a definir o que serão «relações de família», o que determinará a aplicação do regulamento, em Estado-Membros que assim resolvam, às obrigações de alimentos relativos a filhos de pais não unidos pelo casamento, a filhos de cônjuges cujo

³²¹ *Idem*.

³²² Cfr. Tribunal de Justiça da União Europeia, de 20 de Março de 1997, Processo C-295/95, disponível em <http://curia.europa.eu/juris/showPdf.jsf?sessionid=9ea7d2dc30dd421c47de2e17451a9c02d2c3c7351424.e34KaxiLc3qMb40Rch0SaxuTbNb0?text=&docid=100505&pageIndex=0&doclang=PT&mode=lst&dir=&occ=first&part=1&cid=118101> [consultado em 19/07/2016].

casamento tenha sido declarado nulo ou anulado, a pessoas em união de facto e a casais do mesmo sexo³²³.

De fora do campo de aplicação do regulamento em apreço estão, ainda, as obrigações alimentares, que tenham por fonte um negócio jurídico. Neste contexto, sendo os alimentos voluntários, será aplicável o Regulamento (CE) n.º 1215/2012, especialmente o disposto no art.º 5.º, n.º 1, na medida em que estamos a tratar de matéria contratual.

Quanto ao âmbito de aplicação espacial, o regulamento não prevê a sua incidência geográfica, mencionando apenas que se entende por «Estado-Membro» todos os Estados em que se aplica o regulamento. Assim, o presente regulamento é aplicável em todos os Estados-Membros, incluindo o Reino Unido³²⁴.

A Dinamarca, mesmo não tendo participado na aprovação do regulamento em estudo, manifestou a intenção de aplicar o conteúdo na parte em que altera o Regulamento (CE) n.º 1215/2012³²⁵.

No entanto, a Dinamarca e o Reino Unido não se encontram vinculados ao Protocolo de Haia de 23 de Novembro de 2007, sobre a lei aplicável às obrigações alimentares.

Quanto ao âmbito de aplicação temporal, segundo o art.º 75.º, n.º 1, o diploma em apreço é aplicável exclusivamente aos processos já instaurados, às transações judiciais aprovadas ou celebradas e aos atos autênticos estabelecidos, a partir da data de aplicação do Regulamento, sem prejuízo das disposições transitórias do n.º 2.

Assim, afirma o art.º 76.º, n.º 1, que este entrou em vigor em 30 de Janeiro de 2009, passando a ser aplicado a partir de 18 de Junho de 2011³²⁶ (com a exceção do art.º 2.º, n.º 2, art.º 47.º, n.º 3, art.º 71.º, art.º 72.º e art.º 73.º que se tornaram aplicáveis em 18 de Setembro de 2010), sob a reserva de o Protocolo de Haia de 2007 ser aplicável na mesma data. Se assim não for, o Regulamento em consideração é aplicável a partir da data de aplicação do *supra* citado Protocolo.

³²³ Cfr. Carlos Manuel Gonçalves de Melo MARINHO, *ob. cit.*, p. 20.

³²⁴ Conforme o estabelecido na Decisão 2009/451/CE da Comissão, de 8 de Junho de 2009, *in* JO L 149, de 12/06/2009, p. 73. Com entrada em vigor em 1 de Julho de 2009.

³²⁵ Acordo entre a Comunidade Europeia e o Reino da Dinamarca relativo à competência judiciária, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria civil e comercial, *in* JO L 195 de 18/07/2013, p. 1.

³²⁶ A aplicação do Regulamento a partir de 18 de Junho de 2011 foi prevista sob a reserva de o Protocolo de Haia de 2007, ser aplicável na Comunidade nessa data. Assim, o Protocolo foi aprovado pelo Conselho na Decisão 2009/941/CE, de 30 de Novembro de 2009 na qual se previu que aquando da celebração do Protocolo entre a Comunidade e a Conferência de Haia, se devia incluir no respetivo texto a aplicação das regras do Protocolo na Comunidade a título provisório desde 18 de Junho de 2011, garantindo-se assim a satisfação do requisito de início de aplicação do regulamento. Cfr. Ana Sofia GOMES, *Responsabilidades Parentais Internacionais* ..., pp. 79-80.

1.3. Competência internacional

Em primeiro lugar, cumpre densificar a noção de «tribunal», uma vez que esta definição não é tecnicamente rigorosa na medida em que indica também órgãos que não são autoridades judiciais independentes³²⁷. Assim, o presente regulamento deverá aplicar-se tanto às decisões jurisdicionais como às decisões proferidas por autoridades administrativas, desde que estas ofereçam garantias nomeadamente no que se refere à sua imparcialidade, direito das partes a serem ouvidas³²⁸ e que as mesmas possam ser objeto de um recurso ou revisão perante uma autoridade judicial³²⁹.

Em matéria de competência os arts.º 3.º, 4.º e 5.º abrangem os critérios principais a serem aplicados aquando da escolha do tribunal competente.

O art.º 3.º do Regulamento estabelece um conjunto de regras alternativas de definição do foro assentes em distintos critérios de aferição³³⁰. Atribui, alternativamente, a competência quer ao tribunal da residência habitual do requerido³³¹; quer ao tribunal da residência habitual do credor de alimentos (*forum actoris*); quer ao tribunal que, de acordo com a lei do foro, tem competência para apreciar uma ação relativa ao estado das pessoas, quando o pedido relativo a uma obrigação alimentar é acessório dessa ação, salvo se esta competência se basear unicamente na nacionalidade de uma das partes; ou ao tribunal que, de acordo com a lei do foro, tem competência para apreciar uma ação relativa à responsabilidade parental, quando o pedido relativo a uma obrigação alimentar é acessório dessa ação, salvo se esta competência se basear unicamente na nacionalidade de uma das partes, nos termos do art.º 3.º, al. a), b), c) e d) do Regulamento.

A previsão da competência do tribunal da residência habitual quer do requerido, quer do requerente traduzem a expressão do princípio de proximidade, da conexão mais estreita³³².

Assim, o Regulamento estabeleceu no seu art.º 3.º um conjunto de regras alternativas de definição do foro, criando uma situação de *forum shopping*.

³²⁷ Cfr. Carlos de Melo MARINHO, *ob. cit.*, pp. 21-22.

³²⁸ Vide Considerando 12.

³²⁹ Cfr. Art.º 2.º, n.º 1, parágrafo 1 e n.º 2, do Regulamento n.º 4/2009.

³³⁰ Cfr. Carlos de Melo MARINHO, *ob. cit.*, p. 22.

³³¹ Sendo este o tribunal mais próximo da realidade do requerido, estando melhor colocado para uma correta apreensão das suas efetivas possibilidades.

³³² Cfr. Ana Sofia GOMES, *Responsabilidades Parentais Internacionais...*, p. 81.

Desta forma, é clara a intenção do legislador europeu de proteger a parte mais fraca da relação, neste caso o credor de alimentos, colocando ao seu dispor diversos foros que poderá utilizar para fazer valer a sua pretensão contra o devedor alimentar³³³.

O presente Regulamento consagra a possibilidade de *electio judicis*³³⁴, isto é, reconhece validade aos pactos de jurisdição em matéria de obrigações alimentares preenchidos à data da sua celebração, ainda que limitada pelo art.º 4.º aos Tribunais do Estado-Membro da residência habitual ou da nacionalidade de uma das partes [art.º 4, n.º 1, al.) a) e b)].

No entanto, as condições previstas nas alíneas a) e b) do art.º 4.º do Regulamento têm que se encontrar reunidas aquando da celebração do pacto relativo à eleição do foro ou quando a ação é instaurada no tribunal. A competência conferida pelo pacto é exclusiva, salvo convenção das partes em sentido contrário³³⁵. Aqui é exigida a forma escrita, como condição de validade do pacto e aliena-se a possibilidade de *pacta de foro prorrogando*, no que respeita a litígios relativos a obrigações alimentares respeitantes a menores de 18 anos³³⁶, conforme o n.º 3 do art.º 4.º do Regulamento.

No que respeita à obrigação de alimentos a filhos maiores ou emancipados é possível a celebração de um pacto quanto à eleição do foro, desde que se encontrem preenchidos todos os requisitos de validade, sendo eles o preenchimento das condições previstas nas al. a) e b) do art.º 4.º quanto à competência do tribunal e no que respeita à forma a sua celebração por escrito.

Esta limitação da *electio judicis* a determinados tribunais que se encontrem ligados ao litígio a julgar e a exclusão total destes pactos a menores de 18 anos têm como desígnio a proteção da parte mais fraca na regulamentação da matéria alimentar. É de salientar, ainda, o regime especial reconhecido aos tribunais de Estados partes na Convenção de Lugano, na medida em que se as partes atribuírem competência aos tribunais de um Estado parte da Convenção (mas que não seja um Estado-Membro) esta será aplicável, exceto no que respeita aos litígios mencionados no art.º 3.º do Regulamento³³⁷.

Cumpre salientar que o Regulamento não atribui relevo ao «domicílio» mas sim à «residência habitual», afastando a necessidade de indagar sobre um conceito tão vago e

³³³ Cfr. Rui Moura RAMOS, *ob. cit.*, p. 85.

³³⁴ *Idem.*

³³⁵ Cfr. Art.º 4, n.º1 do Regulamento n.º 4/2009.

³³⁶ Cfr. Considerando 19. Evidenciando-se que qualquer comunicação por via eletrónica que permita um registo duradouro do pacto equivale à «forma escrita», nos termos do art.º 4.º, n.º 2.

³³⁷ Cfr. Art.º 4.º, n.º 4 do Regulamento n.º 4/2009.

díspar de Estado para Estado como seja o conceito de domicílio³³⁸, dispensado o recurso ao Direito interno. Ainda que o Regulamento n.º 4/2009 não faculte uma noção clara e distinta de «residência habitual», o Considerando 32 diz-nos que «o “critério de residência” deverá afastar a simples presença». Daqui podemos retirar duas conclusões: em primeiro lugar, a noção de «residência habitual» assume uma dimensão europeia, afastando qualquer definição derivada do Direito interno; em segundo lugar, esta envolve a alusão a um núcleo de vida estável³³⁹.

O recurso à residência habitual possibilita aos credores de alimentos emigrantes afastar-se dos obstáculos que, em condições normais, lhes seriam impostas pelo seu domicílio legal³⁴⁰.

No que se refere ao art.º 5.º, este possui uma regra suplementar de atribuição de competência. Esta regula a competência baseada na comparência do requerido, em conformidade com o princípio da vontade (ainda que tacitamente manifestada), ou seja, é competente o tribunal de um Estado-Membro perante o qual o demandado se apresente em juízo a tomar posição sobre a pretensão do requerente³⁴¹. Esta regra não se aplica se a comparência do requerido tiver como único objetivo a arguição da incompetência.

Quando os artigos anteriores não fundirem a competência de nenhum tribunal dos Estados-Membros e nenhum tribunal de um outro Estado Parte na Convenção de Lugano seja competente nos termos deste último instrumento, a competência é atribuída subsidiariamente aos tribunais do Estado-Membro da nacionalidade das partes, nos termos do art.º 6.º do Regulamento. A solução aqui consagrada demonstra o zelo do legislador europeu, procurando não deixar lacunas para a aplicação de normas internas de atribuição de competência³⁴².

Em situações excepcionais, quando nenhum tribunal de um Estado-Membro for competente por força dos artigos *supra* citados, o art.º 7.º do Regulamento consagra que, como *forum necessitatis*³⁴³, os tribunais de um Estado-Membro podem conhecer do litígio se não puder ser razoavelmente instaurado ou conduzido, ou se revelar

³³⁸ Para chegar a esta conclusão basta pensarmos no facto de, por exemplo, no Reino Unido existirem três noções autónomas de domicílio, de alguma complexidade, a saber: domicílio de origem, domicílio de dependência e domicílio de escolha.

³³⁹ Cfr. Carlos de Melo MARINHO, *ob. cit.*, p. 23.

³⁴⁰ *Idem.*

³⁴¹ Cfr. Rui Manuel Moura RAMOS, *ob. cit.*, p. 85 e Carlos de Melo MARINHO, *ob. cit.*, p. 24.

³⁴² Nos termos do Considerando 18, no tratamento desta regra deve ter-se presente que, relativamente ao Reino Unido e à Irlanda, o conceito de «nacionalidade» é substituído pelo de «domicílio». Cfr. Carlos Manuel Gonçalves de Melo MARINHO, *ob. cit.*, p. 24.

³⁴³ Cfr. Ana Sofia GOMES, *Responsabilidades Parentais Internacionais...*, p. 82.

impossível conduzir um processo num Estado terceiro com o qual o litígio esteja estritamente relacionado.

Nestes casos, ainda que o tribunal não tenha sido considerado competente de acordo com os critérios do Regulamento, o legislador quis acautelar situações de total alheamento do tribunal face à lide, motivo pelo qual exige para efeito de atribuição de competência que haja uma ligação ainda que ténue com os factos em litígio³⁴⁴. Por esse motivo, o litígio deverá sempre apresentar uma conexão suficiente com o Estado-Membro do Tribunal demandado³⁴⁵.

O normativo legal em causa abre a porta para a discussão sobre o problema da definição do foro, sendo que estamos perante um critério relativamente indeterminado que invoca a identificação do tribunal que possua uma «conexão suficiente» com o litígio, sucedendo que estamos perante um meio excecional e de uso facultativo³⁴⁶. É, ainda, residual a sua prática, o que significa que só poderá recorrer-se a este dispositivo se nenhuma das restantes regras indicar um tribunal com competência para conhecer do litígio³⁴⁷.

Nos termos do art.º 8.º, n.º 1, quando uma decisão tenha sido proferida num Estado-Membro ou num Estado parte contratante na *Convenção de Haia sobre a Cobrança Internacional de Alimentos em benefício dos Filhos e de outros Membros da Família*, de 23 de Novembro de 2007³⁴⁸, em que o credor tenha a sua residência habitual, impossibilita o devedor de alimentos de apresentar de uma ação que aponte alterar ou obter uma nova decisão em qualquer outro Estado-Membro «enquanto o credor continuar a ter a sua residência habitual no Estado» em que a decisão que o condena tenha sido proferida, exceto nos casos plasmados no n.º 2 do art.º 8.º³⁴⁹.

Desta forma, protege-se a competência dos tribunais do Estado-Membro da residência habitual do credor, considerados como tribunais dotados de uma competência especialmente qualificada, preservando a eficácia das suas decisões³⁵⁰.

³⁴⁴ *Idem*.

³⁴⁵ A existência desta regra tem como objetivo corrigir possíveis situações de denegação de justiça, podendo considerar-se como caso excecional quando se revelar impossível o processo no Estado terceiro em causa, por exemplo devido a uma guerra civil, Cfr. Considerando 16.

³⁴⁶ Cfr. Carlos Manuel Gonçalves de Melo MARINHO, *ob. cit.*, p. 24.

³⁴⁷ Cfr. Carlos Manuel Gonçalves de Melo MARINHO, *ob. cit.*, p. 24 e Ana Sofia GOMES, *Responsabilidades Parentais Internacionais...*, p. 82.

³⁴⁸ Com entrada em vigor em 1 de Agosto de 2014.

³⁴⁹ Os casos previstos no n.º 2, do art.º 8.º são: quando haja pacto atributivo de jurisdição; aceitação da distinta competência pelo credor; impossibilidade ou recusa de exercício da competência para alterar ou proferir nova decisão ou impossibilidade de reconhecimento ou declaração de executoriedade do decidido no tribunal inicialmente convocado no Estado em que se pretenda o curso da nova ação ou alteração da mesma.

³⁵⁰ Cfr. Rui Moura RAMOS, *ob. cit.*, p. 86.

No que se refere quanto às medidas provisórias e cautelares estas podem ser requeridas perante o tribunal de qualquer Estado-Membro sem as limitações que nascem da regulamentação de competência acabada de expor³⁵¹.

Estando fixados os critérios de atribuição de competência judicial em matéria de obrigações alimentares, é necessário aferir as regras necessárias plasmadas no regulamento em estudo e que permitem um pleno funcionamento do sistema por elas demarcado.

Desta forma, o art.º 9.º, nas alíneas a) e b), define o momento em que a ação foi submetida à apreciação do tribunal, atribuindo-se relevância à data em que é apresentado em juízo o ato instrutório da instância ou ato equivalente e desde que o requerente não tenha posteriormente deixado de tomar as medidas necessárias para que o requerido seja notificado ou citado; ou se o ato tiver de ser notificado ou citado antes de ser apresentado ao tribunal, à data em que é recebido pela autoridade responsável pela notificação ou citação, desde que o requerente não tenha deixado de tomar posteriormente as medidas necessárias para que o ato seja apresentado ao tribunal.

O art.º 10.º vincula o tribunal de um Estado-Membro onde tenha sido instaurada uma ação para a qual não possua competência nos termos do regulamento em apreço a declarar oficiosamente a sua incompetência.

Com o objetivo de tutelar os direitos de defesa, o art.º 11.º institui um sistema de suspensão obrigatória da instância que funcionará quando o demandado não resida no Estado-Membro do tribunal em que esteja a correr a ação e este não compareça, isto é, não conteste ou não esteja presente em nenhum ato para o qual tenha sido convocado. Nestes casos, é suspensa a instância enquanto não se estabelecer que este foi devidamente notificado ou citado e que se tenham respeitado os prazos de oposição³⁵².

Nas situações em que corra o curso paralelo de ações entre as mesmas partes com repetição do pedido e causa de pedir e estas forem submetidas à apreciação em tribunais de diferentes Estados-Membros, é ao tribunal ativado em primeiro lugar que cabe dirimir o litígio³⁵³. Cabe ao tribunal em que a ação foi submetida em segundo lugar suspender oficiosamente a instância até que seja estabelecida a competência do tribunal

³⁵¹ Cfr. Art.º 14.º. Carlos de Melo MARINHO, *ob. cit.*, p. 25.

³⁵² Cfr. Carlos Manuel Gonçalves de Melo MARINHO, *ob. cit.*, p. 25 e Rui Moura Ramos, *ob. cit.*, p. 87.

³⁵³ Esta intervenção processual dispensa a prévia iniciativa das partes.

a que a ação foi submetida em primeiro lugar³⁵⁴ ou caso esse tribunal se considere incompetente, apreciar então a sua competência³⁵⁵ (art.º 12.º).

Já em matéria de conexão, a suspensão da instância será meramente opcional. A pendência de ações conexas³⁵⁶ em tribunais de diferentes Estados-Membros permite ao tribunal em que a ação foi submetida em segundo lugar suspender a instância. Assim, enquanto essas ações estiverem pendentes em primeira instância, pode o tribunal em que a ação foi submetida em segundo lugar julgar-se incompetente para dirimir o litígio (a pedido das partes), se o tribunal em que a ação foi submetida primeiramente se declarar competente e a sua lei permitir a apensação das ações em questão³⁵⁷.

Contudo, o art.º 14.º prevê a possibilidade de serem requeridas medidas provisórias ou cautelares previstas na lei de um Estado-Membro aos tribunais desse Estado, mesmo que os tribunais de outro Estado-Membro sejam competentes para conhecer da ação³⁵⁸.

1.4. Lei aplicável

O art.º 15.º do Regulamento n.º 4/2009 é a única disposição relativa aos conflitos de leis. No que se refere a lei aplicável às obrigações alimentares esta é determinada de acordo com o Protocolo de Haia, de 23 de Novembro de 2007, sobre a Lei Aplicável às Obrigações Alimentares nos Estados-Membros vinculados por esse instrumento.

Assim, o legislador europeu optou por renunciar à elaboração de regras de conflito próprias, mostrando-se sensível às dificuldades acrescidas que uma concomitância de sistemas, aplicáveis no espaço europeu e internacional, não deixaria de gerar³⁵⁹.

Como refere expressamente o Considerando 21 as normas de conflitos de leis em apreço apenas determina a lei aplicável às obrigações alimentares e não a lei aplicável ao estabelecimento das relações familiares em que se baseiam as obrigações alimentares.

Desta forma, quanto ao estabelecimento das relações familiares estas continuarão a ser regidas pelo direito interno de cada Estado-Membro, aqui se compreendendo, necessariamente, as respetivas regras de direito internacional privado. As normas a

³⁵⁴ Cfr. Art.º 12.º, n.º 1 e 2 do Regulamento n.º 4/2009.

³⁵⁵ Cfr. Ana Sofia GOMES, *Responsabilidades Parentais Internacionais...*, p. 84.

³⁵⁶ São consideradas ações conexas, nos termos do n.º 3 do art.º 13.º, as ações ligadas entre si por um nexo tão estreito que haja interesse em que sejam instruídas e julgadas de forma simultânea com o objetivo de evitar soluções que poderiam ser inconciliáveis se as causas fossem julgadas separadamente.

³⁵⁷ Cfr. Art.º 13.º, n.º 1 e 2.

³⁵⁸ Cfr. Florbela Moreira LANÇA, "Regulamento (CE) N.º 4/2009 DO Conselho de 18 de Dezembro de 2008, relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e à execução das decisões e à cooperação em matéria de obrigações alimentares e Protocolo de Haia de 23 de Novembro de 2007, sobre a lei aplicável às obrigações alimentares", in *O Direito Internacional da Família*, Tomo II, Centro de Estudo Judiciários, p. 7.

³⁵⁹ Cfr. Rui Manuel Moura RAMOS, *ob. cit.*, p. 88.

definir como referência de subsunção são as que regulam a faculdade de peticionar e fixar alimentos, as que definem o quantum da prestação e a sua forma de cálculo, as que regulam a imposição de alimentos em termos retroativos e as relativas à legitimidade (mas não já à personalidade, capacidade e patrocínio judiciais, por estes pressupostos terem natureza estritamente processual e estarem situados à margem da definição dos contornos substantivos da obrigação de alimentos) e as atinentes à definição das condições de reembolso e medida da dívida em caso de sub-rogação de um instituto público nos direitos do credor³⁶⁰.

Contudo, como se pode reter do exposto contexto normativo, se um Estado-Membro não for subscritor do Protocolo de Haia de 2007, este aplicará as normas constantes no seu direito interno sobre obrigações de alimentos bem como as demais convenções internacionais às quais se tenha vinculado.

Para que compreendamos o sistema consagrado no regulamento quanto à determinação da lei aplicável, é necessário procedermos à análise das regras conjecturadas no Protocolo de Haia de 2007.

No que se refere ao âmbito pessoal de aplicação regulamento é aplicável «às obrigações alimentares decorrentes de relações de família, de parentesco, de casamento ou afinidade, incluindo as obrigações alimentares relativamente a filhos, independentemente do estado civil dos pais» (art.º 1.º do Protocolo). Desta forma, o Protocolo para além de se aplicar às relações de família, é aplicável também aos filhos, maiores ou menores, independentemente do estado civil dos pais, residente nos Estados das partes contratantes ou noutros Estados³⁶¹. A lei aplicável tanto pode ser a de um Estado Contratante como não contratante, o que significa que o Protocolo é de aplicação universal e *erga omnes*³⁶², tal como se pode aferir no art.º 2.º.

Assim, o Protocolo não define o conceito de relação de família, limitando-se a expor alguns exemplos. Desta forma, as relações de parentesco, filiação, casamento ou afinidade são expressamente referidas, manifestando que o conceito adotado pelo Protocolo é bastante amplo³⁶³, incluindo as relações de afinidade ainda que estas não sejam reconhecidas em todos os Estados.

³⁶⁰ Cfr. Carlos de Melo MARINHO, *ob. cit.*, p. 25.

³⁶¹ Cfr. Paulo GUERRA e Helena BOLIEIRO, *ob. cit.*, p. 492.

³⁶² Cfr. Andrea BONOMI, “Relatório Explicativo do Protocolo de 23 de Novembro de 2007 sobre a lei aplicável às obrigações alimentares”, p. 16, disponível em <https://assets.hcch.net/docs/d46a00d7-65be-47d0-b040-587c65654756.pdf> [consultado em 20/07/2016].

³⁶³ Cfr. Andrea BONOMI, *ob. cit.*, p. 16 [consultado em 20/07/2016].

A última parte do art.º 1º, n.º 1 do Protocolo especifica que, no caso de alimentos em benefício dos filhos (maiores ou menores), a sua aplicação é independente do estado civil dos pais, estabelecendo que este se aplica sem discriminação dos filhos nascidos dentro ou fora do matrimónio³⁶⁴.

Todavia, ainda quanto à definição de relações de família, o problema coloca-se nas diferentes formas de casamento ou de parceria entre pessoas do mesmo sexo. Ainda que estes relacionamentos sejam reconhecidos legalmente em número cada vez maior de sistemas jurídicos, em que muitos os consideram como relações de família e que podem dar origem a pedidos de alimentos, outros Estados recusam reconhecê-los considerando-os, por vezes, como contrários à ordem pública. Com efeito, as normas de conflitos do Protocolo apenas determinam a lei aplicável às obrigações alimentares, não determinando a lei aplicável ao que constitui uma relação de família, nem ao estabelecimento das relações que constituem a base das obrigações alimentares. Assim, a validade e reconhecimento do casamento ou união entre pessoas do mesmo sexo estão sujeitas à lei interna do Estados-Contratantes, incluindo as respetivas regras de direito internacional privado³⁶⁵.

O art.º 3.º, n.º 1 do Protocolo consagra a regra geral e estabelece o princípio da conexão das obrigações alimentares à lei da residência habitual do credor³⁶⁶. Esta conexão apresenta diversas vantagens. Em primeiro lugar, permite determinar a existência e o montante da obrigação alimentar, tendo em consideração as condições jurídicas e factuais da conjuntura social do país em que o credor habita e pratica a grande generalidade das suas atividades, isto é, «é para viver que [o credor] utilizará a pensão de alimentos³⁶⁷» ocorrendo que é «aconselhável apreciar o problema concreto que se coloca relativamente a uma sociedade concreta: aquela onde o requerente da pensão de alimentos vive e viverá³⁶⁸».

O conceito de «residência habitual» não se encontra definido no Protocolo. No entanto, este parece implicar uma certa estabilidade, não sendo uma simples residência

³⁶⁴ Cfr. Ana Sofia GOMES, *Responsabilidades Parentais Internacionais...*, p. 87. Devido ao vasto número de países a que o Protocolo se aplicará no futuro e sendo as diferenças legislativas muito acentuadas, foi necessário fazer a menção expressa à inclusão das obrigações de alimentos relativas a filhos, independentemente do estado civil dos pais. Num Estado em que os filhos nascidos fora do casamento são considerados ilegítimos (como sucedia em Portugal até à CRP de 1976) a filiação pode não ser estabelecida e sendo-o, pode ser entendido que não resulta de uma relação de família.

³⁶⁵ Cfr. Andrea BONOMI, *ob. cit.*, p. 16 [consultado em 22/07/2016].

³⁶⁶ Cfr. Ana Sofia GOMES, *Responsabilidades Parentais Internacionais...*, p. 90.

³⁶⁷ Cfr. Andrea BONOMI, *ob. cit.*, p. 17 [consultado em 22/07/2016].

³⁶⁸ *Idem*.

de carácter temporário suficiente para determinar a lei aplicável à obrigação de alimentos³⁶⁹.

A conexão com a lei da residência habitual também garante a igualdade de tratamento entre credores que vivem no mesmo país, independentemente da sua nacionalidade. Contudo, o credor de nacionalidade estrangeira, nas mesmas circunstâncias, não deve ser tratado de modo desigual daquele que reside no país da sua nacionalidade³⁷⁰.

Por último, deve realçar-se que o critério da residência habitual do credor é utilizado de forma ampla para se determinar o tribunal competente em matéria de alimentos, tanto nos instrumentos de direito uniforme, como nas diversas legislações nacionais. A utilização deste critério de conexão para a determinação da lei aplicável leva a que diversas vezes seja aplicada a lei da autoridade requerida, tornando todo o processo mais simples, célere e eficaz³⁷¹.

No entanto, em caso de mudança da residência habitual do credor, a lei do Estado da nova residência habitual é aplicável a partir do momento em que a mudança tenha ocorrido, nos termos do art.º 3.º, n.º 2³⁷². Estamos perante o princípio da aplicabilidade da lei do Estado de residência do credor, contudo o Protocolo consagra, também, outras regras de determinação da lei aplicável plasmadas nos artigos 4.º, 5.º e 6.º

A disposição contida no art.º 4 prevê derrogações importantes à conexão do princípio da residência habitual do credor alimentar. A razão da sua existência é a introdução de um sistema mais favorável para determinadas categorias de credores alimentares nos casos em que a aplicação da lei da residência habitual se mostre contrária aos interesses deste³⁷³. Nas palavras de Javier Carrascosa GONZÁLEZ³⁷⁴, «(...) puede afirmarse que estas normas de conflicto son “materialmente orientadas”, pues persiguen favorecer la obtención de alimentos por el acreedor de los mismos».

Conforme a sua finalidade, a regra contida no art.º 4.º beneficia determinadas categorias de credores que se encontram definidos no n.º 1. O objetivo deste normativo legal não é estabelecer as condições para a obtenção de alimentos, sendo esta uma questão regulada pela lei interna de cada Estado, mas apenas determinar as categorias de

³⁶⁹ Cfr. Ana Sofia GOMES, *Responsabilidades Parentais Internacionais...*, p. 90 e Andrea BONOMI, *ob. cit.*, p. 18 [consultado em 22/07/2016]. O conteúdo e alcance deste conceito devem ser feitos de forma autónoma relativamente aos diversos direitos nacionais com os quais a situação possa apresentar pontos de contacto.

³⁷⁰ Cfr. Andrea BONOMI, *ob. cit.*, p. 17 [consultado em 22/07/2016].

³⁷¹ *Idem* [consultado em 22/07/2016].

³⁷² Cfr. Ana Sofia GOMES, *Responsabilidades Parentais Internacionais...*, p. 90.

³⁷³ Cfr. Andrea BONOMI, *ob. cit.*, p. 18 [consultado em 22/07/2016].

³⁷⁴ Cfr. Alfonso-Luis Calvo CARAVACA e Javier Carrascosa GONZÁLES, *Derecho Internacional Privado*, Vol. II, décimacuart edición, Granada, Comares editorial, 2013/2014, p. 494.

credores que, para determinação da lei aplicável ao seu pedido, irão beneficiar – por derrogação do art.º 3.º - dos critérios de conexão previstos neste art.º 4.³⁷⁵.

Assim, nos termos do art.º 4.³⁷⁶, em matéria de obrigações de pais relativamente a filhos, de pessoas, que não os pais, relativamente a menores de 21 anos, exceto no caso de obrigações decorrentes das relações entre cônjuges, ex-cônjuges ou pessoas cujo casamento foi anulado e dos filhos relativamente aos pais (alíneas a), b) e c) do n.º 1), é aplicável a lei do foro se o credor não puder obter alimentos da lei referida no art.º 3.º (n.º 2, do art.º 4.º). O tratamento mais favorável destes credores alimentares é reflexo da importância atribuída à sua condição de parte mais débil na relação³⁷⁷. Desta forma, o art.º 4.º é aplicável, por um lado, às obrigações dos pais em relação aos filhos (art.º 4.º, n.º 1, al. a)) e, por outro lado, às obrigações alimentares de pessoas diferentes dos pais relativamente a qualquer pessoa com menos de 21 anos (art.º 4.º, n.º 1, al. b)). No primeiro caso, a relação de filiação é o elemento determinante enquanto no segundo caso o tratamento favorável depende da idade do credor.

Conforme a al. a), do art.º 4.º, n.º 1, esta disposição é aplicável às obrigações alimentares dos pais em relação aos filhos sem qualquer limite de idade, estando, portanto, aqui inseridas a obrigação de alimentos a filhos maiores. Este tratamento preferencial em termos da determinação da lei aplicável é justificado pela existência de uma relação de filiação³⁷⁸.

Quanto à al. b), do art.º 4.º, n.º 1, as regras contidas nesta disposição beneficiam também as pessoas com idade inferior a 21 anos. Mas, nestes casos, estamos perante obrigações alimentares com base em relações de família abrangidas pelo Protocolo, excluindo as relações de filiação e o casamento³⁷⁹. As situações que poderão resultar desta alínea são basicamente os pedidos de alimentos com base numa relação de família direta ou colateral (como, por exemplo, um pedido de alimentos apresentado por um neto, por um irmão/irmã ou uma sobrinha/sobrinho) ou numa relação de afinidade (como, por exemplo, de um filho relativamente ao cônjuge do progenitor). Realça-se que estas obrigações estão também sujeitas ao art.º 6.º, podendo o devedor alimentar

³⁷⁵ Para as categorias de credores que não se encontrem abrangidas pelo art.º 4.º, a lei aplicável aos respetivos pedidos de alimentos será determinada pelo art.º 3.º ou por outras disposições do Protocolo.

³⁷⁶ O art.º 5.º contém uma regra especial relativa aos cônjuges e ex-cônjuges e o art.º 6.º retrata as demais obrigações alimentares (obrigações alimentares diferentes das obrigações para com os filhos decorrentes da filiação e das obrigações referidas no art.º 5.º).

³⁷⁷ Cfr. Rui Manuel Moura RAMOS, *ob. cit.*, p. 89.

³⁷⁸ Contudo, não significa que o filho tenha o direito a obter alimentos, independentemente da sua idade, porque esta questão encontra-se dependente das regras substantivas da lei ou leis designadas, apenas podendo beneficiar das conexões subsidiárias em cascata, bem como da inversão das conexões, nos termos do art.º 4.º, n.º 2 a 4. Cfr. Andrea BONOMI, *ob. cit.*, p. 19 [consultado em 22/07/2016].

³⁷⁹ O art.º 4.º, n.º 1, al. b), especifica de forma expressa que não visa aplicar-se às obrigações decorrentes do art.º 5.º. Na falta de escolha da lei aplicável, as obrigações plasmadas no art.º 5.º são regidas pelos art.º 3.º e 5.º, não sendo o *favor creditoris* que esta na base do art.º 4.º aplicável a estes casos.

invocar os meios de defesa aí previstos. A solução apresentada pelo Protocolo não é coerente, na medida em que no art.º 4.º estas relações são privilegiadas, no art.º 6.º estas são desfavorecidas³⁸⁰.

O art.º 4.º, n.º 1, al. c), é aplicável às obrigações alimentares dos filhos relativamente aos pais. O argumento utilizado para a criação desta alínea está no facto de os pais merecerem, tal como acontece com os filhos, de um tratamento benéfico em termos de conflito de leis³⁸¹.

Diz-nos o n.º 2, do art.º 4.º que «se, por força da lei referida no art.º 3.º, o credor não puder obter alimentos do devedor, aplica-se a lei do foro». Um dos benefícios reconhecidos às categorias de credores definidos no art.º 4.º, n.º 1, é estabelecido pela existência de uma conexão subsidiária à lei do foro nas situações em que o credor não consegue obter alimentos por força da lei do Estado da residência habitual³⁸². Esta solução deriva do princípio do *favor creditoris* e visa caucionar ao credor a hipótese de obter alimentos se tal decorrer da lei da autoridade requerida³⁸³.

O art.º 4.º, n.º 3 pressupõe a aplicação da lei do foro a título primeiro se aquele tiver recorrido à autoridade competente do Estado em que o devedor deve ter residência habitual, mantendo-se, contudo, a competência da lei da residência habitual do credor se este não puder obter alimentos à luz da lei do foro, tornando-se novamente aplicável a título subsidiário³⁸⁴. A inversão dos critérios de conexão previstos nos art.º 3.º e 4.º, n.º 2, onde a lei do foro prevalece sobre a lei da residência habitual do credor, é consequência de um compromisso entre os defensores de uma aplicação indiferenciada da lei da residência habitual e os partidários a lei do foro. No entanto, a aplicação da lei do foro está sujeita a duas condições: é necessário que a autoridade requerida seja a do Estado da residência habitual do devedor e que a ação seja instaurada pelo credor³⁸⁵.

Assim, aplicação a título primeiro da lei do foro, estando ancorada ao princípio o *favor creditoris*, não pode ser sustentada quando priva o credor de alimentos³⁸⁶. Este é o raciocínio pelo qual o art.º 4.º, n.º 3 *in fine* pressupõe (de forma análoga ao que acontece com o art.º 4.º, n.º 2, mas no sentido inverso) uma conexão à lei da residência habitual do credor.

³⁸⁰ Cfr. Andrea BONOMI, *ob. cit.*, p. 19 [consultado em 22/07/2016].

³⁸¹ Também as relações referidas nesta alínea estão sujeitas à regra do art.º 6.º, permitindo ao devedor invocar o meio de defesa aí previsto.

³⁸² Cfr. Andrea BONOMI, *ob. cit.*, p. 20 [consultado em 22/07/2016].

³⁸³ *Ibidem*, p. 22 [consultado em 22/07/2016]. O recurso a esta segunda conexão subsidiária visa a proteção dos credores alimentares quando os critérios anteriores não prevejam qualquer obrigação de alimentos.

³⁸⁴ Cfr. Rui Moura Ramos, *ob. cit.*, p. 89.

³⁸⁵ Para um maior desenvolvimento, Andrea BONOMI, *ob. cit.*, p. 21 [consultado em 22/07/2016].

³⁸⁶ Cfr. Andrea BONOMI, *ob. cit.*, p. 22 [consultado em 22/07/2016].

Por último, segundo o disposto no n.º 4, do art.º 4.º se o credor não puder obter alimentos com base na lei do seu Estado de residência habitual ou na lei do foro (aplicáveis por esta ordem, ou no caso do art.º 4.º, n.º 3, pela ordem inversa) é aplicável a lei da nacionalidade³⁸⁷ comum das partes, sendo esta aplicável apenas em última instância. Esta conexão subsidiária visa a proteção dos credores de alimentos que não se encontrem abrangidos pelos critérios da lei do foro e da residência habitual, isto é, quando estes dois critérios não conjeturem uma obrigação de alimentos³⁸⁸.

Estamos perante um sistema de regras de conexão substancial, onde o legislador recorre a uma «cascata de leis» em que as indicadas em segundo e terceiro lugar poderão ser aplicadas caso as referidas anteriormente não resulte, para o credor, a pretendida obtenção dos alimentos³⁸⁹. Assim, se o credor não puder satisfazer a sua pretensão ao abrigo da lei da residência habitual, é aplicável a lei do foro.

No entanto, nos casos de obrigações de alimentos devidos a filhos menores, em particular, o recurso a este terceiro critério de conexão (a lei do Estado da nacionalidade comum do credor e do devedor) deveria ser diminuto, porque a grande maioria dos Estados reconhece internamente o direito a alimentos nesta situação. Situação diversa sucede quando falamos de alimentos a filhos maiores, onde o critério da nacionalidade comum das partes pode desempenhar um papel mais relevante³⁹⁰, uma vez que este direito a alimentos não é reconhecido por todas as leis nacionais.

Privilegiando a escolha feita pelo credor alimentar e pelo devedor de alimentos quanto à escolha da lei aplicável, o legislador acolhe este mecanismo no art.º 7.º e 8.º do Protocolo. A admissão da autonomia da vontade das partes constitui uma das principais novidades introduzidas pelo Protocolo relativamente às Convenções sobre as obrigações de alimentos de 1956 e 1973³⁹¹.

A escolha da lei aplicável está sujeita a várias limitações, visando proteger as partes, principalmente o credor de alimentos que é, na grande maioria das vezes, a parte

³⁸⁷ Cfr. Ana Sofia GOMES, *Responsabilidades Parentais Internacionais...*, p. 91. É de ressaltar que, nos termos do art.º 9.º do Protocolo de Haia de 2007, se prevê, acomodando a situação dos países da *common law*, que um Estado em que o conceito de «domicílio» constitua um fator de conexão em matéria familiar pode informar o Secretariado Permanente da Conferência de Haia de Direito Internacional Privado que, para efeitos dos processos apresentados às suas autoridades, o termo «nacionalidade» nos artigos 4.º e 6.º é substituído por «domicílio», tal como é definido nesse Estado.

³⁸⁸ Cfr. Andrea BONOMI, *ob. cit.*, p. 22 [consultado em 23/07/2016]. A utilização do critério da nacionalidade comum das partes, em matéria de obrigação de alimentos foi objeto de várias críticas. A primeira é que está perante um critério discriminatório porque beneficia apenas credores que tenham uma nacionalidade comum com o devedor. Outra das críticas prende-se com o carácter equívoco da conexão em questão, quando a nacionalidade comum é a de um Estado plurilegislativo. A solução encontrada para esta situação no Protocolo é o recurso ao conceito da conexão mais estreita, nos termos do art.º 16.º, n.º 1, al. a) e b). Este artigo prevê que na falta de normas relevantes a lei aplicável é a da unidade territorial com que a pessoa possui uma conexão mais próxima.

³⁸⁹ Cfr. Rui Manuel Moura RAMOS, *ob. cit.*, p. 89.

³⁹⁰ Cfr. Andrea BONOMI, *ob. cit.*, p. 22 [consultado em 23/07/2016].

³⁹¹ Cfr. Ana Sofia GOMES, *Responsabilidades Parentais Internacionais...*, p. 93.

mais débil e a que corre o risco de abusos pela outra parte³⁹². Desta forma, o Protocolo adota dois artigos que visam acautelar estas situações. O art.º 7.º rege a escolha da lei aplicável para efeitos de um procedimento específico e o art.º 8.º permite, ainda que de forma mais limitada, a escolha a qualquer momento.

No n.º 1, do art.º 7.º, o credor e o devedor de alimentos podem, apenas para efeitos de um procedimento específico num determinado Estado, designar a lei desse Estado como lei aplicável a uma obrigação alimentar³⁹³. Estamos perante um acordo processual sobre a lei aplicável, referente ao direito interno da autoridade requerida e cujo efeito é reduzido a um procedimento específico. Em contrapartida, se um novo pedido ou um pedido de alteração for posteriormente apresentado à mesma autoridade ou à autoridade de outro Estado, a escolha de lei anteriormente efetuada não originará qualquer efeito, sendo a lei aplicável delimitada de acordo com as conexões objetivas³⁹⁴.

Desta forma, a escolha prevista neste artigo é efetuada para efeitos de um procedimento específico e pressupõe que o credor ou o devedor de alimentos já instaurou ou está prestes a instaurar uma ação de pedido de alimentos a uma determinada autoridade³⁹⁵.

Quando estamos perante obrigações de alimentos a pessoa maior de 18 anos, o credor e o devedor podem também optar pela lei aplicável nos termos do art.º 8.º³⁹⁶. Assim, no âmbito do art.º 8.º a escolha não está limitada à lei do foro, tornando a escolha bastante mais ampla, podendo ser efetuada entre o conjunto de leis mencionadas no n.º 1 deste normativo legal. E, a escolha na aceção deste artigo não se restringe a um procedimento específico, não estando os seus efeitos limitados a um só procedimento podendo subsistir para o futuro, desde que a escolha não tenha sido revogada ou alterada pelas partes.

Como nos diz o n.º 1, do art.º 8.º a escolha pode ser feita a «qualquer momento». Assim, se as partes concebem a escolha da lei aplicável durante o procedimento ou pouco antes da sua instauração, importa determinar se essa escolha está sujeita ao art.º 7.º ou ao art.º 8.º. Se a lei escolhida não for a lei do foro, a admissibilidade e os efeitos da escolha apenas podem ser determinados pelo art.º 8.º. As dúvidas surgem quando a

³⁹² Cfr. Andrea BONOMI, *ob. cit.*, p. 27 [consultado em 23/07/2016].

³⁹³ Caso a designação seja anterior à abertura da instância esta deve ser objeto de um acordo, assinado por ambas as partes, por escrito ou registado em qualquer suporte cujo conteúdo seja acessível para posterior consulta, nos termos do n.º 2, do art.º 7.º do Protocolo.

³⁹⁴ Cfr. Andrea BONOMI, *ob. cit.*, p. 28 [consultado em 23/07/2016].

³⁹⁵ Assim, no momento da escolha as partes têm a possibilidade de se informar ou, por vezes, ser informadas pela autoridade requerida, sobre a existência e a natureza das obrigações alimentares prevista na lei do foro tornando o risco de abusos bastante mais limitado. Cfr. Andrea BONOMI, *ob. cit.*, p. 28 [consultado em 23/07/2016].

³⁹⁶ Cfr. Ana Sofia GOMES, *Responsabilidades Parentais Internacionais* ..., p. 94.

lei escolhida é a lei do foro. Se a lei do foro não corresponder ao conjunto de leis plasmado no n.º 1, do art.º 8.º a escolha será inevitavelmente regulada pelo art.º 7.º, que terá assim os efeitos limitados ao procedimento específico. Por outro lado, se a lei do foro corresponder a uma das leis elencadas no n.º 1, do art.º 8.º, como sucederá frequentemente, a resposta irá depender da interpretação da vontade das partes³⁹⁷.

Nos termos do art.º 7.º, n.º 2, faculta alguns detalhes quanto à forma. Assim, a designação da escolha da lei aplicável deverá ser objeto de acordo, por escrito ou registado em qualquer suporte cujo conteúdo seja acessível para posterior consulta e assinado por ambas as partes³⁹⁸.

O art.º 8.º, n.º1, surge com carácter geral, na medida em que admite ao credor e dever de alimentos designarem, a qualquer momento, como lei aplicável a uma obrigação alimentar, a lei do Estado do qual uma das partes seja nacional aquando da designação (al. a)); a lei do Estado da residência habitual de uma das partes aquando da designação (al.b)); a lei designada como aplicável ao seu regime matrimonial ou a lei efetivamente aplicada ao mesmo (al. c)); a lei designada como aplicável ao seu divórcio ou separação de pessoas e bens ou a lei efetivamente aplicada ao mesmo (al. d))³⁹⁹.

Assim, podemos concluir que a escolha não é plenamente livre, na medida em que esta só opera dentro de um círculo predefinido de leis, admitindo ainda outras limitações plasmadas no n.º 4 e 5 do artigo em análise. No entanto, a principal vantagem da escolha da lei aplicável, nos termos do art.º 8.º, é que este garante uma certa estabilidade e previsibilidade da lei aplicável⁴⁰⁰.

Nos termos do n.º 4, a lei objeto de designação não rege a faculdade de renúncia do credor ao seu direito a alimentos, sendo a lei do Estado da residência habitual do credor que determina se este pode ou não renunciar ao direito em causa. Estamos perante uma limitação do âmbito de aplicação da lei escolhida pelas partes porque, independentemente do conteúdo da lei aplicável escolhida, a possibilidade de renúncia ao direito a alimentos, bem como as condições para tal, permanecerão sujeitas à lei da

³⁹⁷ Cfr. Andrea BONOMI, *ob. cit.*, p. 28 [consultado em 24/07/2016]. O problema de coordenação entre o art.º 7.º e 8.º não se coloca quando a obrigação de alimentos respeitar uma pessoa com idade inferior a 18 anos ou a um adulto que, em razão de uma alteração ou insuficiência das suas faculdades pessoais, não esteja em condições de proteger os seus interesses, nos termos do art.º 8.º, n.º 3.

³⁹⁸ Estas formalidades asseguram inúmeras vantagens no plano probatório (quanto à existência do acordo e eventual contestação do mesmo) e a exigência de forma escrita serve para alertar o credor para a importância da escolha e de possíveis consequências de uma escolha imprudente e desinformada. A forma escrita pode ser substituída por qualquer suporte cujo conteúdo seja acessível a consulta, destinando-se esta ao uso das tecnologias de informação. No entanto, esta não dispensa a exigência de um documento assinado, sendo que o documento eletrónico só será suficiente se for acompanhado de assinatura eletrónica.

³⁹⁹ Nos termos do art.º 8, n.º 3, o n.º 1 não é aplicável às obrigações alimentares relativas a uma pessoa com menos de 18 anos ou a um adulto que, devido a uma diminuição ou insuficiência das suas faculdades pessoais, não esteja em condições de proteger os seus interesses.

⁴⁰⁰ Cfr. Andrea BONOMI, *ob. cit.*, pp. 29-30 [consultado em 24/07/2016].

residência habitual do credor no momento designação⁴⁰¹. A finalidade desta disposição é precaver que, através da escolha de uma lei especialmente liberal e parcamente protetora, o credor possa ser levado a renunciar a alimentos que teria direito de acordo com a lei aplicável caso não tivesse existido escolha⁴⁰².

O n.º 5 diz-nos que a menos que, aquando da designação, as partes estejam plenamente informadas e conscientes das consequências da sua escolha, a lei designada por elas não é aplicável quando esta acarrete consequências manifestamente injustas ou pouco razoáveis para qualquer das partes. Nesta disposição, os efeitos da escolha aplicável são limitados pela previsão de um poder moderador da autoridade à qual foi submetida a apreciação do pedido e se esta constatar que a aplicação da lei escolhida pela parte acarretar, no caso concreto, consequências manifestamente injustas ou irrazoáveis, a lei eleita pode ser excluída a favor da lei designada pelos critérios de conexão previsto nos art.º 3.º a 5.º do Protocolo⁴⁰³.

Concluimos, após o estudo destas normas, que o reconhecimento da *professio iuris* se apresenta de forma balanceada, revelando-se a sua disciplina sensível a preocupações de razoabilidade e à proteção da parte mais débil na relação⁴⁰⁴.

Como nos assevera Anabela GONÇALVES⁴⁰⁵, o Protocolo em análise caracteriza-se pela sua abertura ao princípio da autonomia da vontade, precisamente nos arts.º 7.º e 8.º. O art.º 7.º caracteriza-se pela «(...) *posibilidad de elegir la ley del foro, que tiene la a ventaja de someter las relaciones jurídicas conexas a una sola ley, evitándose así los problemas derivados de las soluciones incompatibles que puedan resultar de la aplicación de leyes diferentes a asuntos relacionados entre sí*». Por outro lado, o art.º 8.º é mais uma manifestação deste princípio, permitindo ao credor e devedor de alimentos eleger a lei aplicável à obrigação em qualquer momento. O objetivo destes artigos é garantir a estabilidade e previsibilidade da lei aplicável, de forma a aumentar a segurança jurídica⁴⁰⁶.

A disposição contida no art.º 9.º visa facilitar a aplicação do Protocolo nos Estados que não empregam usualmente a nacionalidade como critério de conexão no direito

⁴⁰¹ *Idem* [consultado em 24/07/2016].

⁴⁰² *Ibidem*, p. 31 [consultado em 24/07/2016].

⁴⁰³ *Ibidem*, p. 32 [consultado em 24/07/2016].

⁴⁰⁴⁴⁰⁴ Cfr. Rui Manuel Moura RAMOS, *ob. cit.*, p. 91.

⁴⁰⁵ Cfr. Anabela Susana de Sousa GONÇALVES, “El principio de la autonomía de la voluntad en los reglamentos europeos sobre derecho de familia y sucesiones”, in *LA LEY* Unión Europea, nº 40, Editorial LA LEY, Septiembre de 2016, p. 50.

⁴⁰⁶ *Idem*.

internacional privado, estando portanto autorizados a substituir o critério da «nacionalidade» utilizado nos art.º 4.º e 6.º pelo critério do «domicílio».

Terminando o conjunto de normas relativas à determinação da lei aplicável, dispõe o Protocolo, no seu art.º 10.º, que o direito de um organismo público solicitar o reembolso de qualquer prestação concedida ao credor em vez de alimentos está sujeito à lei que rege esse organismo. O Protocolo regula, no art.º 11.º, nas suas diversas alíneas, o âmbito de matérias reguladas pela lei aplicável como: a existência e o âmbito do direito do credor a alimentos e as pessoas relativamente às quais pode exercê-lo; em que medida o credor pode solicitar alimentos retroativamente; a base de cálculo do montante dos alimentos e a indexação; quem pode intentar uma ação para obter alimentos, exceto no que diz respeito às questões relativas à capacidade processual e à representação na ação; os prazos de prescrição ou para intentar uma ação e o âmbito da obrigação do devedor de alimentos, sempre que um organismo público solicite o reembolso da prestação concedida ao credor em vez dos alimentos.

Nos artigos seguintes, o Protocolo ocupa-se de algumas questões da parte geral de direito internacional privado, não se afastando do que é comum nas Convenções de Haia e nos regulamentos da União⁴⁰⁷. Surge no art.º 12.º a exclusão do reenvio, precisando-se que, para efeito do Protocolo, se entende por «lei» a lei em vigor num Estado, com exclusão das normas de conflitos de leis. Esta disposição determina que as normas de conflito do Protocolo designam o direito interno do Estado em causa, excetuando as normas de conflitos de leis. O reenvio fica, assim, excluído, mesmo que a lei designada seja a de um Estado não contratante⁴⁰⁸.

Consagra-se, ainda, a exceção de ordem pública, dispondo que a aplicação da lei determinada por força do Protocolo só pode ser recusada se os efeitos da sua aplicação forem manifestamente contrários à ordem pública do foro⁴⁰⁹. Assim, o art.º 13.º exige que os efeitos da lei estrangeira sejam manifestamente contrários à ordem pública do foro, isto é, que haja uma evidenciada contradição com um princípio fundamental existente no Estado do foro. Com efeito, a exceção de ordem pública pode ser invocada quando o pedido a alimentos é alicerçado, de acordo com a lei estrangeira, numa relação familiar que não é reconhecida no Estado do foro e que é considerada chocante⁴¹⁰. O

⁴⁰⁷ Cfr. Rui Manuel Moura RAMOS, *ob. cit.*, p. 91.

⁴⁰⁸ Cfr. Andrea BONOMI, *ob. cit.*, p. 35 [consultado em 24/07/2016].

⁴⁰⁹ Cfr. Art.º 13.º do Protocolo de Haia.

⁴¹⁰ O exemplo mais reconhecido é o reconhecimento de diversos efeitos da poligamia em Países europeus, como a Alemanha e a França. Ainda que o instituto da poligamia não seja reconhecido nos países em questão por ser contrário aos seus princípios fundamentais, a eventual existência de uma obrigação de alimentos a favor de diferentes mulheres não é julgada chocante. Estas considerações podem ser aplicadas a outros institutos controversos, como o casamento ou a união entre pessoas do mesmo sexo.

Protocolo, diferentemente de outros instrumentos internos ou internacionais, não conjectura reservas para as normas de aplicação imediata do foro, isto é, normas obrigatórias em virtude da sua substancial relevância para o Estado do foro que são aplicadas independentemente da lei elegida pelas normas de conflitos de leis⁴¹¹.

O art.º 14.º insere uma disposição particular, relativa à fixação do montante de alimentos, dispondo que ainda que a lei aplicável disponha diferentemente, na fixação do montante dos alimentos são tidas em conta as necessidades do credor e os recursos do devedor, bem como qualquer compensação atribuída ao credor em vez de pagamentos periódicos de alimentos. Estamos perante uma regra de direito internacional privado material, que se aplica de forma direta ao cálculo do montante de alimentos e, em que o legislador teve o cuidado de mencionar que a sua aplicação não depende do que a esse respeito se disponha na lei competente, aplicando-se mesmo que esta estatua diversamente⁴¹².

No art.º 15.º⁴¹³ prevê-se a não aplicação do Protocolo aos conflitos puramente internos de um Estado Contratante, enquanto os art.º 16º e 17.º se referem à aplicação do Protocolo aos sistemas jurídicos não unificados do ponto de vista territorial e pessoal.

O art.º 15.º determina que um Estado na qual vigorem dois ou mais sistemas jurídicos ou conjuntos de normas diferentes em matéria de obrigações alimentares não é obrigado a aplicar as regras abarcadas pelo Protocolo para decidir os conflitos internos decorrentes de tal situação⁴¹⁴.

O art.º 16.º, n.º 1, aponta com se deve proceder quando, numa situação de natureza internacional, a lei designada pelo Protocolo é a de um sistema jurídica não unificado, na qual vigoram, em unidades territoriais distintas, dois ou mais sistemas jurídicos ou conjuntos de normas em matéria de obrigações alimentares. O art.º 17.º menciona que em situações em que a lei designada pelo Protocolo é a de um Estado que inclui diversos sistemas jurídicos ou conjuntos de normas aplicáveis a diferentes categorias de pessoas (em função, por exemplo, da religião) o único critério aplicado é o do reenvio para as normas de conflitos internos do Estado em causa⁴¹⁵.

⁴¹¹ Cfr. Andrea BONOMI, *ob. cit.*, p. 35 [consultado em 26/07/2016].

⁴¹² Cfr. Rui Manuel Moura RAMOS, *ob. cit.*, p. 92.

⁴¹³ O n.º 2 da disposição em causa afirma que este art.º é inaplicável às designadas «organizações regionais de integração económica», expressão que se utilizou para qualificar a Comunidade Europeia, no âmbito da sua adesão à Conferência de Haia de Direito Internacional Privado (para os termos da vinculação ao presente protocolo de uma organização regional de integração económica constituída exclusivamente por Estados soberanos e que seja competente em relação a alguma ou a todas as matérias por ele regidas, nos termos do art.º 24.º do Protocolo de Haia de 2007). Os Estados que constituem esta organização são Estados independentes não podendo ser equiparados às unidades territoriais de um Estado plurilegislativo.

⁴¹⁴ No entanto, o Estado em causa (de forma puramente voluntária e unilateral) pode decidir aplicar o protocolo para resolver conflitos a nível interno. Cfr. Andrea BONOMI, *ob. cit.*, p. 36 [consultado em 26/07/2016].

⁴¹⁵ *Ibidem*, p. 37. [consultado e 26/07/2016].

Por último, o Protocolo insere um conjunto de disposições gerais e finais. O art.º 18.º diz-nos que o Protocolo substitui, nas relações entre Estados Contratantes, as Convenções sobre as obrigações alimentares de 1956 e 1973. Esta substituição só sucede nas relações entre Estados Contratantes, pelo que as Convenções mencionadas anteriormente continuam a ser aplicáveis, mesmo num Estado que se tornou parte do Protocolo, nas relações com outros Estados que são Partes das referidas Convenções e que não aderiram ao Protocolo⁴¹⁶.

O art.º 19.º disciplina a sua coordenação com outros instrumentos não afetando quaisquer outros instrumentos internacionais nos quais os Estados contratantes são ou venham a ser partes e que contenham disposições sobre matérias reguladas pelo protocolo, salvo declaração em contrário dos Estados vinculados por tais instrumentos.

O art.º 20.º dispõe sobre a interpretação uniforme do protocolo, de forma a promover o seu carácter internacional e a necessidade de uniformidade na sua aplicação.

Por sua vez, o art.º 21.º prevê a avaliação do funcionamento prático do Protocolo, podendo o Secretário-Geral invocar, se necessário, uma Comissão Especial para esse efeito.

No que toca às disposições transitórias, o Protocolo no seu art.º 22.º exclui do seu âmbito de aplicação os alimentos pedidos num Estado contratante ou numa organização regional de integração económica (art.º 24.º, n.º 5) relativamente a um período anterior à sua entrada em vigor nesse Estado ou nessa organização.

Assim, o art.º 23.º regula os termos da vinculação internacional dos Estados ao Protocolo, incluindo a possibilidade de, em sistemas jurídicos não unificados, um Estado poder limitar a aplicação do Protocolo apenas a uma ou várias das suas unidades territoriais (art.º 26.º)⁴¹⁷.

Todavia, o art.º 24.º determina as condições mediante as quais uma organização regional de integração económica pode tornar-se Parte do Protocolo.

De acordo com o art.º 25.º, o Protocolo só entra em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao termo do período de três meses subsequente ao depósito do segundo instrumento de ratificação, aceitação e aprovação ou adesão referido no art.º 23.º.

Assim, este foi celebrado pela União Europeia em 8 de Abril de 2010. A Sérvia assinou o Protocolo em 18 de Abril de 2012 e ratificou em 10 de Abril de 2013, pelo

⁴¹⁶ Cfr. Andrea BONOMI, *ob. cit.*, p. 38 [consultado em 26/07/2016].

⁴¹⁷ Possibilidade que não se aplica no caso das organizações regionais de carácter económico, conforme o art.º 26.º, n.º 4. Quanto ao regime das declarações neste sentido, bem como das restantes previstas no Protocolo estão plasmadas no art.º 28.º.

que este só entrou em vigor em 1 de Agosto de 2013⁴¹⁸. Apesar de o Protocolo prever que não é aplicável aos alimentos pedidos num Estado Contratante relativamente a um pedido anterior à sua entrada em vigor nesse Estado(art.º 22.º) a verdade é que a sua aplicação na União Europeia teve início em 18 de Junho de 2011, sem prejuízo de aplicação a processos pendentes e em conformidade com as disposições transitórias do regulamento em matéria de obrigações alimentares⁴¹⁹.

O art.º 26.º, n.º 1, permite a um Estado com duas ou mais unidades territoriais nas quais, em relação as matérias objeto no Protocolo, vigorem sistemas jurídicos diferentes, possam declarar que o Protocolo se aplica a todas as unidades territoriais ou apenas a uma ou algumas dessas unidades. Na falta dessa declaração o Protocolo será aplicado em todo o território deste Estado, nos termos do n.º 3, do art.º 26.º.

O art.º 27.º afasta a possibilidade da formulação de reservas ao Protocolo, estabelecendo aqui o princípio de que não são permitidas reservas ao Protocolo. O art.º 29.º assinala os termos em que este pode ser denunciado, estando as obrigações assumidas pelo depositário plasmadas no art.º 30.º.

Quanto ao seu âmbito de aplicação espacial o Protocolo aplica-se, nos termos do art.º 2.º, às Partes contratantes que o aprovem, ratifiquem, e depositem o respetivo instrumento de ratificação que atualmente são apenas a Sérvia e a União Europeia. Todavia, no caso da União Europeia, e nos termos dos considerandos 10, 11 e 12 da Decisão 2009/941/CE, o Protocolo é aplicável à Irlanda, mas não se aplica ao Reino Unido e à Dinamarca⁴²⁰.

1.5. Reconhecimento, força executória e execução das decisões proferidas

Conforme o considerando 9, o legislador europeu clarifica que se situa no eixo das suas preocupações a facilitação da cobrança coerciva dos créditos alimentares ao referir que «um credor de alimentos deverá poder obter facilmente, num Estado-Membro, uma decisão que terá automaticamente força executória noutro Estado-Membro sem quaisquer outras formalidades». Aqui inclui-se, necessariamente, a formação de celeridade e de efetividade necessárias ao tratamento destas questões.

⁴¹⁸ Cfr. Ana Sofia GOMES, *Responsabilidades Parentais Internacionais...*, p. 89.

⁴¹⁹ O Protocolo em estudo substitui, nas relações entre os Estados Contratantes, a Convenção de Haia de 2 de Outubro de 1973 sobre a Lei Aplicável às Obrigações Alimentares e a Convenção de Haia de 24 de Outubro de 1956 sobre a Lei Aplicável às Obrigações Alimentares Relativas a Menores, nos termos do seu art.º 18.º.

⁴²⁰ Cfr. Ana Sofia GOMES, *Responsabilidades Parentais Internacionais...*, p. 88.

O reconhecimento, a força executória e a execução de decisões abrangidas pelo âmbito de aplicação do regulamento estão estatuídos no capítulo IV, que, a par de uma disciplina diferenciada consoante elas provenham de Estados-Membros vinculados ou não ao Protocolo de Haia de 2007, contendo também disposições comuns a ambas as situações, nos termos do art.º 16.º, n.º 2, 3 e 4.

Desta forma, o reconhecimento das decisões proferidas num Estado-Membro vinculado pelo Protocolo de Haia de 2007 é regulado pela secção 1 do regulamento, que inaugura com o art.º 17.º, sendo que o seu n.º 1 consagra a supressão do *exequatur*, isto é, a integral eliminação da necessidade de prolação de uma sentença de revisão e confirmação da decisão estrangeira antes de a realização coerciva do decidido poder ocorrer extramuros, materializando o princípio da livre circulação das decisões judiciais proferidas no espaço comum⁴²¹. Com a eliminação do mecanismo do *exequatur* todas as decisões são reconhecidas nos demais Estados-Membros sem necessidade de recurso a qualquer processo e sem que seja possível contestar o seu reconhecimento⁴²². No seu n.º 2 refere-se, paralelamente ao referido anteriormente, que as decisões proferidas num Estado-Membro vinculado pelo mencionado Protocolo e que aí tenham força executória podem ser executadas noutro Estados-Membro, sem que seja necessária uma declaração de força executória.

No entanto, o conteúdo deste reconhecimento aparece exposto, positivamente, no art.º 18.^o⁴²³, onde se estatui que uma decisão executória implica, de pleno direito, a autorização para tomar quaisquer medidas cautelares previstas na lei do Estado-Membro de execução, e de maneira negativa, no art.º 22.º, dispondo que o reconhecimento e a execução de uma decisão em matéria de obrigações alimentares não implicam de modo algum o reconhecimento das relações de família, parentesco, de casamento ou de afinidade subjacentes à obrigação de alimentos que deu lugar à decisão.

Por sua vez, o art.º 19.º introduz uma limitação à eficácia da decisão, ao reconhecer ao requerido que não tenha comparecido no Estado-Membro onde foi proferida a sentença o direito a solicitar a reapreciação da decisão ao tribunal competente desse Estado-Membro⁴²⁴. Nos termos do n.º 1, a sua reapreciação pode fundar-se na circunstância de o ato instrutório da instância ou ato equivalente não lhe tiver sido

⁴²¹ Cfr. Carlos de Melo MARINHO, *ob. cit.*, p. 28.

⁴²² Esta supressão está limitada aos Estado-Membros que se tenham vinculado ao Protocolo de Haia de 2007. Cfr. Florbela LANÇA, *ob. cit.*, p. 16.

⁴²³ Se a decisão for proferida num Estado não vinculado pelo Protocolo de Haia de 2007 (Dinamarca e Reino Unido), não existirá supressão de *exequatur* e, consequentemente, antes de executar, a parte interessada terá que requerer o reconhecimento e a declaração de força executiva da decisão, nos termos do disposto no art.º 26.º e Considerando 26.

⁴²⁴ Cfr. Rui Moura RAMOS, *ob. cit.*, p. 93-94.

citado ou notificado em tempo útil de forma a permitir a sua defesa ou se este foi impedido de contestar o crédito alimentar por motivos de força maior ou devido a circunstâncias extraordinárias, sem que tal facto lhe possa ser imputável, a menos que o requerido não tenha interposto recurso contra a decisão⁴²⁵ embora tenha tido a possibilidade de o fazer. O indeferimento do pedido de reapreciação com base na inaplicabilidade de qualquer dos fundamentos de reapreciação *supra* mencionados implica que a decisão se mantenha válida. Por outro lado, se o tribunal decidir que se justifica a reapreciação com base num dos fundamentos enumerados no n.º 1, a decisão é declarada nula. Contudo, o credor não perde as vantagens resultantes da interrupção dos prazos de prescrição ou caducidade nem o direito de solicitar retroativamente alimentos que tiver adquirido na ação inicial (n.º 3.º, do art.º 19.º). Este direito a uma reapreciação é excecional (Considerando 19) e está sujeito a restrições temporais, conforme o n.º 2 do art.º 19.⁴²⁶

O art.º 20.º, n.º 1, nas als. a) a d), estabelece os documentos (a ser entregues às autoridades de execução competentes) necessários para efeitos de execução de uma decisão noutro Estado-Membro. As autoridades competentes do Estado-Membro de execução não podem exigir ao requerente que apresente uma tradução da decisão, podendo esta ser exigida apenas se a execução da decisão for contestada, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo.

Por fim, o art.º 21.º, n.º 1, prevê a aplicação dos motivos de recusa ou suspensão da execução ao abrigo da lei do Estado-Membro onde esta tenha lugar. A pedido do devedor, a autoridade competente do Estado-Membro de execução deve recusar, no todo ou em parte, a execução da decisão do tribunal de origem quando o direito de a obter se encontrar extinto devido à prescrição ou caducidade da ação, quer nos termos da legislação do Estado-Membro de origem, quer nos termos da legislação do Estado-Membro de execução, consoante a que previr um prazo de caducidade mais longo; e pode fazê-lo, ainda, no todo ou em parte, quando essa decisão for incompatível⁴²⁷ com uma decisão proferida no Estado-Membro de execução ou com uma decisão proferida noutro Estado-Membro ou num país terceiro que reúna as condições necessárias para o seu reconhecimento no Estado-Membro de execução (art.º 21.º, n.º 2). Quanto à

⁴²⁵ Nos termos do n.º 2 do mesmo artigo, o prazo para solicitar a reapreciação conta-se a partir do dia em que o requerido teve efetivamente conhecimento do conteúdo da decisão tendo possibilidade de recorrer, o mais tardar a contar do dia da primeira medida de execução que tenha tido por efeito tornar os seus bens indisponíveis na totalidade ou em parte. O requerido deve reagir prontamente, de qualquer modo, no prazo de 45 dias, não sendo este suscetível de prorrogação em razão da instância.

⁴²⁶ Cfr. Florbela Moreira LANÇA, *ob. cit.*, p. 16.

⁴²⁷ Uma decisão que tenha por efeito alterar, com base na alteração das circunstâncias, uma decisão anterior em matéria de obrigações alimentares não é considerada, para este efeito, uma decisão incompatível.

suspensão, a autoridade competente do Estado-Membro de execução pode, a pedido do devedor, suspender (no todo ou em parte) a execução da decisão do tribunal de origem quando for apresentado ao tribunal competente do Estado-Membro de origem um pedido de reapreciação da sua decisão, devendo suspender a execução daquela decisão se a sua força executória estiver suspensa no Estado-Membro de origem (art.º 21.º, n.º 3).

No que toca ao reconhecimento das decisões proferidas num Estado-Membro não vinculado pelo Protocolo de Haia de 2007, este é tratado na secção 2 em termos que seguem as disposições correspondentes dos demais regulamentos relativos ao reconhecimento das decisões.

Assim, o art.º 23.º, n.º 1, consagra o princípio do reconhecimento das decisões⁴²⁸ nos demais Estados-Membros independente de recurso a qualquer processo. O n.º 2 do mesmo art.º prevê que em caso de impugnação, qualquer parte interessada que invoque o reconhecimento de uma decisão a título principal pode pedir, nos termos do processo aí previsto, o reconhecimento da decisão.

De seguida, o regulamento enumera os motivos de recusa do reconhecimento no art.º 24.º, ou seja, o reconhecimento da decisão será recusado se este for manifestamente contrário à ordem pública do Estado em que este reconhecimento é pedido (não podendo este critério ser aplicável às regras de competência); se tiver violado os direitos de defesa do requerido e a incompatibilidade da decisão revidenda com uma decisão proferida entre as mesmas partes no Estado-Membro em que é pedido o reconhecimento ou com uma decisão anteriormente proferida num Estado-Membro ou num Estado terceiro entre as mesmas partes, com o mesmo pedido e a mesma causa de pedir, desde que a ação proferida anteriormente reúna as condições necessárias para ser reconhecida no Estado-Membro requerido em que é pedido o reconhecimento – al. a) a d)⁴²⁹.

Quanto à suspensão da instância, o art.º 25.º prevê que o tribunal de um Estado-Membro perante o qual se invoque o reconhecimento de uma decisão proferida por um Estado-Membro não vinculado pelo Protocolo de Haia de 2007 deve suspender a instância se a execução da decisão estiver suspensa no Estado-Membro de origem por força da interposição de um recurso.

Em sede de força executória, as decisões proferidas num Estado-Membro não vinculado pelo Protocolo de Haia de 2007 e que aí tenha força executória possam ser

⁴²⁸ Cfr. Rui Manuel Moura RAMOS, *ob. cit.*, p. 95.

⁴²⁹ Uma decisão que tenha por efeito alterar, com base na alteração das circunstâncias, uma decisão proferida anteriormente em sede de obrigações alimentares não será considerada incompatível na aceção das al. c) e d) do art.º 24.º.

executadas noutro Estado-Membro depois de nele terem sido declaradas executórias, a pedido de qualquer das partes (art.º 26.º). Quanto à competência territorial o pedido respetivo deve ser apresentado perante o tribunal ou autoridade competente indicado como tal pelo Estado-Membro em que se integre, ao abrigo do imposto pelo artigo 71.º, nos termos do art.º 27.º, n.º 1. O tribunal territorialmente competente determina-se pelo lugar da residência da parte contra qual a execução foi promovida ou pelo lugar da execução (n.º 2)⁴³⁰.

O processo a adotar é o descrito no art.º 28.º do Regulamento em apreço⁴³¹. Mesmo uma entidade pública que atue «em vez de um indivíduo a quem seja devida a prestação de alimentos» ou «uma entidade à qual seja devido o reembolso das prestações fornecidas a título de alimentos» podem apresentar o pedido de reconhecimento em apreço - art.º 64.º, n.º 1. Nenhum outro procedimento especial pode ser exigido e a decisão será declarada exequível em qualquer revisão quanto à sua substância e mérito - art.º 42.⁴³²

A decisão é declarada executória sem a verificação dos motivos de recusa do reconhecimento, após o cumprimento dos trâmites processuais do art.º 28.º e o mais tardar no período de 30 dias após o referido cumprimento, salvo impossibilidade devida a circunstâncias excecionais, sem que a parte contra qual é promovida a execução possa, nesta fase, apresentar quaisquer observações – art.º 30.º.

Prevê-se, de seguida, que a decisão proferida seja imediatamente levada ao conhecimento do requerente, na forma determinada pela lei do Estado-Membro de execução, sendo a declaração de força executória notificada à parte contra quem é pedida a execução, acompanhada da decisão, se esta não tiver sido já notificada a essa parte (art.º 31.º, n.º 1 e 2).

⁴³⁰ Os órgãos para o efeito indicados por Portugal são os tribunais de comarca e os juízos de família e menores (consoante estes existam, ou não, na circunscrição territorial). Esta declaração poderá ter que ser alterada face à nova organização do sistema de justiça – eventualmente referindo secções de família e menores dos tribunais de comarca, quando existentes, ou tribunais de comarca sem mais.

⁴³¹ O pedido de declaração de força executória deve ser acompanhado dos seguintes documentos: uma cópia da decisão que reúna as condições necessárias para comprovar a sua autenticidade; um extrato da decisão emitido pelo tribunal de origem utilizando o formulário referido na al. b) cujo modelo consta do anexo II, sem prejuízo do disposto no art.º 29.º; e se for o caso, a transcrição ou tradução do conteúdo do formulário na língua oficial do Estado-Membro de execução (caso esse Estado-Membro tenha mais do que uma língua oficial, na língua oficial ou numa das línguas oficiais do processo do local onde é apresentado o pedido, nos termos do direito desse Estado-Membro, ou em qualquer outra língua que o Estado-Membro de execução tenha declarado aceitar). Cada Estado-Membro pode indicar a língua ou línguas oficiais das instituições da União Europeia, nos termos do art.º 28.º, n.º 1, al. a) a c). O tribunal ou autoridade competente a quem é apresentado o pedido não pode exigir ao requerente que apresente uma tradução da decisão, só podendo esta ser exigida no âmbito do recurso previsto nos art.º 32.º e 33.º.

Na falta de apresentação do extrato acima mencionado, dispõe o art.º 29.º, n.º 1, que o tribunal fixa um prazo para a sua apresentação ou aceitar documentos equivalentes ou, caso se julgue suficientemente esclarecido, dispensá-los. No entanto, se o tribunal ou autoridade competente o exigir, deve ser apresentada a tradução dos documentos, que deverá ser feita por uma pessoa habilitada para o efeito num dos Estados-Membros.

⁴³² Cfr. Rui de Melo MARINHO, *ob. cit.*, p. 29.

Regula-se, no art.º 32.º o regime de recurso contra a decisão que vier a ser proferida⁴³³, para o qual têm legitimidade ambas as partes. O recurso contra a declaração de força executória é interposto no prazo de 30 dias a contar da citação ou da notificação. No entanto, se a parte contra a qual a execução é promovida tiver a sua residência habitual num Estado-Membro diferente daquele onde foi proferida a declaração de força executória o prazo passa a ser de 45 dias, começando a correr desde o dia em que tiver sido feita a citação ou notificação pessoal ou domiciliária (n.º 5). Se a parte contra a qual a execução é promovida não comparecer perante o tribunal de recurso nas ações relativas a um recurso interposto pelo requerente, aplica-se o disposto no art.º 11.º, mesmo que a parte contra qual a execução é promovida não tenha a sua residência habitual num dos Estados-Membros (n.º 4), precisando-se que a decisão nela proferida apenas pode ser objeto de recurso nos termos comunicados pelo Estado-Membro em causa à Comissão nos termos do art.º 71.º (n.º 2)⁴³⁴.

Ainda quanto aos tribunais competentes em sede de recurso (ao abrigo do art.º 32.º ou 33.º) apenas recusam ou revogam a declaração de força executória da decisão por um dos motivos (especificados no art.º 24.º) suscetíveis de inviabilizar o reconhecimento, nos termos do art.º 34.º, n.º 1⁴³⁵. Estes devem suspender a instância a pedido da parte contra qual a execução é promovida, se a força executória da decisão for suspensa no Estado-Membro de origem por força da interposição de recurso (art.º 35.º).

Por fim, admite-se a possibilidade do requerente do reconhecimento solicitar medidas provisórias, incluindo cautelares, nos termos da lei do Estado-Membro de execução, sem que seja necessária a declaração de força executória (art.º 36.º, n.º 1)⁴³⁶, e que quando a decisão se tiver pronunciado sobre vários pedidos e a declaração de força executória não puder ser proferida quanto a todos, o tribunal ou a autoridade competente profere-a relativamente a um ou vários de entre eles (art.º 37.º, n.º 1)⁴³⁷. Exclui-se, ainda, a possibilidade de cobrança de qualquer imposto, direito ou taxa proporcional ao valor do litígio, no Estado-Membro de execução, no processo de emissão de uma declaração de força executória, conforme o art.º 38.º.

⁴³³ Este é interposto junto do tribunal que haja sido designado pelo Estado-Membro comunicado à Comissão, nos termos do art.º 71.º e é tratado segundo as regras do contraditório (art.º 32.º, n.º 2 e 3).

⁴³⁴ Cfr. Rui Moura RAMOS, *ob. cit.*, p. 96.

⁴³⁵ Sob a reserva do n.º 4, do art.º 32.º, o tribunal onde foi interposto recurso ao abrigo do art.º atrás mencionado delibera no prazo de 90 dias a contar da interposição de recurso, salvo impossibilidade devida a circunstâncias excecionais (art.º 34.º, n.º 2).

⁴³⁶ Precisa-se, no n.º 2, que a declaração de força executória implica, de pleno direito, a autorização para tomar tais medidas.

⁴³⁷ Nos termos do n.º 2 deste art.º a declaração de força executória parcial pode também ser solicitada pelo requerente.

Iremos agora debruçar-nos sobre as disposições comuns aos dois tipos de decisões⁴³⁸ cujo reconhecimento, força executória e de execução são objeto do capítulo IV do regulamento.

O art.º 39.º, com a epígrafe de força executória provisória, afirma que o tribunal de origem pode declarar a decisão executória provisória de uma decisão, mesmo em caso de recurso, ainda que o direito nacional não preveja força executória de pleno direito.

Quanto à indicação do procedimento a seguir pela parte que pretenda invocar noutro Estado-Membro uma decisão já objeto de reconhecimento, a parte interessada deve apresentar uma cópia dessa decisão que reúna as condições necessárias para comprovar a sua autenticidade, conforme o art.º 40.º, n.º 1. Se for caso disso, o tribunal perante o qual aquela decisão for evocada pode pedir à parte que pretenda invocar essa decisão que apresente um extrato emitido pelo tribunal de origem utilizando o formulário necessário para o efeito, devendo esse extrato ser emitido a pedido de qualquer uma das partes⁴³⁹. Ainda neste domínio, a parte que invocar a decisão reconhecida deve fornecer uma transcrição ou tradução do conteúdo do formulário referido na língua oficial do Estado-Membro em causa⁴⁴⁰.

Todavia, a determinação da lei reguladora do processo de execução e das condições em que esta deve decorrer está plasmada no art.º 41.º, que nos afirma que o processo de execução das decisões proferidas noutro Estado-Membro é regido pelo direito do Estado-Membro de execução⁴⁴¹.

O art.º 42.º remete-nos para a absoluta proscrição da revisão de mérito, no Estado-Membro onde foi pedido o reconhecimento, a executoriedade ou a execução, de decisão proferida noutro Estado-Membro.

Por sua vez, o art.º 43.º remete-nos para uma regra material, de *favor creditoris*⁴⁴² em matéria de alimentos, que exclui o prevalecimento da cobrança das despesas incorridas na aplicação do regulamento sobre a cobrança de alimentos.

⁴³⁸ Referindo-se às decisões que sejam proferidas pelo Estado-Membro esteja ou não vinculado pelo Protocolo de Haia de 2007.

⁴³⁹ Cfr. Art.º 40.º, n.º 2.

⁴⁴⁰ No caso esse Estado-Membro tenha mais do que uma língua oficial, na língua oficial ou numa das línguas oficiais de processo do local em que é invocada a decisão reconhecida, nos termos do direito desse Estado-Membro, ou em qualquer outra língua que o Estado-Membro tenha declarado aceitar. Cada Estado-Membro pode indicar a língua ou as línguas oficiais das instituições da União Europeia, que não a sua própria língua, que pode aceitar para preencher o formulário. As traduções devem ser efetuadas por uma pessoa habilitada para esse efeito num dos Estados-Membros (art.º 40.º, n.º 3 e 4).

⁴⁴¹ Saliente-se que as decisões proferidas num Estado-Membro que seja executória no Estado-Membro de execução deve ser aí executada nas mesmas condições que uma decisão proferida nesse Estado-Membro. E que à parte que requer a execução de uma decisão proferida noutro Estado-Membro não deve ser exigido que tenha, no Estado-Membro de execução, um endereço postal nem representante autorizado, sem prejuízo para as pessoas competentes para o processo de execução (art.º 41.º, n.º 1 e 2)

⁴⁴² Cfr. Rui Manuel Moura RAMOS, *ob. cit.*, p. 98.

Conclusão

A obrigação de alimentos destaca-se no meio jurídico pela importância que detém em relação ao direito à vida, visando a proteção da dignidade da pessoa humana, de forma a garantir os seus direitos básicos.

No entanto, numa sociedade em constante evolução, onde a entrada no mercado de trabalho se revela cada vez mais tardia e difícil, os jovens buscam formação intelectual e profissional de forma a se tornarem cada vez mais qualificados. É facto que para que estes possam prosseguir as suas aspirações profissionais, o seu grau de dependência financeira se prolongue. O número crescente de jovens que prosseguem o ensino superior compulsou que o nosso legislador assumisse a importância de acautelar os seus direitos.

A obrigação de alimentos a filhos maiores ou emancipados, plasmada no art.º 1880.º declara que «[s]e no momento em que atingir a maioridade ou for emancipado o filho não houver completado a sua formação profissional, manter-se-á a obrigação a que se refere o artigo anterior na medida em que seja razoável exigir aos pais o seu cumprimento e pelo tempo normalmente requerido para que aquela formação se complete». Este normativo legal reforça a importância que o instituto dos alimentos, aqui chamados de alimentos educacionais, na nossa ordem jurídica, em especial no Direito da Família.

A jurisprudência portuguesa não tinha uma opinião consensual quanto a esta matéria: enquanto uns entendiam que a pensão de alimentos, fixada na menoridade, se mantinha após a maioridade do filho e desde que preenchesse os requisitos do art.º 1880.º, a jurisprudência maioritária defendia que a pensão de alimentos atribuída ao filho durante a menoridade cessava com a maioridade, devendo o filho maior intentar ação própria para fixação de uma nova pensão de alimentos. Devido a esta cisão jurisprudencial tornou-se imprescindível que o legislador nacional tomasse uma posição quanto a esta querela que ocupava tempo e recursos dos nossos órgãos jurisdicionais.

Surge, assim, a Lei n.º 122/2015, de 1 de Setembro, que vem por fim a esta discussão, alterando o art.º 1905.º, n.º 2, do CC, dando-lhe a seguinte redação: «[p]ara efeitos do disposto no artigo 1880.º, entende-se que se mantém para depois da maioridade, e até que o filho complete 25 anos de idade, a pensão fixada em seu benefício durante a menoridade, salvo se o respetivo processo de educação ou formação

profissional estiver concluído antes daquela data, se tiver sido livremente interrompido ou ainda se, em qualquer caso, o obrigado à prestação de alimentos fizer prova da irrazoabilidade da sua exigência».

As alterações introduzidas pela Lei n.º 122/2015 proporcionaram um refrigério financeiro e emocional, na medida em que esta obrigação se prolonga de forma automática após a maioridade.

Para que os filhos maiores ou emancipados possam recorrer ao instituto dos alimentos é necessário que comprovem os requisitos previstos no art.º 1880.º, ou seja, terão que provar a razoabilidade e necessidade da prestação alimentar. Os alimentos do art.º 1880.º são designados de alimentos educacionais (estando previstos nos artigos 1878.º, 1879.º e 2003.º do CC), embora estes surjam aqui com pressupostos de atribuição mais exigentes, resultado da cláusula de razoabilidade e exigibilidade. Assim, o art.º 1880.º densifica-se pela verificação de determinados elementos objetivos e subjetivos que densificam estes conceitos.

O princípio da razoabilidade é intrínseco ao art.º 1880.º, na medida em que a razoabilidade é pressuposto essencial para a existência e manutenção da obrigação alimentar em estudo. Quanto ao conceito de razoabilidade entendemos que este não assenta na imputação dos factos à conduta do filho, sendo o art.º 1880.º do CC omissivo quanto à conceção de culpa. Assim, o critério do art.º 1880.º assenta em requisitos objetivos e subjetivos que densificam o critério de razoabilidade e exigibilidade.

Quanto à cessação da obrigação contida no art.º 1880.º do CC, esta cessará nas situações em que os pressupostos do artigo *supra* citado já não se encontrem preenchidos.

Assim esta cessará quando já não for razoável exigir a prestação em estudo ou quando o *tempo normalmente requerido* para que aquela formação se complete se esgotar, exceto se a formação não se concluiu em tempo razoável por causa fortuita e alheia à vontade do filho maior. O art.º 2013.º, n.º 1, al. c), do CC, não se aplica enquanto causa de cessação, admitindo que o julgador deverá ponderar, em cada caso concreto, a inobservância dos valores de respeito, assistência e respeito entre progenitores e filhos.

As alterações introduzidas pela Lei n.º 122/2015, de 1 de Setembro ficaram a dever-se ao facto de os filhos, após atingirem a maioridade, continuarem a residir com o progenitor com quem viveram toda a sua vida, na esmagadora maioria a mãe, recaindo sobre estas os encargos com o sustento e a instrução dos filhos. As principais alterações

versaram sobre a idade máxima em que a obrigação de alimentos é devida, renovando-se automaticamente após a maioridade. Assim, fixou-se que a obrigação de prestar alimentos se mantém até aos 25 anos, salvo se a formação se concluir antes, se for livremente interrompida ou se o obrigado à prestação fizer prova da sua razoabilidade ou exigibilidade.

O regime processual encontra-se previsto no art.º 989.º, estando plasmada no n.º 3 a sua alteração mais relevante. A solução por nós defendida é a de que o progenitor convivente é titular do direito à contribuição previsto neste normativo. Assim, se o filho maior ou emancipado não fizer uso do seu direito a alimentos, perante a inércia deste, reconhece-se legitimidade ativa ao progenitor convivente sobre quem recai o encargo com as despesas com a educação e sustento. Esta legitimidade apenas pode ser exercida no âmbito do n.º 3, do art.º 989.º, do CPC, podendo designar-se esta como uma ação para a contribuição do progenitor não convivente nas despesas com a educação e formação profissional do filho maior ou emancipado⁴⁴³.

Por último, e após a análise da obrigação de alimentos a filhos maiores no nosso ordenamento, afirmou-se necessária a consideração desta ao nível do direito da União Europeia. Quando estes litígios ultrapassam as barreiras internas e alcançam uma proporção além-fronteiras é essencial saber quais os meios de resolução mais eficientes para a cobrança dos créditos alimentares, tornando-se imprescindível uma organizada cooperação judiciária com vista a assegurar estas situações.

Desta forma, o Regulamento (CE) n.º 4/2009 do Conselho, de 18 de Dezembro de 2008, relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e à execução das decisões e à cooperação em matéria de obrigações alimentares é o instrumento jurídico fundamental de integração da matéria de alimentos no contexto europeu. Este visa a proteção da parte mais débil na cobrança de créditos alimentares, o credor, permitindo que este possa intentar uma ação contra o devedor de alimentos no tribunal do país onde este reside.

No entanto, na grande maioria dos casos, o Protocolo de Haia de 2007 determina qual a lei aplicável ao litígio, podendo qualquer sentença em matéria alimentar proferida por um Estado-Membro circular livremente no espaço europeu e ser executada em qualquer Estado-Membro.

⁴⁴³ Cfr. J. H. Delgado de CARVALHO, “O novo regime de alimentos devidos a filho maior ou emancipado; contributo para a interpretação da Lei n.º 122/2015, de 1/9”, s/d, p. 3, disponível em <https://sites.google.com/site/ippcivil/recursos-bibliograficos/5-papers> [consultado em 01/10/2016]

Assim, podemos concluir que a obrigação de alimentos a filhos maiores é um assunto de elevada relevância para o panorama nacional e europeu, devido ao elevado maior número de jovens que todos os anos ingressam no ensino superior e que, por esse motivo, necessitam de ajuda financeira daqueles que com eles convivem e partilham afetos: os progenitores. Uma comunidade que pretende mão-de-obra cada vez mais qualificada necessita de reunir as condições essenciais para proporcionar aos nossos jovens um caminho mais leve e seguro. É necessário que esta proteção aos filhos maiores deixe de ser um empecilho para passar a ser uma mais-valia, não só para eles que têm a oportunidade de construir uma carreira profissional mas para toda a sociedade que todos os dias rejubila com as descobertas que estas mentes proporcionam ao mundo.

Enquanto progenitores, olhemos com razoabilidade para o futuro dos nossos filhos, independentemente dos problemas que possam existir.

Uma última nota para o nosso Estado social: é necessário que o apoio prestado a estes jovens e a estas famílias vise a realização pessoal de cada um dos seus membros, cabendo ao Estado a realização de conjeturas que proporcionem a sua concretização, conforme o plasmado no art.º 67.º da CRP.

Bibliografia

ALMEIDA, Luís Pedro Moitinho de, “ Dos Alimentos”, in *Scientia Iuridica*, Revista de Direito Comparado Português, Tomo XVI, n.º 84-85, Braga, 1967, pp. 269 a 325.

ALMEIDA, Luís Pedro Moitinho de, “Os Alimentos no Código Civil de 1966”, in *Revista da Ordem dos Advogados*, 1968, pp. 93 a 27.

AMARAL, Jorge Augusto Pais de, *Direito da Família e Sucessões*, Coimbra, Almedina, 2014.

BASTOS, Jacinto Fernandes Rodrigues, *Notas ao Código Civil*, Vol. VII, Lisboa, 2002.

BONOMI, Andrea, *Relatório explicativo do Protocolo de 23 de Novembro de 2007 sobre a lei aplicável às obrigações alimentares*, disponível em <https://assets.hcch.net/docs/d46a00d7-65be-47d0-b040-587c65654756.pdf> [consultado em 26/07/2016]

CAMPOS, Diogo Leite de, *Lições de Direito da Família e das Sucessões*, 2.ª Edição Revista e Actualizada, Coimbra, Almedina, 2012.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes, MOREIRA, Vital, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, Vol. I, 4.ª Edição Revista, Coimbra, Coimbra Editora, 2007.

CARAVACA, Alfonso-Luis Calvo e GONZÁLES, Javier Carrascosa, *Derecho Internacional Privado*, Vol. II, décimacuarta edición, Granada, Comares editorial, 2013/2014.

CARVALHO, Filipa Daniela Ramos de, *A (Síndrome) Alienação Parental e o Exercício das Responsabilidades Parentais: Algumas Considerações*, 1.ª Edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2011.

CARVALHO, J. H. Delgado de, *Ação Executiva para o Pagamento de Quantia Certa*, 2.ª Edição, Lisboa, Quid Juris, 2016.

CARVALHO, J. H. Delgado de, “O novo regime de alimentos devidos a filho maior ou emancipado; contributo para a interpretação da Lei n.º 122/2015, de 1/9”, s/d, disponível em <https://sites.google.com/site/ippcivil/recursos-bibliograficos/5-papers> [consultado em 01/10/2016]

COELHO, Francisco Pereira, OLIVEIRA, Guilherme de, *Curso de Direito da Família*, Vol. I, 4.ª Edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2008.

COLLAÇO, Isabel de Magalhães, “A Reforma de 1977 do Código Civil de 1966”, in *Comemorações dos 35 Anos do Código Civil e dos 25 Anos da Reforma de 1977, Congressos Comemorativos dos 35 anos do Código Civil e dos 25 anos da Reforma de 1977*, Vol. I, Coimbra Editora, Coimbra, 2004-2007, pp. 21 a 58.

CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA, “ Parecer: Projeto de Lei n.º 975/XII/4ª (PS) – «Altera o artigo 1905.º do Código Civil e o artigo 989.º do Código de Processo Civil, melhorando o regime de alimentos em caso de filhos maiores ou emancipados».”, texto disponível em: https://www.csm.org.pt/ficheiros/pareceres/2015_06_06_parecer_regimealimentosmaiores_emancipados.pdf [consultado em 18/11/2015].

CORDEIRO, António Menezes, “Do Abuso do Direito: Estado das questões e perspectivas”, in *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 65, 2005, pp. 348 a 352.

CORTE-REAL, Carlos Pamplona, *Direito da Família e das Sucessões*, Vol. I, Lisboa, Lex, 1996.

CORTE-REAL, Carlos Pamplona, PEREIRA, José Silva, *Direito da Família, Tópicos p/ uma Reflexão Crítica*, 2.ª Edição, Lisboa, AAFDL, 2011.

COSTA, Maria Inês Pereira Da, *Obrigações de Alimentos Devida a Filhos/as Maiores que Ainda Não Completaram a Sua Formação – Uma Visão Comparada de Crítica ao Critério da Razoabilidade*, tese de mestrado apresentada na Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional do Porto, 2013, disponível em

<http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/13754/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Final%20-%20In%C3%AAs%20Costa%20Junho.pdf> [consultada em 15/05/2016]

CRUZ, Ana Maria Braga da, “Cobrança da Pensão de Alimentos”, in Maria Clara Sottomayor/ Maria João Tomé (dir.), *Direito da Família e Política Social*, Porto, Publicações Universidade Católica, 2001, pp. 101-109.

DIAS, Cristina, “A criança como Sujeito de Direitos e o Poder de Correção”, in *Julgar*, n.º 4, Janeiro/Abril, 2008, pp. 90-91.

FALCÃO Marta, PESTANA Miguel Dias, TOMÁS Sérgio Terreiro, *Direito da Família – Da Teoria à Prática*, Coimbra, Almedina, 2015.

FREITAS, José Lebre de, *A Acção Declarativa Comum – À Luz do Código Revisto*, Coimbra, Coimbra Editora, 2000.

GOMES, Ana Sofia, *Responsabilidades Parentais*, 3.ª Edição, Lisboa, Quid Juris, 2012.

GOMES, Ana Sofia, *Responsabilidades Parentais Internacionais – Em especial na União Europeia*, Lisboa, Quid Juris, 2014.

GONÇALVES, Anabela Susana de Sousa, *Da Responsabilidade Extracontratual em Direito Internacional Privado – A mudança de paradigma*, Coimbra, Almedina, 2013.

GONÇALVES, Anabela Susana de Sousa, “Cooperação Judiciária em Matéria Civil”, in Mariana Canotilho, Pedro Madeira Froufe e Alessandra Silveira (dir.), *Direito da União Europeia - Elementos de Direito e Políticas da União*, Coimbra, Almedina, 2016, pp. 339 a 391.

GONÇALVES, Anabela Susana de Sousa, “El principio de la autonomía de la voluntad en los reglamentos europeos sobre derecho de familia y sucesiones”, in *LA LEY Unión Europea*, nº 40, Editorial LA LEY, Septiembre de 2016, pp. 42-60.

GONZÁLEZ, José Alberto, *Código Civil Anotado*, Vol. V, Lisboa, Quid Juris, 2014.

GUERRA, Paulo, BOLIEIRO, Helena, *A Criança e a Família – Uma Questão de Direito (s) - Visão Prática dos Principais Institutos do Direito da Família e das Crianças e Jovens*, 2.^a Edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2014.

GUERRA, Paulo, BOLIEIRO, Helena, “ A cobrança transfronteiriça de prestações de alimentos, in *O Direito Internacional da Família*, Tomo II, Centro de Estudo Judiciários, pp. 37 a 56.

GUIMARÃES, Maria da Nazareth Lobato, “Alimentos”, *Reforma do Código Civil, Revista da Ordem dos Advogados*, 1981.

HELIN, Markku, “ O Regulamento sobre obrigações alimentares - Comentário”, in *Direito Civil – Cooperação Judiciária Europeia*, 2013, pp. 327 a 339, disponível em: <http://www.european-council.europa.eu> [consultado em 20/07/2016].

HÖRSTER, Heinrich Ewald, *A parte geral do Código Civil Português-Teoria Geral do Direito Civil*, 4.^a Reimpressão da edição de 1992, Coimbra, Almedina.

HÖRSTER, Heinrich Ewald, “A propósito de uma «não-leitura» do art.495.º, n.º 3, I.^a alternativa, do Código Civil feita por quem tenha a sua pré-compreensão jurídica moldada pelo § 844 n.º 2, frase I, do BGB”, *Revista de Direito e Economia*, IX, pp. 338-349.

HÖRSTER, Heinrich Ewald, “Evoluções legislativas no Direito da Família depois da Reforma de 1977”, in *Comemorações dos 35 Anos do Código Civil e dos 25 Anos da Reforma de 1977, Congressos Comemorativos dos 35 anos do Código Civil e dos 25 anos da Reforma de 1977*, Vol. I, Coimbra Editora, Coimbra, 2004-2007, pp. 59-74.

LANÇA, Florbela Moreira, “Regulamento (CE) n.º 4/2009 do Conselho de 18 de Dezembro de 2008, relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e à execução e à cooperação em matéria de obrigações alimentares e Protocolo de Haia de

23 de Novembro de 2007, sobre a lei aplicável às obrigações alimentares”, in *O Direito Internacional da Família*, Tomo II, Centro de Estudo Judiciários, pp. 57 a 98.

LEAL, Ana Teresa, *Guia Prático da Obrigação de Alimentos*, 2.^a Edição, Coimbra, Almedina, 2014.

LEAL, Ana Teresa, “Cobrança Internacional de Alimentos – Intervenção do Ministério Público”, in *O Direito Internacional da Família*, Tomo II, Centro de Estudo Judiciários, pp. 101 a 141.

LEANDRO, Armando, “Poder Paternal: Natureza, Conteúdo, Exercício e Limitações. Algumas Reflexões de Prática Judiciária”, in *Temas de Direito da Família*, Coimbra, Almedina, 1986, pp. 120-12.

LIMA, Pires de, VARELA, Antunes, *Código Civil Anotado*, Vol. V, 1.^a Edição (Reimpressão), Coimbra, Coimbra Editora, 2011.

MACHADO, João Baptista, *Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador*, Coimbra, Almedina, 1983.

MADEIRA, Laura Fernandes, “Obrigação de alimentos devida a filhos maiores de idade no âmbito do art. 1880.º do Código Civil”, in *Revista do Ministério Público*, ano 36, n.º 142, Abril/Junho, 2015, pp. 121-145.

MARGARIDO, Renata Chambel, “O papel da Autoridade Central na cobrança de alimentos”, in *O Direito Internacional da Família*, Tomo II, Centro de Estudo Judiciários, pp. 143 a 177.

MARIANO, João Cura, “O Direito da Família na Jurisprudência do Tribunal Constitucional Português”, in *Julgar*, n.º 21, 2013, pp. 27-45.

MARINHO, Carlos Manuel Gonçalves de Melo, “O Regulamento (CE) n.º 4/2009 do Conselho, de 18 de Dezembro, relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e à execução das decisões e à cooperação em matéria de obrigações alimentares”, in *O Direito Internacional da Família*, Tomo II, Centro de Estudo Judiciários, pp. 15 a 32.

MARTINS, Rosa Cândido, “Poder Paternal vs Autonomia da Criança e do Adolescente?”, in *Lex familiae*, Ano 1, n.º 1, 2004, pp. 65 a 74.

MARTINS, Rosa Cândido, “Responsabilidades Parentais no Séc. XXI: A tensão entre o direito de participação da criança e a função educativa dos pais”, in *Lex familiae*, Ano 5, n.º 10, 2008, pp. 25 a 40.

MARTINS, Rosa, *Menoridade, (In)capacidade e Cuidado Parental*, Coimbra, Coimbra Editora, 2008.

MARQUES, J.P. Remédio, *Algumas notas sobre alimentos (Devidos a Menores)*, 2.^a Edição Revista, Coimbra, Coimbra Editora, 2007.

MARQUES, J.P. Remédio, “Aspectos sobre o Cumprimento Coercivo das Obrigações de Alimentos, Competência Judiciária, Reconhecimento e Execução de Sentenças Estrangeiras”, in *Comemorações dos 35 Anos do Código Civil e dos 25 Anos da Reforma de 1977, Congressos Comemorativos dos 35 anos do Código Civil e dos 25 anos da Reforma de 1977*, Vol. I, Coimbra Editora, Coimbra, 2004-2007, pp. 613 a 689.

MARQUES, J. P. Remédio, *Obrigação de Alimentos e Registo Civil*, disponível em: <http://www.ascr.pt/uploads/trabalhos/69/ficheiro/AlimentoseRegistoCivil.pdf> [consultado em 31/05/2016]

MENDES, João de Castro, *Direito Civil: Teoria Geral*, (AAFDL), Vol. II, Lisboa, 1985.

MELO, Helena Gomes de et al., *Poder Paternal e Responsabilidades Parentais*, 2.^a Edição, Lisboa, Quid Juris, 2010.

NETO, Abílio, *Código Civil Anotado*, 18.^a edição revista e actualizada, EDIFORUM, 2013.

OLIVEIRA, Guilherme de, “A Jurisprudência Constitucional Portuguesa e o Direito das Pessoas e da Família”, in *Lex familiae*, Ano 6, n.º 12, 2009, pp. 5 a 14.

PAIS, Sofia Oliveira, *Princípios Fundamentais da União Europeia*, 3.º Edição, Coimbra, Almedina, 2013.

PINHEIRO, Jorge Duarte, *O Direito da Família Contemporâneo*, Lições, 4.^a Edição, Lisboa, AAFDL, 2013.

PIRES, Luís Miguel Simões Lucas, "As garantias da obrigação alimentar", in *Lex Familia*, ano 1, n.º 2, 2004, pp. 43 a 77.

PROENÇA, José João Gonçalves, *Direito da Família*, 4.^a Edição, Lisboa, Universidade Lusíada Editora, 2008.

RAMIÃO, Tomé d’Almeida, *Divórcio por Mútuo Consentimento (D. L. n.º 272/2001)*, *Anotado e Comentado*, 2.^a Edição, Lisboa, Quid Juris, 2002.

RAMIÃO, Tomé d’Almeida, *Regime Geral do Processo Tutelar Cível- Anotado e Comentado*, Lisboa, Quid Juris, 2016.

RAMOS, Rui Manuel Moura, “As obrigações alimentares no direito internacional provado da União Europeia”, in *Revista de Legislação e Jurisprudência*, ano 144, 2014, pp. 82 a 103.

REGO, Francisco de Oliveira Lopes do, *Comentários ao Código de Processo Civil*, Vol. II, Coimbra, Almedina, 2004.

RODRIGUES, Hugo Manuel Leite, *Questões de Particular Importância no Exercício das Responsabilidades Parentais*, 1.ª Edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2011.

ROQUE, Hélder, " Os conceitos jurídicos indeterminados em Direito da Família e a sua integração.", in *Lex Familiae*, ano 2, n.º 4, 2005, pp. 93 -99.

SANTOS, Eduardo dos, *Direito da Família*, Coimbra, Almedina, 1999.

SANTOS, Maria Amália Pereira dos, “ O Dever (Judicial) de Fixação de Alimentos a Menores”, in *Julgar online*, Setembro, 2014, disponível em <http://julgar.pt/o-dever-judicial-de-fixacao-de-alimentos-a-menores/> [consultado em 08/12/2015].

SERRA, Vaz, “Da obrigação de alimentos”, in *Separata do Boletim do Ministério da Justiça*, n.º 108, Lisboa, 1961.

SILVA, Júlio Barbosa e, “E se todo o mundo é composto de mudança...”: um primeiro comentário sobre as novidades trazidas pelas alterações à Lei Tutelar Educativa, efectuadas pela Lei n.º 4/2015, de 15 de Janeiro”, in *Revista do Ministério Público*, ano 36, n.º 143, Julho/Dezembro, 2015, pp. 27 a 78.

SILVA, Gomes da, *O Direito da Família no Futuro Código Civil*, Lisboa, 1963.

SOUSA, Rabindranath Capelo de, *Direito da Família e das Sucessões - Relatório sobre o programa, o conteúdo e os métodos de ensino da disciplina*, Coimbra, 1999.

SOTTOMAYOR, Maria Clara, *Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais nos Casos de Divórcio*, 5ª Edição Revista, Aumentada e Actualizada, Coimbra, Almedina, 2011.

VARELA, João de Matos Antunes, *Das Obrigações em Geral*, Vol. I, 10ª Edição, Coimbra, Almedina.

VARELA, João de Matos Antunes, *Direito da Família*, Vol. I, 4.^a Edição, Livraria Petrony, Fevereiro, 1996.

XAVIER, Rita Lobo, “O Direito da Família - Notas e Comentários”, in *Hvmanista e Teologia*, Porto, 1991, pp. 391 a 400.

XAVIER, Rita Lobo, “Responsabilidades Parentais no séc. XXI”, in *Lex Familiae*, ano 5, n.º 10, Julho/Dezembro, 2008, pp. 17 a 23.

XAVIER, Rita Lobo, “Falta de Autonomia de vida e independência económica dos jovens: uma carga para as mães separadas ou divorciadas?”, in *Lex Familiae*, ano 6, n.º 12, Julho/Dezembro, 2009, pp. 15 a 21.

Bibliografia de Jurisprudência

Salvo menção em contrário, todos os acórdãos estão disponíveis em www.dgsi.pt.

Supremo Tribunal de Justiça

Acórdão de 23 de Setembro de 1997, BMJ, n.º 469, p. 563.

Acórdão de 16 de Março de 1999, Processo n.º 99B0229, (Relator: Ferreira de Almeida) [consultado em 08/02/2016].

Acórdão de 07 de Janeiro de 2005, Processo n.º 05B3336, (Relator: Bettencourt de Faria) [consultado em 31/03/2016].

Acórdão de 04 de Outubro de 2005, (Relator: Pinto Monteiro), CJ/STJ, 2005, Tomo III.

Acórdão de 03 de Outubro de 2006, Revista n.º 2776/06 - 1.ª Secção, (Relator: Moreira Camilo), disponível em http://www.pgdlisboa.pt/jurel/stj_mostra_doc.php?nid=23913&stringbusca=&exacta= [consultado em 01/04/2016].

Acórdão de 12 de Janeiro de 2010, Processo n.º 158-B/1999.C1.S1, (Relator: Fonseca Ramos) [consultado em 24/03/2016].

Acórdão de 13 de Julho de 2010, Processo n.º 202-B/1991.C1.S1, (Relator: Garcia Calejo) [consultado em 22/03/2016].

Tribunal da Relação do Porto

Acórdão de 04 de Abril de 2005, Processo: 0551191 (Relator: Fonseca Ramos) [consultado em 23/03/2016].

Acórdão de 26 de Janeiro de 2009, Processo n.º 1038/09.8TMPRT.P1, (Relator: Mendes Coelho) [consultado em 11/02/2016].

Acórdão de 28 de Setembro de 2010, Processo n.º 3234/08.6TBVCD.P1, (Relator: Ramos Lopes) [consultado em 01/03/2016].

Acórdão de 05 de Maio de 2011, Processo n.º 871-C/1995.P1, (Relator: Leonel Serôdio) [consultado em 18/05/2016].

Acórdão de 16 de Junho de 2016, Processo n.º 422/03.5TMMTS-E.P1, (Relator: Pedro Lima Costa) [consultado em 10/10/2016].

Tribunal da Relação de Lisboa

Acórdão de 27 de Abril de 1995, CJ, 1995, Tomo II, p. 125.

Acórdão de 24 de Fevereiro de 2005, Processo n.º 1198/2005-6, (Relator: Pereira Rodrigues) [consultado em 21/04/2016].

Acórdão de 25 de Setembro de 2008, Processo n.º 6146/2008-6, (Relator: Granja da Fonseca) [consultado em 14/03/2016].

Acórdão de 29 de Setembro de 2011, Processo n.º 4806/06.9TBVFX-E.L1-2, (Relator: Farinha Alves) [consultado em 06/04/2016].

Acórdão de 07 de Dezembro de 2011, Processo n.º 1898/10.0TMLS.L1-2, (Relator: Pedro Martins) [consultado em 10/03/2016].

Acórdão de 08 de Março de 2012, Processo n.º 287/10.0TMPDL.L1-6, (Relator: Maria de Deus Correia) [consultado em 20/04/2016].

Acórdão de 11 de Junho de 2013, Processo n.º 106/04.7TBSXL-A.L1.7, (Relator: Ana Resende) [consultado em 08/12/2015]

Acórdão de 06 de Maio de 2014, Processo n.º 16246/12.6T2SNT.L1-7, (Relator: Cristina Coelho) [consultado em 15/03/2016].

Acórdão de 06 de Maio de 2014, Processo n.º 247/13.0TBCLD.L1-7, (Relator: Dina Monteiro) [consultado em 23/03/2016].

Acórdão de 22 de Maio de 2014, Processo n.º 100/13.7 TBAGH-6, (Relator: Teresa Pardal) [consultado em 24/03/2016].

Acórdão de 09 de Outubro de 2014, Processo n.º 227/05.9TMPDL-G.L1-6, (Relator: Tomé Ramião) [consultado em 15/05/2016].

Acórdão de 30 de Junho de 2016, Processo n.º 6692/05.7TBSXL-C.L1.-2, (Relator: Ezaguy Martins) [consultado em 15/10/2016].

Tribunal da Relação de Guimarães

Acórdão de 18 de Janeiro de 2000, Processo: 6173/99 (Relator: Bettencourt Faria), CJ, 2000, Tomo I, pp. 79 a 80.

Acórdão de 06 de Junho de 2005, Tema: *Efeitos, Cominação*, Processo n.º 1240/05-2, (Relator: Carvalho Martins) [consultado em 11/02/2016].

Acórdão de 04 de Março de 2010, Processo n.º 115/09.0TBMNC.G1, (Relator: Conceição Saavedra) [consultado em 28/04/2016].

Acórdão de 23 de Março de 2010, Processo n.º 484/05.0TCGMR.G1, (Relator: António Figueiredo de Almeida) [consultado em 13/04/2016].

Acórdão de 19 de Junho de 2012, Processo n.º 599-D/1998.G1, (Relator: Ana Cristina Duarte) [consultado em 14/04/2016].

Tribunal da Relação de Évora

Acórdão de 11 de Junho de 2015, Processo n.º 560/14.9T8PTM.E1, (Relator: Mata Ribeiro) [consultado em 23/03/2016].

Tribunal da Relação de Coimbra

Acórdão de 02 de Março de 2010, Processo n.º 749/08.0TMAVR.C1, (Relator: Fonte Ramos) [consultado em 20/04/2016].

Acórdão de 11 de Dezembro de 2013, Processo n.º 947/12.1T2OBR.C1, (Relator: Moreira do Carmo) [consultado em 31/03/2016].

Acórdão de 21 de Abril de 2015, Processo n.º 1503/13.2TBLRA.C1, (Relator: Maria Inês Moura) [consultado em 20/04/2016].

Tribunal de Justiça da União Europeia

Acórdão de 15 de Julho de 1964; Processo 6/64, disponível em <https://eucaselaw.wordpress.com/2013/06/15/costa-c-enel-1964/> [consultado em 25/10/2016]

Acórdão 17 de dezembro de 1970, Processo 34/70, disponível em <http://curia.europa.eu/juris/showPdf.jsf?jsessionid=9ea7d2dc30dbe85947ba997d445798fca7136c01ae9f.e34KaxiLc3qMb40Rch0SaxuKc3v0?text=&docid=87949&pageIndex=0&doclang=FR&mode=req&dir=&occ=first&part=1&cid=323931> [consultado em 25/10/2016]

Acórdão de 18 de janeiro de 1984, Processo 327/82, disponível em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A62013CJ0452> [consultado em 25/10/2016].

Acórdão de 20 de Março de 1997, Processo C-295/95, disponível em <http://curia.europa.eu/juris/showPdf.jsf?jsessionid=9ea7d2dc30dd421c47de2e17451a9c02d2c3c7351424.e34KaxiLc3qMb40Rch0SaxuTbNb0?text=&docid=100505&pageInde>

[x=0&doclang=PT&mode=lst&dir=&occ=first&part=1&cid=118101](#) [consultado em 19/07/2016].

Acórdão de 1 de fevereiro de 1972, Processo 49/71, disponível em <http://curia.europa.eu/juris/showPdf.jsf;jsessionid=9ea7d2dc30dda0b4874094834446b8af9f85748cc2ec.e34KaxiLc3qMb40Rch0SaxuPaNr0?text=&docid=88156&pageIndex=0&doclang=PT&mode=lst&dir=&occ=first&part=1&cid=96034> [consultado em 25/10/2016]